



CEZAR PARDO MÊO POMPÊO DE CAMARGO

**TERRITORIALIDADES CAIÇARAS DO TEMPO DE ANTIGAMENTE
AO TEMPO DE HOJE EM DIA EM PARATY, RJ
(VILA ORATÓRIO, PRAIA DO SONO, PONTA NEGRA E MARTIM DE SÁ).**

CAMPINAS

2013



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

CEZAR PARDO MÊO POMPÊO DE CAMARGO

**TERRITORIALIDADES CAIÇARAS ENTRE O TEMPO DE ANTIGAMENTE
E O TEMPO DE HOJE EM DIA EM PARATY, RJ (VILA ORATÓRIO, PRAIA DO
SONO, PONTA NEGRA E MARTIM DE SÁ).**

ORIENTADOR(A): PROF(A). DR(A). MARIA TEREZA DUARTE PAES.

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO INSTITUTO
DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL
E DINÂMICA TERRITORIAL**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO CEZAR PARDO MÊO POMPÊO DE
CAMARGO E ORIENTADO PELA PROF^a. DR^a. MARIA TEREZA
DUARTE PAES**

CAMPINAS

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

C14t Camargo, César Pardo Mêo Pompêo de, 1982-
Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá) / César Pardo Mêo Pompêo de Camargo. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Maria Tereza Duarte Paes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Caiçara (RJ). 2. População tradicional. 3. Territorialidade. 4. Racionalidade. I. Paes, Maria Tereza Duarte, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Territorialities caiçaras from old times to time today in Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá)

Palavras-chave em inglês:

Caiçara (RJ)

Traditional populations

Territoriality

Rationality

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

Banca examinadora:

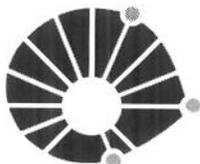
Maria Tereza Duarte Paes [Orientador]

Marta Inez Medeiros Marques

Davis Gruber Sansolo

Data de defesa: 29-08-2013

Programa de Pós-Graduação: Geografia



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: Cezar Pardo Mêo Pompêo Camargo

"Territorialidades Caiçaras do Tempo de Antigamente ao Tempo de Hoje em Dia em Paraty,
RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá)".

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

Aprovado em: 30 / 08 / 2013

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

- Presidente

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

Campinas, 30 de agosto de 2013.

Agradecimentos

É com grande prazer que escrevo as linhas que se seguem, tentando formalizar a minha gratidão pelos que, de alguma forma, colaboraram com o resultado deste trabalho. Sozinho eu jamais o alcançaria.

Agradeço inicialmente a Deus, não aquele indivíduo punidor no qual geralmente se costuma acreditar, mas aquele que compõe e está presente em tudo e todos, razão e consciência universal. Esse Deus me faz acreditar na possibilidade de um mundo melhor, me dando forças para lutar.

Em seguida agradeço à minha família que, cada um da sua maneira, incentivou e acreditou. Minha mãe, Darinês, que muito me ouviu e respeitou, sempre cuidou de mim e muitas vezes fez o que parecia ser impossível; minha irmã Rebeca, que sempre perguntou e me deu carinho de irmã; meu irmão Caio, que sempre apoiou, deu forças e me fez acreditar, me mostrando que as minhas vontades não eram loucuras; minha cunhada Rita e ao meu sobrinho recém chegado ao mundo, Cainho, que me deram muita alegria e; ao meu pai, Cnêo, que infelizmente não pôde ver o trabalho pronto, mas tenho certeza que aonde estiver está orgulhoso de mim; amo muito todos vocês, todos acreditaram na minha capacidade e me ensinaram que as dificuldades não são suficientes para desistirmos dos nossos sonhos, a trilha que foi aberta até aqui só foi possível porque estivemos sempre juntos, ainda há muito mais a ser feito. Além dos tios Mônica, Helena, Tininha, Carlinhos, Vicente e Marilena; e primos, Caíca, Juninho, Cris, Camilinha e Rodolfo.

Aos caixaras, primeiro ao grande amigo Izac, que me ensinou coisas que os livros não são capazes de ensinar, esteve sempre presente, solícito a todas as minhas dúvidas; sua esposa Claudete e seus filhos Dudu, Henrique e Isabela, que sempre me receberam com carinho; ao Claudinho, companheiro de trilhas; Jonas, amigo de prosa; Dona Valmira, com sua comida deliciosa; Caê, com as conversas com o pé na areia; Senhora Ubaldina, com a sua sabedoria; Dona Morena, com o seu olhar doce e experiente; Senhor Eliseu, infelizmente falecido durante o tempo em que essa pesquisa foi realizada, seu sorriso não sairá da minha memória; Seu Maneco, com os seus valores e dignidade de um Ser Humano com letras maiúsculas; Senhor Dácio, Senhor Domingos, Zaqueu, Xandi, Binho, Robinho, Júnior, Jairo,

Rivas e Seu Ivo, todos me ensinaram muito e me apresentaram um universo simples e de felicidade profunda.

Aos professores, especialmente a minha orientadora Maria Tereza Duarte Paes, que acreditou no meu trabalho e, além de grande orientadora de mestrado, foi amiga, me dando conselhos em momentos pessoais difíceis; ao Archimedes Perez Filho, pelo carinho e abraços sinceros e por ter me incentivado em momentos de descrença; ao Carlos Alberto Lobão, por me provar que utopia não é sinônimo de imaturidade; ao Márcio Cataia, Adriana Bernardes e Ricardo Castilho, que me contaminaram com a paixão pela geografia; aos professores Júlio César Suzuki e Emilia Pietrafesa de Godói, extremamente atenciosos e que muito contribuíram no momento da minha qualificação e; aos funcionários, Val, Gorete, Dona Raimunda, Seu Anibal e Jô, sempre dispostos em ajudar.

Aos amigos Rodrigo e Tati, por terem sempre acompanhado e valorizado minhas indagações, muitas vezes companheiros na Praia do Sono, casal este que muito me estimulou e sempre me encheu de alegria; Denny (Berto), que com suas esquisitices muito sóbrias sempre valorizou minhas posições; Juliana, por acreditar na minha capacidade, sempre presente nos momentos que precisei; Jean e Bárbara, pelas risadas e companheirismo de irmãos; Ricardo, um colega de trabalho que se tornou um irmão mais velho que me ajudou muito; Riva, pelo companheirismo de indignações e de compartilhamento de boa música; Thiago (Lesma), pela amizade de infância; Diego (México), pela parceria; Leandro, pela consciência transmitida e pela companhia em boas viagens; Renan Inquérito, pelas conversas sobre a vida e pelas contestações sobre o mundo; Guilherme (Guilão), por dividir comigo a sua paixão pela cultura caiçara; Carlão, por dividir comigo a sua sabedoria; Daniel, por me incentivar na crença de que a simplicidade compensa; Mait, por compartilhar das minhas convicções; Bruna Darelli, pela companhia em momentos de distração; Renata Manju, pelo respeito, carinho e sorrisos; Filipe Miltão, pelas horas de conversas que pareciam minutos; Daniel Ete, pela música e opiniões divertidas; Sabrina, pelas longas conversas; Victor (Rato), pelas risadas; Marina, por dividir momentos importantes de graduação; Tata, pela companhia e pelas apresentações de dança e teatro; Bel, pelos cafés e poemas; Professora Dione, por me respeitar e me mostrar um caminho que eu não conhecia; Mari, por me fazer acreditar; Dalva, por me mostrar que era possível; Rodrigo, pelos abraços e força nos mapas; todos os amigos do rock, pela distração e momentos intensos; todos os amigos da geografia, pelos debates e

discussões e; todos os amigos da geopelada, pelo pé na grama e os toques de bola; todos vocês foram importantes para a realização dessa pesquisa.

Aos amigos colegas do grupo de pesquisa Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, pelos debates e reflexões, colaborando com o meu amadurecimento acadêmico.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo auxílio financeiro, e a todos os funcionários das bibliotecas, restaurantes universitários e setores de limpeza da Unicamp, pois todos, mesmo que indiretamente, foram responsáveis por viabilizar a realização desta pesquisa.

Muito Obrigado!



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

TERRITORIALIDADES CAIÇARAS DO TEMPO DE ANTIGAMENTE
AO TEMPO DE HOJE EM DIA EM PARATY, RJ
(VILA ORATÓRIO, PRAIA DO SONO, PONTA NEGRA E MARTIM DE SÁ)

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Cezar Pardo Mêo Pompêo de Camargo

Essa pesquisa é norteadada pela hipótese de que as territorialidades caiçaras foram substantivamente transformadas devido ao seu contato com uma racionalidade moderna proveniente dos meios urbanos. Os caiçaras da Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá, no município de Paraty, RJ, conformavam territorialidades segundo uma racionalidade própria, correspondentes ao *tempo de antigamente*, e a implementação da Rodovia Rio Santos, aqui considerada como um evento, viabilizou o contato dessas populações tradicionais com o homem moderno, alterando a geografia nos fragmentos de território utilizados por essas populações. Dessa maneira, foi possível compreender as particularidades de cada uma dessas localidades, compreendendo os distintos interesses dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo, para então serem propostas iniciativas que venham a considerar as atuais reivindicações dos caiçaras.

Palavras chaves: Caiçaras, populações tradicionais, territorialidade, racionalidade moderna.



UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE

**TERRITORIALITIES CAIÇARAS FROM OLD TIMES
TO TIME TODAY IN PARATY, RJ.
(VILA ORATÓRIO, PRAIA DO SONO, PONTA NEGRA E MARTIM DE SÁ)**

ABSTRACT

Masters Degree

Cezar Pardo Mêo Pompêo de Camargo

This research is guided by the hypothesis that caiçaras territorialities were substantially transformed due to its contact with modern rationality from urban areas. The caiçara people from Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra and Martim de Sá, in the municipality of Paraty-RJ, conformed territorialities by its own rationality, corresponding to the *old times*, and the Rio-Santos Highway, considered here as a major event, enabled contact of this traditional populations with modern man, changing the geography of this piece of land inhabited by this population. Thus, it was possible to understand the particularities of each one of these locations, including the different interests of social subjects involved in this process, and then propose initiatives that will consider the current demands of caiçara population.

Keyword: Caiçaras, traditional populations, territoriality, modern rationality.

SUMÁRIO

Apresentação	1
Introdução	5
Territorialidades e populações tradicionais.....	6
O território político administrativo e as populações caiçaras	16
Trilhas para a empiria	19
Capítulo 1. O Caiçara do Tempo de Antigamente	23
1.1 Territorialidades do tempo de antigamente.....	28
1.2 O caiçara, a praia e o mar	43
1.3 O caiçara, o sertão e as áreas planas	54
Capítulo 2. A Reconfiguração do Território e das Territorialidades Caiçaras	73
2.1 Racionalidade moderna.....	76
2.2 A urbanização e o turismo	90
2.3 A Questão Ambiental.....	108
Capítulo 3. O Caiçara do Tempo de Hoje em Dia	129
3.1 Vila Oratório – Vila caiçara urbanizada	134
3.2 Praia do Sono – Localidade onde o moderno e o tradicional se equilibram	152
3.3 Ponta Negra – População em situação de empobrecimento.....	169
3.4 Martim de Sá – Condição que condiz com o desejado	177
Considerações Finais	
Relacionando as localidades e apontando possibilidades.....	183
Referências Bibliográficas	199
Anexos	209

LISTA DE FOTOGRAFIAS, FIGURAS E MAPAS

Fotografias

Fotografia 1: Caiçaras construindo coletivamente uma Igreja	23
Fotografia 2: Caiçaras navegando em canoa de voga	23
Fotografia 3: Canoa de Voga.....	45
Fotografia 4: Enxó com gaiva	45
Fotografia 5: Cerco fixo	52
Fotografia 6: Frutos de aroeira	61
Fotografia 7: Beijo, planta ornamental.....	61
Fotografia 8: Tapete	62
Fotografia 9: Mil Cores	62
Fotografia 10: Vassoura folha larga.....	62
Fotografia 11: Vassoura feita com vassoura folha larga.....	62
Fotografia 12: Rabeca, instrumento musical ainda confeccionado por caiçaras em muitas localidades do litoral brasileiro.	67
Fotografia 13: Casa de farinha com paredes de estuque e cesto tipiti.	68
Fotografia 14: Izac e puça confeccionado por ele artesanalmente.	71
Fotografia 15: Construção de caiçara da Praia do Sono (abertura Capítulo 3) ..	129
Fotografia 16: Crianças na Ponta Negra (abertura Capítulo 3)	129
Fotografia 17: Casa no Condomínio Laranjeiras	148
Fotografia 18: Casa no Condomínio Laranjeiras	149
Fotografia 19: Praia do Sono	152
Fotografia 20: Residência do Sr. Dácio na Praia do Sono.. ..	154
Fotografia 21: Bar restaurante na Praia do Sono	159
Fotografia 22: Camping do Claudinho, Praia do Sono	163
Fotografia 23: Chalé na Praia do Sono	163
Fotografia 24: Barcos a motor, canoas e redes de pesca na Praia do Sono.....	164
Fotografia 25: Praia de Ponta Negra.....	169
Fotografia 26: Casa utilizada por turista na Ponta Negra.....	172
Fotografia 27: Casa de farinha. Forno de <i>torrar</i> farinha e paredes de estuque...	175
Fotografia 28: Martim de Sá	177

Fotografia 29: Cozinha coletiva para turistas em Martim de Sá	179
Fotografia 30: Bar restaurante de Martim de Sá.....	179
Fotografia 31: Placa localizada na entrada da Praia do Sono por trilha.....	183
Fotografia 32: Cezar Camargo e Izac da Conceição.....	197

Figuras

Figura 1: Esquema que representa curral de peixe visto de cima.....	52
Figura 2: Abertura do capítulo 2 (Quino).	73
Figura 3: Gráfico de população, 1970 a 2010, em Paraty	99
Figura 4: Imagem de satélite da Vila Oratório	134
Figura 5: Imagem de satélite de uma das praias do Condomínio Laranjeiras.	145
Figura 6: Imagem de satélite da Praia do Sono	152
Figura 7: Imagem de satélite da Ponta Negra	169
Figura 8: Imagem de satélite de Martim de Sá.....	177

Mapas

Mapa 1: Unidades de Conservação APA Caiuru e REJ	117
Mapa 2: Mapa de localização das quatro localidades consideradas, com trilhas e caminhos marítimos.	133
Mapa 3: Vila Oratório e Condomínio Laranjeiras.....	135
Mapa 4: Trilhas - Vila Oratório, Condomínio Laranjeiras, Praia do Sono e Ponta Negra.	166

APRESENTAÇÃO

A primeira vez que obtive contato com as áreas e populações abordadas nesta pesquisa, foi no final do ano 2000. Eu e mais um grupo de amigos adolescentes tínhamos a intenção de passar a virada do ano acampados em uma praia com significativos remanescentes florestais, longe da paisagem cinza da cidade. Naquele momento, por sermos adolescentes, acreditávamos que sair da cidade era uma negação aos valores urbanos, era uma atitude condizente com uma personalidade que negava a “loucura” dos grandes aglomerados populacionais. Buscávamos um outro tempo e uma “natureza” que não podia mais ser vista na dita “metrópole” em que vivíamos. Aversão pelos ambientes citadinos, muitas vezes inspirados por uma ideologia ambientalista que ganhava terreno, era característica comum entre muitos de nós adolescentes.

O lugar onde acampamos foi a Praia do Sono. Para chegar lá, além de cruzar um longo trecho da Rodovia Rio-Santos, passamos por uma pequena e sinuosa serra, rodeada de vegetação que já começava a proporcionar a sensação de isolamento da cidade. Paramos o carro em um bairro chamado Vila Oratório que, em um primeiro contato, parecia apenas ser um bairro pobre e, depois, fizemos uma trilha que normalmente exige uma hora de caminhada, mas que nos exigiu, naquele momento, mais ou menos três, pois tinha acabado de chover e a trilha estava com bastante lama.

Finalmente chegamos na Praia do Sono. Ficamos em um camping onde outros amigos já nos esperavam, localizado na areia praia. Armamos a barraca debaixo de árvores tão próximas da praia que faziam sombra nela. O dono desse camping é hoje o meu grande amigo Izac. Aquela “natureza intocada”, acessível apenas se enfrentada a longa trilha barreada, era o que queríamos vivenciar e experimentar. Praia paradisíaca, trilhas no meio de uma floresta abundante e cachoeiras de água cristalina. O lugar estava cheio de outros adolescentes da mesma faixa etária que nós, a beleza e o difícil acesso nos davam a impressão de exclusividade.

Com o passar do tempo, fui percebendo que a população que lá morava me atraía mais do que os jovens que me acompanhavam. Izac, o dono do camping, “aquele cara que parece índio”, como diziam os adolescentes, era alguém que realmente se

diferenciava daquilo que intitulávamos como “loucura da cidade” e, nós, turistas, éramos nada mais nada menos do que pessoas dos centros urbanos, reproduzindo o sentido e a racionalidade dos centros urbanos. Depois percebi que a fuga da cidade, a natureza intocada, a praia paradisíaca, as cachoeiras de água cristalina, em essência, eram, para nós, apenas objetos que carregavam um símbolo que queríamos consumir.

Nessa ocasião eu descobri quem realmente era o caiçara, pois, até então, para mim, todo morador do litoral era caiçara e eu, por já ter morado em Santos, acreditava que tinha um pouco de caiçara em mim. Pura ilusão.

Foi o diálogo com o Izac que começou a me proporcionar outra visão. Conversando com Izac, fui percebendo como “distintos mundos” se encontravam. Izac, embora respeitasse, não considerava correta a maneira como muitos dos jovens agiam. Grande parte dos jovens urbanos achava que estava realmente isolada, que podiam fazer de tudo, que não havia regras. Não entendiam a organização do bairro, a separação dos lotes, as regras de convívio e, frequentemente, estavam colhendo frutos de árvores dos quintais caiçaras, se embriagando e reproduzindo palavrões diante de famílias e crianças caiçaras que não sabiam muito bem como reagir.

A proximidade que obtive com Izac me fez querer voltar outras vezes e, com o passar dos anos, a minha intenção não era mais a de simplesmente viajar com amigos, mas sim a de viajar para encontrar amigos. O amadurecimento da minha relação com os caiçaras me fez entender melhor a maneira como eles pensam, agem, refletem e se reproduzem socialmente. São outras regras de convívio, outra percepção em relação à realidade, outro tempo social, outro ritmo de vida.

Valores, um tanto quanto “Alberto Caeiristas”, que necessitam longas reflexões e explanações para serem defendidos na cidade, são compreendidos e reproduzidos pelos caiçaras sem muitas palavras. Com a convivência, a relação foi se aproximando, tornando-se mais quente, e eu comecei a deixar de ser visto como turista e passei a ser visto como amigo, sendo sempre recebido com alegria. Assim como hoje eu consigo entender melhor o caiçara, ele, por sua vez, entende melhor o sujeito da cidade, sabendo, inclusive, como evitar o turista que não deseja.

O acirramento do convívio, inevitavelmente, trouxe à tona, além das alegrias, as aflições, medos e angústias daquelas pessoas. Interesses fundiários, ideologias ambientalistas, interesses imobiliários e turísticos, permeiam o cotidiano dessas pessoas. Então entendi também que aquela população residente na Vila Oratório, um dia viveu e se organizou como a população da Praia do Sono, alterando completamente a sua maneira de viver após ter sido desapropriada para a implantação de um condomínio de luxo de segunda residência. Esse condomínio, Laranjeiras, se implantou naquela região na década de 1970, desapropriando os caiçaras que foram afastados para a Vila Oratório, construída para abrigá-los. Hoje, o resultado, de um lado, é de praias de uso privativo realizado por turistas condôminos e, de outro, caiçaras desapropriados que perderam quase todas as possibilidades de se reproduzirem socialmente segundo a sua cultura e os seus desejos. Essas perdas trazem, para as populações caiçaras vizinhas, o temor de possíveis desapropriações, proibições, coibições.

Depois conheci duas outras populações, mais afastadas: A de Ponta Negra, acessível por trilha da Praia do Sono e a de Martim de Sá que, para ser visitada da Praia do Sono, exigia o uso de um barco a motor. Em todas essas localidades estavam presentes o caiçara, o turismo e as unidades de conservação, com diferentes interesses em jogo. Logo percebi que o problema presente nas quatro localidades, acentuado na Vila Oratório, não era causado apenas pelo Condomínio Laranjeiras, mas sim por uma outra racionalidade que havia “descoberto” aquela região recentemente.

Entrei na graduação em geografia no ano de 2005 e, então, comecei a atribuir categorias da geografia para aquilo que eu observava naquela região. A vontade de fazer uma efetiva pesquisa científica, naquela área, foi inevitável e, sem dúvidas, foi o que escolhi fazer em atividade de mestrado. Hoje, ano de 2013, apresento o resultado, porém, devo admitir que as dificuldades foram muito maiores do que as imaginadas, pois o que sinto em relação àquelas populações, as suas alegrias e aflições, só podem ser expressivamente compreendidas se vividas. O fazer científico é uma aproximação de traduzir uma realidade de acordo com um vocabulário próprio, expressar fielmente o que aprendi durante 13 anos de experiência obtida pela presença física, se coloca

como difícil tarefa. Sendo assim, aos que se interessam ao tema, se preocupam com a diversidade cultural do nosso país e realmente querem conhecer um outro sentido de vida, recomendo, de coração, que coloquem o pé na areia aonde eles vivem, mas se esforçando para deixar os preconceitos do lado de cá da trilha.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um estudo acerca de populações caiçaras do litoral sul fluminense que passaram por transformações significativas após a construção da Rodovia Rio-Santos. As populações aqui consideradas estão presentes na Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá, todas localizadas no extremo sul do município de Paraty.

A hipótese que norteou este trabalho é a de que as territorialidades caiçaras se transformaram em função do contato com as sociedades urbanas e que, essas mudanças estão se dando de maneira que as populações caiçaras não estão 'sendo ouvidas', não estão tendo os seus interesses considerados pelas políticas públicas e pelos grupos sociais agora presentes no mesmo fragmento do território do qual elas fazem uso e se reproduzem há séculos.

O objetivo foi o de entender a maneira como essas transformações ocorreram e ocorrem, identificando os agentes sociais envolvidos, com os seus respectivos interesses, para assim refletir sobre as implicações dessas transformações na vida do caiçara, foco principal desta pesquisa, possibilitando alguns apontamentos de medidas que beneficiariam essas populações.

Para tanto, o trabalho foi pensado a partir das concepções de *tempo de antigamente* e *tempo de hoje em dia*, identificadas, em trabalho de campo, sendo utilizadas pelos caiçaras na tentativa de compreender as transformações pelas quais passaram e estão passando. Assim, elaboraram-se observações, análises e reflexões a respeito de cada um desses tempos, refletindo também a respeito dos processos que condicionaram essas transformações.

No primeiro capítulo, estão expostos os resultados que se referem ao *tempo de antigamente*. Para alcançar esses resultados foi feito uso de bibliografia que aborda o tema e foram realizados dois trabalhos de campo, evidenciando dados a partir da memória de caiçaras correspondentes a esse tempo e a partir de hábitos e expressões materiais que se mantiveram nas localidades aqui estudadas.

No segundo capítulo, estão dissertadas reflexões a respeito dos processos que condicionaram as transformações, sendo a Rodovia Rio-Santos um evento que possibilita diferenciar o *tempo de antigamente* do *tempo de hoje em dia*¹, evento este que viabilizou e incentivou a urbanização, o turismo e a expressão territorial de diferentes discursos ambientais. Esses processos, ao se desenrolarem na região de Paraty, reconfiguram aquele fragmento do território e as territorialidades caiçaras.

No terceiro, estão descritas as condições, no *tempo de hoje em dia*, de cada uma das populações caiçaras consideradas. Este capítulo, quando comparado com o primeiro, possibilita identificar as transformações ocorridas nas áreas de estudo após a consolidação da Rio-Santos, além de evidenciar os impactos que os processos resultantes geraram. Finalmente, nas conclusões, as quatro localidades são sucintamente relacionadas, para enfim apontar algumas breves sugestões de medidas que beneficiariam essas populações.

A dimensão espacial requerida na realização deste trabalho foi permitida pela escolha da territorialidade como principal categoria analítica, considerada sob a concepção de populações tradicionais.

Territorialidade e Populações Tradicionais

O caiçara possui as suas próprias territorialidades e estas são aqui compreendidas como um “conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social” (Corrêa, 1994, p.251, 252). Essa definição de territorialidade realizada por Corrêa (1994) evidencia a sua abrangência territorial, uma vez que, para além de prática, a territorialidade é também expressão material, se manifestando concretamente no território.

Evidenciar territorialidades é evidenciar o material e o imaterial, os processos e o resultado dos processos, o simbólico e o objetivo que gravitam em torno de uma

¹ No início do cap. 1 e ao longo do cap. 2 estão desenvolvidos conteúdos que dão sentido às concepções de *tempo de hoje em dia* e *tempo de antigamente*, incluindo os propósitos da compreensão da Rodovia Rio Santos como evento.

determinada prática, pois ela “reflete multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade” (Raffestin, 1993, p. 158). Podemos exemplificar essas definições a partir do nosso estudo, pensando em alguma prática realizada por grupos caiçaras que, neste caso, seriam, segundo Raffestin (1993, p. 158), a “coletividade”, ou, segundo Côrrea (1994, p.252), “um determinado agente social”. E utilizaremos a prática da pesca para tal exemplificação.

A pesca e as práticas envolvidas por ela, mais as suas expressões materiais e simbólicas, configuram uma territorialidade exemplar construída por grupos caiçaras. A prática da pesca, em si, exige a realização de outras. Para adentrar o mar com uma canoa e tornar a pesca de canoa possível, o caiçara precisa preparar ferramentas para a sua execução, a exemplo da confecção da própria canoa e dos seus remos, da confecção das redes de pesca e da preparação das iscas. Há também a necessária análise do tempo atmosférico, da temperatura e da claridade da água, além da análise das correntes de vento e marítimas, para assim se ter noção de qual será a espécie do peixe pela qual se vale a pena investir esforço na sua captura e considerar se essa espécie de peixe é encontrada próxima aos costões, próxima à praia ou em águas profundas, para também concluir a localidade do mar onde essa pesca vai ser realizada. Há ainda as práticas da divisão do pescado e da sua secagem, realizadas respectivamente nas praias e nos quintais das casas dos caiçaras. Essas práticas, se consideradas em conjunto, evidenciam a “multidimensionalidade do vivido territorial” acima citada por Raffestin (1993).

A confecção dos materiais, a análise das condições ambientais e do pescado requerido pelo caiçara nesse tipo de pesca exemplificado, além da divisão do pescado, pode ser entendido como o “conjunto de práticas” citado por Corrêa (1994) em sua definição de territorialidade e, são evidentes as expressões materiais dessas práticas, a exemplo da própria canoa, das redes de pesca, dos remos, do próprio pescado e, até mesmo, o desmate na mata para a retirada da madeira com a qual se realizará a canoa ou os ranchos na praia onde as canoas são abrigadas.

O conjunto de práticas e expressões materiais que configuram a territorialidade é realizado no território, portanto, abrange áreas de atuação e pode ser espacialmente

identificado, embora as suas 'fronteiras' sejam difusas. O caiçara utiliza áreas de floresta para a retirada dos materiais necessários para a confecção de ferramentas utilizadas na pesca; realiza essa pesca em áreas marítimas, não muito próximo à praia, onde os peixes são de pequeno porte, e nem em alto mar, onde o caiçara pode correr perigo devido à rusticidade das suas canoas; utilizam áreas da praia para a divisão do pescado, para a retirada do pescado das redes e para o armazenamento das suas canoas e; esse pescado é deixado sob a luz do sol para a sua secagem, nos quintais das casas dos caiçaras, entre a floresta e a praia. Portanto, a territorialidade está contida em um território politicamente delimitado, neste caso ela abrange partes das florestas, das praias e do mar.

Inegavelmente, as práticas e expressões materiais construídas e realizadas por um determinado grupo social, em grande medida, são orientadas pelos valores, símbolos e significados compartilhados pelo grupo social que a realiza. Como afirma Corrêa (1994), a territorialidade é também prática e expressão simbólica, essa categoria analítica contempla os símbolos e significados compartilhados entre o grupo que a realiza. Ela possui, portanto, uma dimensão cultural, pois a cultura se expressa por meios materiais e não materiais (Diegues, 2004, p.22) e é definida por “estruturas de significado socialmente estabelecidas” (Geertz, 1973, p.23), trata-se de “sistemas entrelaçados de signos” (Geertz, 1973, p.24), é algo subjetivo que orienta os indivíduos em suas relações sociais e com o meio (Diegues, 2004, p.22).

A dimensão cultural da territorialidade concebe a esta categoria a presença de um nexos entre a cultura, as práticas e o meio onde se realizam, de maneira que esses elementos estejam intrinsecamente ligados, fazendo com que metamorfoses em qualquer um deles ocasionem também transformações na territorialidade como um todo. A territorialidade é, portanto, dinâmica, varia no tempo e no espaço conforme os interesses de quem a constrói, conforme as possibilidades que o meio oferece e conforme as implicações culturais e territoriais. Ela está em constante construção e reconstrução. Assim, transformações culturais e territoriais podem ser evidenciadas pelo movimento das territorialidades, e vice versa.

Em um tempo pretérito, as populações caiçaras se organizavam em territorialidades da pesca, da caça, da roça e das festividades. Atualmente, a depender do caso, elas estão transformadas, com algumas presente apenas no imaginário, enquanto que novas surgiram, a exemplo das territorialidades em torno da atividade turística e do trabalho assalariado.

As populações caiçaras, por se tratarem de populações que se formaram e consolidaram em áreas de acesso dificultado, próximas ao litoral, entre irregularidades montanhosas de expressiva declividade, ou em ilhas, ou ainda em fragmentos de floresta atlântica efetivamente explorados pelas sociedades urbanas apenas recentemente, são populações que constroem e praticam territorialidades singulares, condizentes com a sua cultura e com o fragmento do território por elas utilizados, são populações que se formaram de maneira periférica às sociedades urbanas. Este fato nos permite afirmar que essas populações são populações tradicionais, distintas das populações urbanas consolidadas sob os valores modernos, da urbanização e da industrialização. São tradicionais em relação ao moderno que se impôs ao modo de vida urbano.

Há na bibliografia um amplo debate sobre populações tradicionais, com muitos autores dando preferência ao termo 'comunidade', ao invés de 'população'. Faremos algumas citações dessas definições para então realizarmos algumas reflexões que possibilitem incrementá-las.

Enriquecer o debate sobre populações tradicionais, ao nosso ver, se faz necessário devido ao fato de aqui ser considerado importante o reconhecimento e a identificação dessas populações, com as suas devidas singularidades, para que a elas sejam destinadas políticas públicas que venham a beneficiá-las.

Diegues é a maior referência bibliográfica sobre esse tema no Brasil, tendo inclusive a sua obra consultada na elaboração de planos e relatórios de manejo que tentam levar em consideração as comunidades tradicionais. Para Diegues (2005, p.22), comunidades tradicionais podem ser definidas pelo fato de não utilizarem escrita, de serem sociedades em que o conhecimento é gerado e transmitido pela oralidade através de um linguajar particular; conhecerem os ciclos naturais e dependerem dele

para a sua sobrevivência; de viverem em pequenos aglomerados com atividades organizadas no interior de unidades familiares, em que as técnicas tem baixo impacto sobre a natureza.

Essa definição desenvolvida por Diegues foi muito utilizada nas pesquisas que refletem sobre populações tradicionais, tendo trazido contribuições importantes aos estudos sobre essa temática. Porém, a leitura dessa definição, fragmentada do restante da obra desenvolvida por este autor, pode dar a entender que população tradicional se trata de uma organização social cristalizada no tempo, de modo que, se algum dos seus elementos de definição for alterado nas populações reconhecidas como tradicionais, a população perde o seu caráter de tradicionalidade. Fato este que o próprio autor discorda, pois, segundo ele, a “tradição é entendida não como algo imutável, mas como um processo histórico pelo qual elementos da cultura chamada moderna são continuamente reinterpretados e incorporados ao modo de vida” (Diegues, 2004, p.23).

O conceito de modo de vida caiçara é entendido por Diegues (2004, p.22) como “a forma pela qual as comunidades praianas ou praiieras do Sudeste organizam a produção material, as relações sociais e simbólicas dentro de um contexto espacial e cultural.”.

Nas áreas em que realizamos a nossa pesquisa é comum, por parte do caiçara, a reivindicação de acesso à escola, aos cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho e a criação de novas atividades econômicas condizentes com a sua situação presente, até porque as suas antigas práticas de pesca foram impossibilitadas pela ação da pesca industrial e, a caça, a roça e a coleta coibidas pela legislação ambiental das Unidades de Conservação ali criadas.

Esse processo tem ocorrido em muitas localidades. Luchiari (1992, p.67-82), por exemplo, identificou na década de 1990, dificuldades do caiçara, no litoral norte paulista, mediante um novo contexto. Nesse caso, em um primeiro momento, o caiçara teve as suas atividades tradicionais ameaçadas com a devastação ambiental desordenada, a exemplo da mata cedendo lugar às construções e ameaçando a fonte de matéria-prima do artesanato produzido pelo caiçara. Já num segundo momento, o

poder público apressando-se em deter as agressões ao meio ambiente, adotou medidas preservacionistas que priorizaram o meio ambiente em detrimento do elemento humano, a consequência foi o caiçara ter sido impedido de ter acesso aos ambientes de onde retirava matéria-prima. De maneira ou de outra, o contexto levou o caiçara a reivindicar alternativas para a sua sobrevivência.

Evidencia-se, portanto, por parte do caiçara, a necessidade e o desejo de transformar algumas das características que Diegues utiliza para definir e identificar as populações tradicionais. Em alguns casos, os antigos conhecimentos dos ciclos naturais estão se perdendo e, havendo a necessidade de realizar novas atividades econômicas, a alfabetização e o registro escrito de muitos saberes se tornou algo corrente, o que não significa perda de tradicionalidade por parte dessas populações.

Neste sentido, Barreto Filho (Barreto Filho *apud* Guanaes, 2006) afirma que as variadas formas de uso dos recursos naturais, por parte dessas populações, podem hoje serem ocultadas devido às denominações que lhe conferem valores e práticas cristalizadas. Este autor, inclusive, sugere a substituição da expressão “populações tradicionais”, por “pessoas e/ou grupo sociais residentes”, acreditando ser, assim, possível defender os povos e grupos sociais que lutam pela sobrevivência.

De fato, Barreto Filho tem razão nas suas observações relativas às dúvidas que essa denominação tem causado, no entanto, a mudança da expressão será o suficiente para que as dúvidas sejam superadas? Ao utilizar a expressão “pessoas e/ou grupos sociais residentes” não podem surgir outras dificuldades em termos de identificar essas populações? No local onde a presente pesquisa foi realizada, por exemplo, existem sujeitos provenientes dos meios urbanos que realizam um turismo de elite de segunda residência. Eles não poderiam ser enquadrados nessa denominação do autor e acabarem adquirindo privilégios em relação às políticas públicas que tentam beneficiar populações tradicionais?

Ainda que as denominações tenham causado dúvidas, não expressando com exatidão os grupos sociais aos quais o termo “populações tradicionais” se refere, deve-se reconhecer que há um debate construído em torno desse termo, com consideráveis ganhos políticos adquiridos, inclusive com o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação (SNUC), um conjunto de artigos que orienta a política de gerenciamento e ordenação das unidades de conservação, reconhecendo as populações tradicionais. Este fato é significativo na medida em que uma ideologia ambientalista tem ameaçado desapropriar antigas populações do interior de áreas de expressivos remanescentes florestais. Esse ganho é ainda mais significativo se for considerado o fato de esse discurso ambientalista também estar sendo utilizado para escamotear interesses econômicos fundiários. Portanto, esclarecer o que se pretende com a expressão “populações tradicionais”, tentando aparar as suas arestas, talvez seja politicamente mais interessante do que, a essa altura, mudá-la.

Já Noffs (2007, p. 27, 28 e 109), critica o reconhecimento das comunidades tradicionais. Para esse autor, considerar comunidades específicas como tradicionais é o mesmo que considerar que essas comunidades tenham seu próprio modo de produção separado e desarticulado do modo de produção capitalista vigente na atualidade. Seria como considerar “dois Brasis”, sendo um o das comunidades tradicionais e o outro o capitalista, inclusive de maneira dualizada, sendo um “o do bem” e o outro “o do mal”.

Segundo este autor (2007, p.27 e 28)

Esses autores [que enquadram as populações caiçaras como populações tradicionais] também apresentam uma visão dualista da realidade brasileira, atribuindo ao 'país' das comunidades tradicionais, aquele que se desenvolveu 'periféricamente à sociedade capitalista', um modo de produção próprio, independente do modo de produção capitalista dominante

Neste trabalho, parte-se do pressuposto que reconhecer comunidades tradicionais não se trata de afirmar que seu modo de produção é distinto e estático, ou que essas populações conformem um Brasil diferente do Brasil das sociedades urbanas, mas se trata sim de reconhecer a especificidade do seu modo de vida, da sua cultura e das suas territorialidades, mesmo que inseridos no modo de produção capitalista e reprodutores dele. Se trata também de reconhecer a existência de distintas racionalidades, sendo uma relativa ao homem moderno e outra relativa às populações tradicionais. Inclusive, as racionalidades se imprimem distintamente no espaço, consolidando diferentes configurações territoriais que, por si só, já são capazes de

evidenciar expressivas diferenças entre o caiçara e o homem moderno. Caso contrário não seria necessário nem mesmo atribuir a esses grupos um nome específico, o de caiçara, como o próprio autor realiza em seu trabalho, pois se o caiçara nada difere de outros grupos, por que então dar a ele uma denominação própria?

Esterci (2007, p.223) também traz uma definição sobre comunidades tradicionais. Para ela, comunidades tradicionais se referem àqueles povos ou grupos que, vivendo em áreas periféricas à nossa sociedade, em situação de relativo isolamento face ao mundo ocidental, capitalista, construíram formas de se relacionar entre si e com seres e coisas da natureza muito diferentes das formas vigentes na nossa sociedade.

Considerando as colocações dos diferentes autores, tentamos elaborar novas considerações acerca dessas comunidades, mas nota-se que algumas das denominações fazem uso da palavra “comunidade” e, há aspectos positivos e negativos quanto a essa denominação.

Falar em “comunidade” exprime força e, além de ser a expressão utilizada pelos grupos com os quais realizamos a presente pesquisa, essa palavra traz consigo a concepção de unidade e até mesmo de co-dependência entre os membros que compõem esse grupo. Trabalhos acadêmicos, a exemplo de Schmidt (1958) e Cândido (1975), demonstram como a solidariedade entre os membros dos grupos caiçaras e caipiras, realizada a partir de ações como os mutirões para a construção de casas ou o auxílio na realização das festas religiosas, era destacada como fator importante de coesão nas suas relações sociais, o que colabora para que a expressão comunidade fosse adequada no período em que esses autores realizaram as suas pesquisas, pois o expressivo ato de solidariedade entre os membros traz consigo a ideia de haver unidade entre eles, de haver rigidez nas relações sociais cotidianas. Antônio Cândido demonstrou detalhadamente, em seu trabalho *Os Parceiros do Rio Bonito*, a maneira como os laços comunitários do caipira, em período anterior à sua maior dependência da economia geral do Estado, eram fortalecidos pela presença de uma solidariedade vicinal.

Porém, o atual contexto do caiçara, de contato mais acentuado com os produtos e valores advindos dos meios urbanos, assim como constatado por Antônio Cândido em seu estudo sobre o caipira, tem repercutido na solidariedade antes presente entre os caiçaras, hoje mais individualizados.

Denominaremos, portanto, esses grupos tradicionais como populações devido ao atual questionamento da presença de solidariedade, unidade e dependência entre os membros dos grupos caiçaras e também devido ao fato de o próprio SNUC reconhecer algumas populações como tradicionais, o que proporciona força política a essa expressão.

Contudo, compreendemos os grupos caiçaras como populações tradicionais e, as populações tradicionais são aqui definidas por terem a sua origem e consolidação desenvolvida em situação periférica das sociedades urbanas modernas e dos seus valores. Vale ressaltar que situação periférica não significa excluída ou isolada, mas sim em contato com o moderno de maneira complementar, sem que o moderno seja o seu eixo estruturador. Dessa maneira, pode-se reconhecer esses grupos ainda que o seu modo de vida e territorialidades tenham se alterado conforme as exigências da atualidade.

Ao longo do trabalho, em capítulos posteriores, estão desenvolvidas reflexões no sentido de demonstrar a diferença entre os valores das populações urbanas e os valores das populações tradicionais. Populações tradicionais, portanto, podem ser identificadas por terem se formado e consolidado em situação periférica à sociedade urbana moderna e justamente por isso, elas são dotadas de valores, símbolos e significados que expressam e apreendem o mundo de maneira específica, ou seja, são populações com culturas singulares.

As culturas são singulares, e a singularidade da cultura e das territorialidades é marca da tradição dessas populações, pois o fato de essas populações serem tradicionais não significa que elas apresentem cultura e territorialidades estáticas. Essas considerações se articulam no mesmo sentido das reflexões de Diegues (2004, p.40 e 41), para quem

as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos [...] A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos (Diegues, 2004, p.40 e 41).

Isso significa que as populações tradicionais, embora tenham aderido muitos dos hábitos e elementos provenientes dos meios urbanos, continuam tendo sua cultura singular, pois o conjunto de signos que orienta suas relações sociais e com o meio é ímpar, exclusivo dessas populações. O significado que as populações tradicionais atribuem aos objetos, acontecimentos, relações, fatos, realidade que os rodeia, é diferente do significado que as populações modernas atribuem, fazendo com que suas relações e expressões materiais sejam também distintas, o tradicional o é em relação ao moderno e a transformação não indica descaracterização ou homogeneização cultural.

Sahlins (1997) vai refletir sobre a alteração de elementos culturais defendendo a ideia de que isso não significa a existência de um processo de homogeneização cultural. Este autor aponta que mesmo quando muitos grupos se articulam ao mercado global e deles se tornam dependentes, há também um florescimento cultural que pode ser identificado por alguma diferenciação local que se acentua. O autor tenta comprovar esta afirmação a partir de exemplos como os escravos africanos na América ou a classe operária inglesa que, mesmo absolutamente inseridos no sistema mundial, resistiram com uma forma de contracultura, havendo, portanto, uma variedade de novas configurações culturais.

Claval (1999, p.62) também reflete no mesmo sentido que Sahlins ao afirmar que mesmo frente à uniformização das técnicas em escala global, a diversidade das culturas não está se dissolvendo, pois ela se apresenta cada vez menos fundamentada sobre seu conteúdo material, estando mais “ligada à diversidade dos sistemas de representação e de valores que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividades”.

Deste modo, não afirmarmos que os grupos caiçaras são concebidos enquanto populações tradicionais devido à presença de cultura, modo de vida e territorialidades

idênticos ao de um tempo pretérito, quando os caiçaras ainda tinham pouco contato com os meios urbanos e com os valores modernos, mas, sim, defendemos a ideia de que esse contato mais acentuado com os meios urbanos e valores modernos não faz a cultura caiçara desaparecer e também não faz com que essas populações deixem de ser tradicionais, pois elas permanecem se expressando de modo encontrado apenas entre os grupos caiçaras.

Assim, consideramos como populações tradicionais caiçaras, com cultura singular, aquelas populações provenientes da miscigenação do branco europeu com ameríndios, recebendo também alguma influência do negro africano aqui trazido para o exercício de mão de obra escrava; estabelecidas em porções litorâneas do sudeste brasileiro, tendo ali desenvolvido seu modo de vida, cultura e territorialidades características, com percepção e apreensão da realidade de modo singular, fazendo proveito da mata atlântica, do mar e dos ecossistemas associados de maneira condizente com a sua cultura, tendo noção própria do tempo e do meio, surgidas e consolidadas de maneira parcialmente isolada dos centros urbanos e das sociedades modernas, e que se reconhecem enquanto caiçaras.

Casos de desapropriações, coibições, restrições e impotência política das populações caiçaras não são raros e, inclusive, estão sendo amplamente demonstrados em trabalhos acadêmicos que há tempos estão explorando essa temática. Nesse sentido, elegemos a territorialidade como principal categoria analítica, estando ela construída e praticada dentro de um território nacional condizente com as definições de território político administrativo realizadas pela geografia. Sobre essa categoria, território, realizamos algumas reflexões para então justificar a escolha metodológica aqui realizada.

O território político administrativo e as populações caiçaras

O uso do conceito território tem a sua origem associada à figura administrativa-militar romana e, no final do século XIX, foi utilizado nos estudos da natureza para designar as áreas utilizadas por espécies vegetais e animais (Moraes, 2000, p.19).

Nesse mesmo período, final do século XIX, Ratzel incorpora, na sua antropogeografia, esse conteúdo atribuído ao território pelas ciências da natureza, qualificando-o pelo domínio de um grupo humano que, no mundo moderno, está necessariamente associado ao poder estatal (Moraes, 2000, p.19). Assim, “a palavra território normalmente evoca o território nacional e faz pensar no Estado” (Souza, 2011, p.81).

Moraes (2000), em sua obra Bases da Formação Territorial do Brasil, realizou no seu primeiro capítulo, uma exposição das concepções de território de acordo com as diferentes linhas de pensamento geográfico e notou que, a partir dos anos 60, hegemoniza-se uma orientação metodológica marxista que qualifica o território pelo seu uso social, assinalando que, “nessa visão, o uso pressupõe a apropriação e o domínio” (Moraes, 2000, p.20).

Souza (2011, p.78), ao refletir sobre essa categoria oferecida pela geografia, se esforça em demonstrar que o território não é necessariamente delimitado a partir do exercício do poder do Estado. Para tanto, esse autor afirma que o território é espacialmente “definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, fazendo uso da concepção de poder trazida por Arendt, para quem “o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (Arendt apud Souza, 2011, p.80). Sendo assim, coloca-se em debate a constituição de territórios, por grupos sociais, a partir do exercício do poder, o que traz a essa categoria a possibilidade de ela ser utilizada sem necessariamente se referir ao território nacional, associado ao Estado como o grande gestor (Souza, 2011, p.81). Para efeito de exemplificação, o autor disserta a respeito dos territórios da prostituição, ou do tráfico de drogas, ressaltando inclusive a possibilidade de os territórios serem móveis e sazonais.

Contudo, as primeiras contribuições realizadas por Ratzel, as colocações de Souza (2011) e as reflexões de orientação metodológica marxista colocadas por Moraes (2000) não se contrapõem, são apenas possíveis orientações metodológicas para o uso dessa categoria. É neste sentido que Haesbaert (2006, p.40) sintetiza as várias noções de território agrupando-as em três vertentes básicas, sendo elas: a política, “onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do

qual se exerce um determinado poder”; a simbólico-cultural, pela qual o território é visto “como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” e; a vertente econômica, concebendo o território como “fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital trabalho”.

As colocações realizadas por esses diferentes autores da geografia e sucintamente aqui descritas nos levam a optar metodologicamente pela leitura de um território nacional no qual se produzem territorialidades. Nas palavras de Ribeiro (2005, p.12459) “é a partir desta leitura, que se dirige à Nação (ou nações), que se torna possível reconhecer territorialidades, ou melhor, a multiplicidade de formas de apropriação do território que tensamente coexistem num determinado tempo e num determinado lugar”.

Neste trabalho, seria possível, por exemplo, conceber a multiplicidade das territorialidades caiçaras como território, de maneira que a territorialidade da pesca, somada à territorialidade da caça e às inúmeras territorialidades caiçaras, conformariam um território caiçara, contemplando assim as dimensões materiais, simbólicas e de usos do território, assim concebido como território simbólico-cultural como foi elencado por Haesbaert (2006). No entanto, busca-se evidenciar que a apropriação e o uso do território, por parte dos caiçaras, não são hoje garantidos. As territorialidades caiçaras não são reconhecidas pelo Estado. Não há, por parte dos caiçaras, poder o suficiente para garantir a apropriação do território. Diferente do reconhecimento jurídico atribuído às territorialidades indígenas e quilombolas que hoje conformam verdadeiros territórios. Os territórios indígenas reconhecidos pelo artigo 231 da Constituição de 1988 e, os territórios quilombolas, reconhecidos pelo Decreto Federal Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, de maneira que, tanto índios quanto quilombolas, hoje possuem respaldo legal que garante a permanência nas suas terras.

Lhote (1982) demonstra como caiçaras foram desapropriados das terras secularmente utilizadas por eles em detrimento da tentativa de construção de um grande empreendimento turístico. Diegues (1994), também relata um caso de desapropriação caiçara, no qual o uso, por caiçaras, de fragmentos florestais, é

impedido devido à delimitação de unidades de conservação. Mendonça (2010), em seu trabalho de mestrado, entrevista caiçaras migrantes, hoje moradores da periferia urbana do município de Paraty devido às coibições realizadas por agentes do mercado imobiliário.

Tentamos, portanto, evidenciar que, no caso das populações caiçaras, se tratam de territorialidades caiçaras fazendo parte de um território nacional de maneira marginalizada, pois essas populações carecem de garantia de apropriação e uso do território, carecem de garantia de reprodução das suas territorialidades, para assim, efetivamente conformarem territórios caiçaras.

Trilhas para a empiria

Para esta pesquisa foram realizados dois trabalhos de campo. Um deles ocorreu em outubro de 2012 e o outro em Junho de 2013. Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas, gravações de áudio, fotografias e anotações em diário de campo. Para a realização das entrevistas, distinguimos os caiçaras considerados do *tempo de antigamente*, dos caiçaras do *tempo de hoje em dia*. Para tanto, considerou-se na condição do primeiro aquele que apresentava no mínimo 18 anos no período em que a Rodovia Rio-Santos foi implementada, sendo, portanto, o caiçara que no ano de 2013 apresenta 58 anos de idade ou mais. Esse critério foi estabelecido por considerar que o caiçara, hoje com esta idade, vivenciou expressivamente o tempo de antigamente, possuindo uma significativa memória. Sendo assim, os caiçaras com menos do que 58 anos, são considerados caiçaras *mais novos*, segundo o vocabulário utilizado por eles.

Nas entrevistas de campo foram utilizados dois questionários com perguntas já formuladas (Anexo 2, p. 213 e 214), estando um voltado ao caiçara do *tempo de antigamente* e o outro aos *mais novos*. Nenhuma das entrevistas se limitou às perguntas elaboradas, com a maioria delas se transformando em longas conversas. É importante considerar que essa divisão foi realizada com fins de tornar possível a aplicação de questionários elaborados especificamente ao perfil do entrevistado,

evitando quantidade excessiva de questões que os caiçaras não soubessem responder. Porém, alguns caiçaras *mais novos*, quando estabeleceram diálogo com o entrevistador, forneceram informações significativas em relação ao *tempo de antigamente*, mesmo tendo vivenciado esse tempo quando ainda crianças. Além disso, o *novo* e o *antigo* estão misturados, de maneira que é possível identificar características do *tempo de antigamente* ainda sendo reproduzidas atualmente.

Com alguns caiçaras estabeleceu-se longos diálogos com caráter de entrevista aberta. Além disso, houve consulta de dados com uma funcionária do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Senhora Iliana Salgado, e foram entrevistados o síndico do Condomínio Laranjeiras, Senhor Luiz Gatti; a presidente da Associação de Moradores da Praia do Sono, Senhora Leila Conceição; o presidente da Associação de Moradores da Vila Oratório, Senhor Elvis Maia, acompanhado pela sua esposa Senhora Sarita e; a agente de saúde Joseane Costa, funcionária da Associação de Moradores e Amigos de Ponta Negra.

Durante a realização dos trabalhos de campo, a estadia do autor foi realizada na Praia do Sono por dois principais motivos, um deles se refere ao fato de o autor já ter relações estabelecidas com moradores dessa localidade e, o outro, porque essa localidade possui uma posição vantajosa, estando localizada entre a Vila Oratório e a Ponta Negra. Contudo, os acessos exigem a caminhada por trilhas, trazendo relativa dificuldade na realização dos trabalhos de campo, principalmente em dias chuvosos que, comuns naquela região, de maneira que o desgaste físico a necessidade de prolongamento dos dias de trabalho de campo foi inevitável. A dificuldade trazida pelas trilhas somou-se à dificuldade de encontro com os indivíduos que se desejava entrevistar. Um dia e meio foi utilizado apenas para conseguir diálogo com algum funcionário do INEA. No primeiro deles, após longas horas de espera para a abertura da sede, houve a comunicação de que a funcionária que poderia ceder informações estava ausente, exigindo mais um outro dia de trilha e estrada para encontrá-la. Para viabilizar entrevista com o síndico do Condomínio Laranjeiras também foi necessário agendamento. Também foi encontrada resistência por parte de alguns caiçaras em estabelecer aproximação na realização das entrevistas, com muitos se negando para

tal. Este fato exigiu que se recorresse a conhecidos que intermediassem as entrevistas. Foi Izac, morador da Praia do Sono, quem muito ajudou, apresentando caiçaras e facilitando os diálogos.

Portanto, a realização de entrevistas de modo aprofundado, exigiu aproximação entre entrevistador e entrevistado e, quando essa aproximação era alcançada, o caiçara rompia com a formalidade, abordando diversos assuntos, dispersando das perguntas, demonstrando outros interesses e fazendo perguntas ao entrevistador. Uma outra dificuldade encontrada se deu por conta da concepção de tempo e valores correspondentes à cultura do caiçara. Durante o trabalho de campo, muitas vezes, os caiçaras dispersavam das perguntas preferindo enfatizar assuntos distintos, este fato, foi valioso, porque possibilitou identificar valiosos temas e características culturais que não seriam identificadas caso os questionários fossem seguidos rigidamente, mas também reduziu a quantidade de opiniões em relação a alguns temas. Além disso, alguns caiçaras mais próximos, já conhecidos, queriam aproveitar a presença do entrevistador para realizar outras atividades, menos formais.

Contudo, os resultados foram positivos, com os trabalhos de campo viabilizando informações em grande quantidade e qualidade.

CAPÍTULO 1 - O CAIÇARA DO TEMPO DE ANTIGAMENTE

*“O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes”
Cora Coralina.*



Fotografias (1 e 2) retiradas do documentário Vento Contra. Caiçaras construindo coletivamente uma Igreja e navegando em canoas de voga.

Realizando visita de reconhecimento das áreas aonde propõe-se a presente pesquisa, ao conversar com os caiçaras, notou-se a recorrência das expressões *tempo de antigamente* e *tempo de hoje em dia*. Essas expressões são utilizadas quando os caiçaras falam das suas atividades cotidianas, dos seus acessos, das suas relações sociais e com o meio. As utilizam para demonstrar mudanças. Mais do que expressões que remetem ao tempo, essas expressões remetem a modos de viver, de fazer e de se reproduzir, sendo também utilizadas para referenciar temporalmente pessoas e objetos correspondentes ao tempo. Os caiçaras que viveram o tempo de antigamente, segundo o vocabulário caiçara, são *os antigos* e, os do tempo de hoje em dia, *os mais novos*.

Como diz Senhora Ubaldina da Conceição (E7¹), de 82 anos, moradora da Praia do Sono, *“hoje em dia tá tudo mudado, mudou tudo, mudou esse negócio de viver da rapaziada, a rapaziada era uma rapaziada simples, trabalhava, casava, mas hoje em dia já mudou a vivença”*. Falas como essa indicam a organização da linha do tempo segundo a concepção do tempo de antigamente e do tempo de hoje em dia. Essa mesma concepção de organização do tempo aparece na seguinte fala da Senhora Geni da Conceição (E1), moradora da Vila Oratório de 82 anos: *“Antigamente o trabalho era mais da roça e da pesca, hoje em dia trabalha de tudo, de pedreiro, eletricista, marceneiro”*.

Logo, foi possível perceber que compreender as territorialidades caiçaras, a partir dessa concepção de tempo, possibilitaria identificar transformações de maneira mais fiel ao ponto de vista dos caiçaras, conforme as suas colocações e afirmações. Assim, o trabalho passou a ser estruturado a partir de uma linha de raciocínio que explicita as territorialidades relativas a cada um desses dois tempos.

Apesar de discernir as territorialidades caiçaras do tempo de antigamente das do tempo de hoje em dia, está claro que não podemos afirmar que populações caiçaras são deste ou daquele tempo. Esta divisão é feita com fins de estruturar teoricamente aquilo que foi observado em campo, além de ser uma forma de atribuir orientação temporal às territorialidades, obtendo conexão entre o tempo e o espaço. São

1 As pessoas que gentilmente colaboraram com essa pesquisa, seja por meio de entrevistas ou diálogos, estão apresentadas nos anexos, página 209, de acordo com a classificação E1 a E21.

encontradas portanto, nas mais variadas populações caiçaras presentes no litoral do sudeste brasileiro, elementos do tempo de antigamente coexistindo com elementos do tempo de hoje em dia em diferentes graus de intensidade.

Nas localidades consideradas para a realização dessa pesquisa, as falas caiçaras indicaram a construção da Rodovia Rio-Santos como um evento delineador entre o tempo de antigamente e o tempo de hoje em dia. Foi a construção dessa rodovia que facilitou o acesso a essas localidades, aumentando o contato dos caiçaras com pessoas provenientes dos meios urbanos. Como afirma a Senhora Geni, “*o turismo começou foi depois que abriu a estrada Rio-Santos*”.

O evento, nas ciências sociais, não é tido como um acontecimento qualquer. Santos (2008, p.143-145), propondo a construção de uma teoria geográfica, considera o evento como uma categoria de análise para a geografia, pois ele é um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço, ele é simultaneamente matriz do tempo e do espaço.

Quando o evento emerge, ele propõe uma nova história. A nova história proposta se dá pela mudança que o evento causa. “Os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (Santos, 2008, p.146) e, se não mudam as formas como visualmente se apresentam, mudam os seus significados, mudam os seus sentidos. Ele é um rompimento com um modo de fazer, com um modo de acontecer, trazendo em si um caráter organizacional, pois modula, na sua escala de abrangência, os ritmos de atividade, delimitando e qualificando o tempo social (Santos, 2008, p.149), sendo por isso encarado como irreversível.

O caráter temporal e simultaneamente espacial do evento também pode ser identificado na sua duração e extensão, ou escala de ocorrência. O seu acontecer pode perdurar ao longo do tempo, possibilitando também a ocorrência de outros eventos e, os seus efeitos, possuem uma área de atuação. Para identificar os eventos é necessário que nos interroguemos sobre “quando” e “aonde” ocorreram.

É sobre as contribuições sobre evento concedidas por Milton Santos que, na presente pesquisa, a implantação da Rodovia Rio-Santos é considerada como um evento substantivo. A fala dos sujeitos indica que a construção desta rodovia, realizada

na década de 1970, propiciou uma mudança no acontecer, nos modos de fazer, no ritmo social das populações caiçaras pesquisadas.

Este evento, a implantação da Rodovia Rio-Santos, pode ser considerado como ainda atuando, pois ele propiciou a ocorrência de outros, não se trata de um simples acontecimento. É a partir da rodovia que as sociedades urbanas têm acesso facilitado às localidades habitadas pelas populações caiçaras, é a partir da rodovia que se construiu outras vias de acesso, é a partir da construção da rodovia que se inicia o exercício da atividade turística, é a partir da construção da rodovia que se legitimou a necessidade de criação das unidades de conservação. Todos esses acontecimentos podem ser considerados como eventos, possibilitados por um primeiro que alterou substantivamente o universo caiçara. Ocorreram e ainda ocorrem eventos propiciados por este primeiro, pois “os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos que são cada vez mais objeto de organização” (Santos, 2008, p.149). Como esclarece a Senhora Joana (E1), moradora da Vila Oratório, primeiro *“abriu a estrada Rio-Santos e aí foi abrindo estrada para os outros lugar, porque primeiro era trilha, aí abriu a estrada pra cá e começou a vim gente”*.

Neste primeiro capítulo foi realizada uma exposição das territorialidades caiçaras do tempo de antigamente. Elas se referem ao tempo anterior à implementação da rodovia. Para realizar essa exposição, foram combinados dados de bibliografia com relatos obtidos em longas conversas com antigos caiçaras, os quais relataram o tempo de antigamente e, a análise das duas fontes de dados permitiu cruzamentos que asseguram a validade do resultado.

A linha de raciocínio que conduz a pesquisa sugere que seja efetuada uma temporização dos acontecimentos, ou seja, uma identificação do tempo de antigamente e do tempo de hoje. Essa temporização é realizada para fins de melhor entendimento do que se tenta expor, mas com a consciência de que os tempos (de antigamente e de hoje em dia) não são claramente demarcados na linha do tempo, tendo o seu início e fim difusos, assim como as territorialidades possuem as suas “fronteiras” difusas no espaço. Como já citado, essas expressões se dão com fins de esclarecer as mudanças ocorridas, mas sabendo que o antigamente e o atual podem coexistir.

O tempo de hoje em dia pode ser identificado a partir da abertura do caminho da rodovia até o tempo presente. Já para o tempo de antigamente, apesar de ser claro que o seu “término” se dá com o início do citado evento, a delimitação do seu “começo” é mais confusa, pois são poucos os dados históricos disponíveis para que o delimitemos. Não se pode afirmar, com veracidade, se as territorialidades aqui chamadas de territorialidades do tempo de antigamente, se conformaram desde o início da formação dessas populações da mesma maneira como estão descritas neste capítulo. No entanto, é possível afirmar que foi dessa maneira que elas se configuraram desde o início do século XX, pois a memória e as histórias locais alcançam esse período, sendo ele, portanto, aqui utilizado como referência ao “começo” do tempo de antigamente.

1.1 – Territorialidades do tempo de antigamente

A palavra caiçara tem sua origem do tupi-guarani (caá-içara), sendo que caá significa pau e içara mato. Segundo Adams (2000), a palavra caiçara foi por muito tempo utilizada para designar estacas utilizadas para fazer tabas, aldeias ou cercos de pesca, daí passou também a ser utilizada para identificar o morador de Cananéia, mais tarde sendo estendida a todo morador do litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

O estabelecimento dessas populações se deu em contexto de colonização do litoral do sudeste brasileiro. Furtado (1971) demonstra que na Capitania de São Vicente os objetivos iniciais da colonização fracassaram, desenvolvendo-se nessas áreas atividades de baixa rentabilidade, principalmente quando comparadas à riqueza do empreendimento açucareiro que vinha sendo desenvolvido no nordeste, configurando uma colônia de povoamento que encontrou como primeira atividade comercial a caça ao índio. É neste contexto que, para Marcílio (1986), os remanescentes indígenas, alguns refugiados na densa mata atlântica e outros submetidos à vontade do europeu, passam por um processo de aceitação forçada de dependência, na qual são reintroduzidos na mesma terra, não com atividades voltadas para si, mas sim como plantadores, com produção voltada ao colonizador.

A miscigenação entre o colonizador e o indígena do litoral dá origem aos primeiros brasileiros, formando uma população de mamelucos que se multiplicou. Os mamelucos, ou brasilíndios, juntamente com os mateiros nortistas, são os que “vieram a fazer o Brasil” (Ribeiro, 1995, p.109 e 110), responsáveis pela constituição do cerne da nação e, juntamente com os negros abrasileirados, “puderam suportar a invasão gringa mantendo sua cara e sua identidade” de maneira que “não foi tarefa nada fácil ao mameluco se fazer agente principal da história brasileira”.

Essa população mestiça, ao se espalhar pelo território, estabeleceu variantes culturais surgidas de acordo com atividades econômicas e peculiaridades ecológico-regionais (Adams, 2000), criando também uma representação simbólica das áreas que lhes fornecem os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção (Diegues, 2008).

Dentre essas variantes culturais pode ser incluída a caiçara. Desenvolvida em áreas de difícil acesso, em um litoral separado pela serra do mar e não ocupado pela grande lavoura escravista, de maneira que foi pequeno o contato do caiçara com o 'mundo exterior', colaborando com a formação de hábitos e costumes próprios (Adams, 2000; Marcílio, 1986).

A conformação desses povoados característicos se dá de acordo com inúmeras variações da ocupação litorânea. Por vezes têm-se pequenos núcleos populacionais que gravitaram em torno de centros maiores, enviando-lhes pequena produção e tornando-se seus satélites, outras vezes têm-se pequenas populações que se desenvolveram ao lado da grande lavoura, com agricultura de subsistência complementar a ela e que vive em função dela. Porém, houve também povoados costeiros que perderam importância econômica à medida que o povoamento avançou para o interior (Mussolini, 1980).

A respeito da Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá, são poucos os dados históricos capazes de trazerem confiança quanto à origem das suas populações. Sabe-se que era marcante a presença do indígena nessas localidades, o que inclusive pode ser evidenciado nos traços físicos dos habitantes. Como diz Senhor Manuel dos Remédios, conhecido Seu Maneco (E17), morador de Martim de Sá de 69

anos: *“Acho que os primeiros foram os índios que habitavam aqui, depois vieram os brancos [...] e aí ficou os caiçaras, a minha geração tem uma parte nos índios, que a minha bisavó foi pegada no mato à laço”*. Os traços físicos dos habitantes confirmam a fala do Seu Maneco, é comum o tipo físico de pele morena, cabelos negros lisos e pouca barba, enquanto que os sobrenomes indicam origem portuguesa, como Araújo e Conceição.

O comércio de trocas entre europeus e indígenas, comum na região (Mello, 2005), sugere a possível fixação de algum europeu comerciante, juntamente aos indígenas, dando início a uma população que mais tarde se conformou como caiçara, expressando características culturais tanto de um quanto do outro. Assim como a constante passagem de tropeiros, piratas e viajantes também a sugerem. Tudo leva a crer que as populações aqui pesquisadas, pelo menos a partir do início do século XX, se consolidaram como pequenos núcleos populacionais que gravitaram em torno do centro urbano de Paraty, pois não houve realização de grande lavoura neste período e nesta região.

Os povoados caiçaras se conformavam ao longo do território em grupamentos aparentemente desordenados para os padrões de assentamentos urbanos, com casas isoladas entre uma vegetação que era mantida para proteger-lhes dos ventos provenientes do mar (Adams, 2000). Na verdade, as casas eram distribuídas entre as folhagens da restinga de maneira a se proteger do vento marítimo, não muito longe do mar e da praia, onde se exercem as atividades de pesca e ócio e, ao mesmo tempo, próximas dos solos menos arenosos, onde se pode realizar agricultura. Para a construção das casas eram considerados os atributos oferecidos pelo meio, a exemplo das áreas planas, das sombras de grandes árvores ou da proximidade de corpos de água doce. As principais referências de localização e direcionamento do caiçara são objetos presentes no meio em período anterior à intervenção arquitetônica, a exemplo das árvores, baixadas, subidas, pedras e cachoeiras, de maneira que as suas construções e pontos de uso são interligados por trilhas, não havendo nenhum impedimento à circulação pelas trilhas e caminhos, podendo todos circularem sem discriminação (França, 1954; Luchiari, 1992a; Brito, 2000). Estes fatores revelam uma

ordenação bastante relevante e condizente com o cotidiano caiçara, aparentando confusão e desordenamento ao indivíduo que possui referências distintas das referências utilizadas por eles.

Quanto à economia realizada por essas populações, Marcílio (1986), tendo realizado pesquisa de demografia histórica no município de Ubatuba, considerou o caiçara como um povo estruturado sobre uma economia camponesa voltada principalmente para atender as necessidades do grupo doméstico, com fins de subsistência. Nesta economia também se realizava a produção de um pequeno excedente para a efetuação de troca por produtos que não podiam ser produzidos no núcleo comunitário, como vestimentas, pólvora, querosene, sal, machados, facões etc.

Segundo Senhora Geni:

tudo era da roça [...] plantava de tudo [...] a gente só ia na cidade pra comprar o sabão, o sal e a querosene, as outras coisas tudo vinha da roça, porque nós colhia da roça o milho, o arroz, o feijão, tinha verdura, tudo era da roça, a cana pra fazer o açúcar, fazia o melado, nós tinha fartura, mas pro nosso consumo, não era pra vender não, era pra nós mesmo.

De fato, a produção estava voltada para o consumo, sem vistas para a acumulação. Havia uma estreita relação entre a produção e o consumo. Era o consumo, aqui concebido meramente como uso, absolutamente distinto do consumismo referente às sociedades contemporâneas, quem governava o trabalho e a produção, sendo ela organizada dentro dos núcleos familiares. No entanto, sua característica de produção com excedente e a abundância alimentar apontam para algo mais complexo do que uma simples economia de subsistência, na qual se trabalha para subsistir, conforme refletem muitos autores. O trabalho não se dava no estrito sentido de fazer com que o caiçara subsistisse, pois ele satisfazia as suas necessidades dos produtos que conseguia produzir internamente e ainda conseguia produzir excedente para a troca, embora o fizesse sem a concepção e presença do lucro.

Quanto aos caiçaras interrogados neste trabalho, era no centro de Paraty que eles adquiriam os produtos que não podiam ser produzidos no interior do núcleo comunitário. Podia-se trocar algum excedente de farinha de mandioca ou pescado,

assim como esse excedente podia ser vendido e o dinheiro da venda era utilizado na compra do que se desejava. Seu Maneco relembra também que após caçarem e se alimentarem da carne da onça, levavam a sua pele ao centro para efetuar troca ou vender. É nesse sentido que a economia do caiçara parece se enquadrar no que Sahlins (1983, p.118) chama de “modo de produção familiar”, com a realização de uma “produção para aprovisionamento”.

Neste modo de produção a família é “a instituição-de-produção central de seu tempo [...] envolvendo uma divisão de trabalho característica” (Sahlins, 1983, p.118). Nos grupamentos caiçaras, era fundamentalmente em torno do grupo doméstico que se desenrolavam as tramas sociais de trabalho, produção e consumo (Marcílio, 1986).

Fazendo uso das categorias de valor desenvolvidas por Marx em O Capital (1996, p. 165-208), podemos considerar que as relações econômicas do caiçara se davam principalmente em torno do valor de uso do que em torno do valor de troca. Era a utilidade do produto que conferia ao caiçara o desejo de consumi-lo. Izac da Conceição (E10), morador da Praia do Sono de 48 anos, se lembra das roupas confeccionadas a partir de sacos de pano que carregavam compras da cidade e que, eram vistas por todos, com normalidade. Relembra ainda do valor que o caiçara atribuía a uma simples estante, feita com caixa de fruta, e que para o caiçara exercia uma importante função de guardar organizadamente alguns poucos objetos.

A roupa feita de saco de pano, ou o móvel feito de caixa de fruta, a depender do contexto, pode ter um valor de troca inexpressivo. Inclusive, esses produtos não eram comercializados ou trocados entre eles, mas para o caiçara que o confeccionava, tendo em mente um determinado uso do objeto, esse produto conferia um grande valor e, esse valor, não correspondia expressivamente ao valor de troca, mas sim à sua utilidade. Izac afirma: *“O caiçara fazia uma estantezinha assim de caixa de fruta ou alguma coisa que vinha da cidade, nossa, pra ele aquilo era tudo”*.

É bem verdade que o caiçara produzia um pequeno excedente com vistas à troca. No entanto, ainda que ele exercesse a troca, a produção daquilo que seria trocado, era realizada com o objetivo final de fazer uso do produto pelo qual ele o trocava. Ou seja, a produção excedente, dentro de uma economia de

aprovisionamento, se dava com o intuito de consumir algo que não podia ser produzido internamente ao núcleo populacional, e não com o intuito de acumular valores em um mercado de trocas mais amplo. Era, ainda assim, produção e troca voltada mais expressivamente ao valor de uso das mercadorias do que ao seu valor de troca. Não existia a lógica consumista contemporânea, na qual a compra realizada em um amplo mercado de economia capitalista, e a acumulação, visam a satisfação de necessidades permanentemente criadas, com o poder de consumo do indivíduo estando atrelado ao nível de aceitação e sucesso mediante o grupo social.

A produção era organizada pelas e para as famílias caiçaras. Era dentro de um contexto de especialização do trabalho e organização da produção que a família se organizava, havendo divisão do trabalho e hierarquia que conduzia a produção desde a coleta dos recursos necessários, até a obtenção e divisão do produto obtido, com os instrumentos de produção sendo construídos e disponibilizados também segundo essa lógica.

A divisão do trabalho se dava segundo o gênero e a idade, estando o homem, pai de família, encarregado do trabalho mais pesado na roça, a exemplo de descoivarar a terra (retirar os 'tocos' e raízes das árvores), sendo também de sua exclusividade a realização da caça e o trabalho de pesca em águas mais profundas. Já a mulher encarregava-se por parte da colheita, pela coleta de lenha, pela limpeza e secagem do peixe, pela preparação do alimento, pela coleta de cipó e confecção de cestos e pela organização da casa, muitas vezes colaborando também nas puxadas das redes de arrastão, enquanto que as crianças auxiliavam em todo o processo produtivo a partir dos trabalhos que exigem menos esforço físico, estando ao lado do pai ou da mãe segundo o seu gênero.

Quando interrogados sobre os seus afazeres, os caiçaras do gênero masculino descrevem os trabalhos de caça e roça, já as mulheres, citam os trabalhos de cuidado com os filhos e com a casa onde habitavam. A Senhora Ubaldina relembra que a sua avó fazia linha para costura direto do algodão, fazendo uso de um parafuso, pois ela trabalhava com costura. Afirmou também que havia uma senhora que fazia azeite de amêndoas, ao mesmo tempo em que relatou empreendimentos do seu marido em

atividades de pesca e caça. Esses relatos indicam a divisão do trabalho segundo o gênero.

A estrutura de produção se organizava segundo a constituição da estrutura familiar. Para cozinhar a carne de caça, atividade esta geralmente realizada pela mulher, era preciso que a atividade de caça, geralmente realizada pelo homem, fosse efetivamente realizada, criando dependência entre os membros da família na realização do trabalho. Até mesmo o maquinário era construído segundo a conformação familiar. A máquina de produzir farinha de mandioca, por exemplo, exige o trabalho de duas pessoas, uma colocando-a para funcionar manualmente ao girar o rodete, e outra dispondo a mandioca de maneira a ser ralada (cevando a mandioca). Geralmente era o homem quem girava o rodete e a mulher quem cevava a mandioca. A mulher também se responsabilizava em fornecer a farinha e o homem em espremer os cestos de farinha recém ralada para retirar a sua porção líquida.

Essa dependência entre os membros da família, dada pela organização segundo um modo de produção familiar, pode ser evidenciada pelo fato de ter sido constatado casais caiçaras que não vivem juntos, mas que se encontram cotidianamente para a realização do trabalho. Foi o que Francesco (2012, p.68) observou na Praia Grande da Cajaíba entre a Senhora Dica e o Senhor Filhinho, casados, mas que viviam em casas separadas e mesmo assim se encontravam para a realização do trabalho na roça.

No entanto, o rompimento de um casamento não era regra e, a família, fundamentava-se com a autoridade concentrada na figura masculina, pai de família. Izac afirma que *“antigamente se dizia assim: o homem é o esteio da casa”*. Essa frase evidencia a posição que o homem exercia dentro da família. Ele era responsabilizado em garantir o alimento da família e na sua figura se concentrava a autoridade máxima. A esposa e os filhos não questionavam as suas regras e ordens. O casamento de uma filha só ocorria se o pai autorizasse. Izac afirma que sua mãe sempre se lembrava do seu namoro antes de se casar, dizendo que ele só ocorria dentro de casa, com ela e o pretendente sentados em um banco, acompanhados pelo pai que lá permanecia durante todo o tempo que o casal estivesse junto.

Izac também afirma que quando aparecia um pretendente para se casar com uma garota era comum que o pai perguntasse ao pretendente: “*Se você estiver fazendo roça e o cabo da sua enxada quebrar, o que você faz?*”. Se o pretendente respondesse que correria para fazer outra enxada, ele era rejeitado pelo pai, sendo que a resposta para obter o seu aceite seria “*eu uso a enxada reserva*”. Essa história ilustra as qualidades de um homem tidas como positivas pelo grupo social. A resposta do pretendente revela alguns dos seus conhecimentos e valores. O homem precisava ter responsabilidade e afinco no trabalho na roça, pois ele era fundamental para alimentação da família, assim como o homem deveria saber que a produção de um cabo de enxada envolve o conhecimento da espécie de árvore a ser utilizada, incluindo a maneira adequada de corte e tempo necessário de secagem da madeira, o que não se faz em apenas um dia. Caso essas exigências não fossem conhecidas e seguidas, a enxada construída não seria eficiente para o roçado. O desconhecimento de como se deveria realizar a produção do cabo da enxada, evidenciava desconhecimento de outros saberes necessários para reprodução social do caiçara.

Muitas dessas características de hierarquia e autoridade dentro das famílias ainda podem ser constatadas em meio às populações caiçaras. Realizando trabalho de campo, foi presenciado, em casa de família, a regulação do pai em relação à programação televisiva. A recente chegada da energia elétrica e da televisão se choca com alguns valores religiosos e, assistir novelas televisivas, por exemplo, é algo proibido pelo pai em algumas famílias, de maneira que os membros da família obedecem e não questionam. Assim como o ato de assistir filmes só é permitido mediante aprovação do pai de família, quem vai verificar o conteúdo abordado no filme para decidir se é permitido ou não assisti-lo. Não importa a classificação de idade indicada pelo filme e pela emissora de televisão, mas sim a realizada pelo pai.

Ainda hoje, quando o pai atribui funções ou faz pedidos aos outros membros da família, é comum a resposta *sim senhor* seguida da obediência. O que conota uma certa hierarquia familiar conservadora, com os membros da família respeitando-a. As mulheres e as crianças, em muitos casos, só participam da conversa entre homens mediante autorização.

No entanto, se ainda hoje a hierarquia familiar é respeitada, em tempo pretérito ela era ainda mais rígida. Tanto Izac, morador da Praia do Sono, quanto Senhor Domingos José Costa (E14), morador de Ponta Negra de 73 anos, relembram a existência de maior respeito e obediência antigamente, entre os membros das famílias, do que no presente.

Embora a família tenha autonomia de ação, ela não é autossuficiente sob o modo de produção familiar (Sahlins, 1983, p.118-119). As famílias caiçaras podiam instituir o ritmo de produção e o produto a ser produzido, porém, era comum que as famílias dependessem uma da outra para satisfazer os seus desejos. A obtenção de muitos meios de produção por uma mesma família era desnecessária e trabalhosa, pois eles estavam distribuídos em diferentes famílias que podiam compartilhá-los segundo um sistema de trocas, de compadrio e solidariedade. Era comum, em populações caiçaras, uma família ter rancho para redes e canoas, enquanto outra tinha casa de farinha de mandioca e, a partir da solidariedade, ou compadrio, com a instituição de cobranças e/ou trocas, é que os caiçaras satisfaziam as suas necessidades de uso e produção de ambas.

Antônio Cândido (1971) observou, entre os caipiras, formas espontâneas de auxílio entre as famílias, citando como exemplo o mutirão realizado para construção de casas, ou ainda o trabalho na roça ou na realização de festas religiosas que era realizado a partir da divisão de tarefas entre as famílias. Nessas formas de auxílio o autor descreve a função exercida pelas famílias demonstrando que há uma coordenação entre as atividades, e uma consciência de grupo, responsáveis pela presença de uma sociabilidade caipira.

Cândido (1971, p. 69 a 74) acredita que é a partir da sociabilidade que se compreende o agrupamento e, este agrupamento dado a partir de relações de solidariedade vicinal, conforma o que ele chama de “bairro vicinal”. Assim, a família se define pela interdependência das pessoas e, o bairro, pela interdependência das famílias. É de acordo com esta concepção que as localidades estudadas podem ser consideradas como “bairros vicinais”, nos quais os laços de solidariedade e complementaridade eram mais fortes no tempo de antigamente, mas ainda presentes

no tempo de hoje em dia, embora se conformem e se apresentem de maneira bastante distinta² .

França (1954, p. 124) indica a interdependência que existia entre as famílias caiçaras de São Sebastião, identificando a colaboração entre diferentes grupos familiares quando se tinha a intenção de realizar cultivo agrícola em grandes extensões de terra, inclusive dividindo o produto do trabalho. Esta solidariedade vicinal foi também indicada pelo Sr. Domingos, quem lembrou as antigas formas de trabalho a partir da ajuda mútua, conhecidas como mutirões, sendo inclusive comum a realização, no passado, do que Antônio Cândido (1971, p.69) identificou como “traição”, termo este empregado pelo caipira para denominar os mutirões que surpreendiam algum elemento do grupo ao lhe fornecer ajuda.

Essa solidariedade vicinal foi entendida por França (1954, p.101-103) como elemento de equilíbrio “e mesmo de certo conformismo com a pobreza”, interpretando os caiçaras de São Sebastião, dotados de rusticidade, como “comunidades atrasadas” e miseráveis. Pode ser que essas afirmações do autor tenham sido realizadas comparando-o com o homem capitalista urbano moderno dotado de valores distintos, no entanto, ainda assim, é difícil concordar com ela. Cremos que a rusticidade do caiçara, mais do que atraso e miséria, é resultado dos seus sistemas referenciais e valores que estabelecem sua ordem social e moral. Seu modo de vida e expressão material são rústicos, resultantes não só da pobreza econômica que lhes permeava, mas também do seus valores que não eram dotados de grandes ambições, o que pode ser verificado pela ausência de acumulação de terras, pela ausência de acumulação do produto do trabalho e pela ausência do lucro.

Para o caiçara não interessava acumular bens, mas sim ter aquilo que precisava para viver de acordo com os valores estabelecidos pelo seu grupo social, se alimentando bem, participando das festas, com uma casa que lhe oferecesse proteção das intempéries do meio e com condições de transmitir aos filhos os seus conhecimentos e valores.

2 Nas Considerações Finais estão mencionadas algumas características que permitem a identificação de solidariedade no tempo de hoje em dia.

Apesar da carência material e econômica ter estado presente entre as antigas populações caiçaras, havia fartura de alimentos, como demonstra Marcílio (1986, p.139), ao falar de roceiros “suficientemente alimentados” e Mussolini (1980), ao relatar a fartura resultante da pesca. É o que confirma a Senhora Ubaldina ao dizer que após as puxadas de rede, montes de tainha ficavam na praia. A dieta do caiçara era abundante e diversificada, como relata o Senhor Eliseu, morador da Vila Oratório, de 76 anos (E3), ao dizer que *“você comia couve, comia alface, comia cebolinha [...] você comia galinha, era pato, era porco, o que você queria comer você comia”*.

Portanto, os valores dos grupos caiçaras eram distintos dos valores dos grupos residentes nos meios urbanos e, este fato, se expressava materialmente na “simplicidade” das vestimentas, das residências e dos objetos cotidianamente utilizados, evidenciando que o reconhecimento social era obtido a partir de outros valores. Em meio aos grupamentos caiçaras se destacava aquele que criava bem os filhos, que era bom caçador, bom pescador, solidário quando outro membro do grupo dele precisava e, como identifica Setti (1985), até mesmo os músicos, responsáveis por alegrar os momentos de festa.

Esse outro conjunto de valores e outras formas de reconhecimento social indicam a presença de uma hierarquia dentro do grupo não pautada na riqueza material. Estavam no topo dessa hierarquia os que se mostravam eficientes em satisfazer as necessidades da família com fartura, os fisicamente habilidosos e fortes que se destacavam nas atividades cotidianas. Ou seja, eram admirados aqueles que cumpriam com eficiência a sua função, estabelecida segundo as exigências da produção familiar e da sociabilidade vicinal. Como afirma Caê (E12), morador da Praia do Sono de 43 anos, *“antigamente era bem visto pelas mulheres aquele que tinha a roça mais bonita”*. Também eram muito respeitados os mais velhos, reconhecidos pelas experiências adquiridas ao longo da vida. O Sr. Domingos relembra que os mais novos obedeciam as ordens dos mais velhos, agindo mediante autorizações, e diz sentir falta de alguns desses antigos valores, principalmente no que se trata do respeito aos mais velhos que, segundo ele, tem diminuído.

A sociabilidade vicinal conformando o bairro a partir da interdependência das famílias e a economia realizada a partir de um modo de produção doméstico, com produção para provisão, refletia-se também nas formas de uso e apropriação das terras.

Segundo Marcílio (1986, p.37), a terra não era considerada um bem comercial, ou utilizada para especulação, mas sim voltada para o trabalho e a produção, de maneira que o caçara não tinha preocupação com o registro das terras e o sistema de herança era extremamente raro.

O observado nas localidades estudadas coincide com a afirmação de Marcílio, porém, mais do que afirmar que a terra era utilizada apenas para o trabalho e a produção, afirmamos que a terra era voltada para o uso direto e imediato. Essa afirmação é realizada principalmente devido a dois motivos. Um deles se refere ao fato de o caçara também utilizar a terra para a moradia e para atividades do ócio, fazendo com que o seu uso não fosse apenas voltado para o trabalho e a produção e, o outro motivo, é devido ao fato de que, utilizar a terra como bem comercial, ou para a especulação, como fazem as sociedades urbanas, também envolve relações de trabalho e produção.

Assim se faz mais seguro relacionar o uso da terra, realizado pelo caçara, ao uso direto e imediato. Uso direto porque a terra era utilizada diretamente por aquele que dela se apropriava, sem haver cercamento de terras para a utilização de terceiros, como se faz a partir da realização de venda ou locação e; uso imediato porque não havia cercamento de terras com fins de uso futuro ou especulação, o caçara fazia uso da terra para atender necessidades presentes, utilizando-a imediatamente.

“Cada um pegava um pedacinho [de terra] pra construir, pra fazer a sua casa, não tinha divisão não”, diz o Senhor Dácio Guilherme dos Santos (E6), morador da Praia do Sono de 75 anos, demonstrando que a terra era ocupada para satisfazer necessidades, neste caso citada como exemplo a necessidade de moradia. Quando o entrevistado afirma que não havia divisão, ele está esclarecendo a ausência de demarcações rígidas, a ausência da concepção de propriedade privada, pois sabemos

que havia a apropriação individual e/ou familiar, com o direito de uso respeitado, o que não deixa de ser uma maneira de se dividir a terra.

Embora não houvesse a concepção de propriedade privada, a apropriação e uso privados eram comuns. O uso privado se refere ao uso privado familiar, sendo ele reconhecido e respeitado por todos, pois a apropriação da terra não significava o seu monopólio e era realizada com fins de satisfazer necessidades. No caso do uso voltado para a produção agrícola, podia a apropriação ser realizada por uma família ou por um grupo e, após o seu uso durante alguns anos, a terra era abandonada para o pousio, podendo no futuro ser utilizada por outra família ou grupo sem haver conflitos.

Senhor Eliseu demonstra que uso da terra era realizado conforme desejos e necessidades na seguinte fala: *“Naquele tempo a gente fazia o que a gente queria, não tinha dono, o meu pai mesmo saia pra qualquer lugar, metia a foice, fazia um roçado [...] aqui, naquele tempo, nunca houve coisa de briga, ninguém tinha nada”*. Quando ele afirma *“ninguém tinha nada”*, está se referindo à ausência da relação de propriedade, pois as pessoas se apropriavam das terras sem o sentimento de serem donas delas, o ter terras, referindo-se à propriedade privada, passou a ser concebido apenas no tempo de hoje em dia.

Certo dia, Izac, velho amigo caiçara da Praia do Sono, caminhava e apontava para algumas áreas de capoeira, hoje sem nenhum tipo de uso realizado por caiçaras, dizendo: *“aqui tudo era roça do meu avô”*. Capoeira é mata de pequeno porte, recentemente regenerada, indicando a derrubada da mata virgem, no passado, para a realização de algum tipo de uso da terra. Assim como há áreas de capoeira onde foi cultivada roça pelo avô do Izac, há também outras áreas de capoeira antigamente utilizadas por outros caiçaras. Este fato é mais um indício da ausência da concepção de propriedade privada entre os caiçaras do tempo de antigamente, pois hoje essas terras estão sem uso. Izac e os seus familiares não levaram adiante o uso da terra realizado pelo seu avô, assim como não reivindicaram o direito de posse e uso sobre essas terras. Elas simplesmente foram abandonadas.

Senhora Ubaldina, mãe de Izac, demonstra a antiga ausência da concepção de propriedade, com o sistema de herança sendo pouco praticado ao afirmar que *“o pai*

morria, a mãe morria e ninguém se incomodava com esse negócio de herança, porque aqui não era comprado". Sabemos que, algumas vezes, os descendentes faziam uso do legado deixado por ascendentes, assim como o Izac hoje habita uma casa antigamente habitada pelo seu pai, mas esse uso não era regra e, a herança, transmitida por disposição testamentária, era absolutamente ausente.

Assim como Cunha (1989, p.24), ao refletir sobre o espaço e territorialidade no universo da pesca artesanal, afirmou que, para o pescador artesanal, "o mar é de ninguém, o mar é de todos", afirmamos que, para o caiçara, a terra era de ninguém ao mesmo tempo em que era de todos. A intenção é a de ressaltar a apropriação e o uso, realizados livremente, ao mesmo tempo em que a relação de propriedade era inexistente. A palavra terra corresponde ao substrato material do espaço, estendendo-se às áreas de habitação, de roça, de mata, de mares e de costões rochosos, utilizados cotidianamente pelos caiçaras.

Parece ser nessa mesma linha de raciocínio que Maldonado (1989) refletiu sobre a percepção e utilização do espaço entre os pescadores artesanais, evidenciando o que ela considera como "indivisão". Este conceito foi emprestado de Bourdieu e empregado para designar a ausência de apropriação formal do meio. Bourdieu trata a indivisão como "fundamento essencial ao equilíbrio econômico e moral [...] cuja relação com o meio é de usufruto e não de posse, numa sociedade em que o costume protege o patrimônio comum" (Bourdieu *apud* Maldonado, 1989, p.30).

Essa forma de uso e apropriação da terra indicam uma maior harmonia, entre os caiçaras do tempo de antigamente, em torno de algumas das suas relações sociais, do que entre algumas das relações estabelecidas nas sociedades urbanas. Nas sociedades urbanas, a concepção de propriedade privada, concedendo formalidade ao monopólio da terra e legitimidade ao exercício da especulação imobiliária, torna a terra como item de disputa, demarcada por muros e cercamentos que impedem o livre uso e passagem, possibilitando exclusividade, para os proprietários, enquanto que, para outros, profere incerteza e insegurança em relação à sua apropriação e uso.

Ainda que pudesse haver algum conflito em torno da terra, não foi constatado nenhum em trabalho de campo realizado nas áreas da presente pesquisa,

demonstrando que os possíveis conflitos, caso existissem, não eram expressivos. Essa cooperação, com apropriação coletiva da terra, além de ser resultado de aspectos culturais do caiçara, era também resultado da sociabilidade vicinal e das baixas densidades populacionais presentes nesses grupos.

A sociabilidade vicinal fundamentava a ausência do monopólio da terra e a ausência da concepção de propriedade privada, pois sob esse modo de organização social, os trabalhos familiares se complementavam para atender as necessidades do grupo. Havia certos laços de dependência entre as famílias, com uma dependendo do trabalho da outra e, era na terra que esse trabalho se concretizava. As famílias que tivessem o acesso à terra impedido, caso ela fosse monopolizada, não trabalhariam e, o produto do seu trabalho sairia de circulação da economia do grupo, prejudicando o grupo todo. Sendo assim, nesse tipo de organização, com pouco acesso aos produtos produzidos externamente e com pequena presença do dinheiro, era vantajoso que uma família fizesse proveito do trabalho da outra, reconhecendo e respeitando o direito coletivo de uso e apropriação da terra.

A baixa densidade populacional também colaborava em manter essa relativa harmonia, porque na relação entre área e população, a área era abundante, de maneira que havia terra o suficiente para o uso e reprodução social de todos.

O caiçara trabalhava e se reproduzia com o intuito de satisfazer necessidades que podem ser consideradas mais simples se comparadas com as necessidades criadas pelas sociedades urbanas. Este fato implica uma identidade cultural particular nas suas relações sociais, com o meio, e nas suas territorialidades, sendo exatamente o que está exposto ao longo dos próximos itens deste mesmo capítulo. Como afirma Setti (1985), o caiçara elaborou o seu próprio modo de ver e analisar o mundo, com sistemas referenciais para sentir o espaço, o tempo e a natureza que lhe são característicos, estabelecendo assim a sua ordem social, moral e seus padrões estéticos.

1.2 - O caiçara, a praia e o mar

Na praia “se configurava a trama das relações sociais do caiçara” (Luchiari, 1992a, p.31), sendo “o ponto de contatos sociais e o ponto de articulação com o mundo exterior” (França, 1954, p.50).

Na praia era onde aconteciam os encontros para se dar início às festividades, de onde se observava o cair do dia, os cardumes dos peixes, a direção do vento, a maré alta ou maré baixa, era onde os caiçaras conversavam sobre a pesca do dia seguinte ou do trabalho do dia transcorrido. A praia era “o ponto de concentração das informações; o espaço para onde convergiam o trabalho e o lazer: a atividade pesqueira com a saída e chegada das canoas; a manutenção dos apetrechos ...” (Marcílio, 1986, p.7).

O caiçara contemplava a praia e a valorizava como local para o ócio, como local para o descanso. Senhora Ubaldina recorda: *“O povo ia na praia pra pescar, e o pessoal que gostava de praia também como hoje gosta, ia tudo na praia, tomar um ar fresquinho na praia, tomar um banho de mar”*.

Em relação ao ócio, é pertinente que sejam feitas algumas considerações. Primeiro que o ócio, aqui considerado, se distingue do lazer realizado pelas sociedades modernas contemporâneas; segundo, que o tempo de ócio não necessariamente se contrapunha ao tempo de trabalho realizado pelo caiçara e; por último, que o ócio não se refere aqui ao ócio entendido por antigos poetas e filósofos, voltado para a atividade política, para o cultivo do espírito pelas letras artes e ciências, ou para o cuidado com o vigor e a beleza do corpo (Chauí, 1999, p.11).

Chauí (1999), introduzindo O Direito à Preguiça, de Paul Lafargue, reflete a respeito do trabalho alienado, o diferenciando daquele trabalho realizado com fins de se satisfazer as necessidades vitais básicas, capaz de exteriorizar a capacidade inventiva e criadora do homem. O trabalho alienado, ao contrário, se reduz à condição de mercadoria que produz mercadorias. Nas sociedades urbanas, é a partir desse trabalho que se dá a organização social, com uma classe social comprando a mercadoria trabalho de outra mediante o pagamento do salário. E, o tempo livre, se contrapõe ao

tempo do trabalho alienado, sendo controlado pela indústria cultural, a do esporte e a do turismo, sendo também entendido como tempo de lazer.

O caiçara, de maneira distinta, trabalhava para si e usufruía diretamente do produto do seu trabalho, ainda que ele fosse destinado para a troca. O tempo de ócio, era o tempo utilizado para descansar, se distrair, para a recreação, podendo nele, inclusive, ser realizada alguma forma de trabalho. Cândido (1975) identifica no caipira, a realização de caça e pesca como atividade de ócio. Da mesma maneira agia o caiçara devido ao fato de ele não ter o tempo livre concebido como tempo de lazer.

A praia sendo local onde também se exercia algumas atividades de ócio, era onde o caiçara ia *“tomar um ar fresquinho”* como diz a Senhora Ubaldina, ou onde ocorriam as longas *“palestras ou jogos”* citados por França (1954, p.50). Nela também se confeccionava as redes de pesca, se realizava manutenção das canoas e se dividia o pescado obtido nas puxadas coletivas de rede.

Muitas das populações caiçaras, por habitarem em áreas de difícil acesso, se locomoviam para outras áreas através de canoas, saídas das praias e conduzidas pelo mar. *“A comunicação com o mundo exterior, com a economia global envolvente, era feita por fora, pelo mar, pelas pequenas canoas de pesca, ou pelas maiorzinhas, as canoas de voga”* (Marcílio, 1986, p.31).

As canoas de voga eram esculpidas em um só tronco a partir de técnica herdada da cultura indígena. Voga, em tupi, significa remo e esta canoa se diferenciava das outras pela técnica de confecção e por ter local adequado para fazer uso dos remos. Com o tempo, toda canoa esculpida em um só tronco passou a ser chamada de canoa de voga (Fotografia 3, p.45). Izac afirma que a madeira ideal para a sua confecção era proveniente do ingá de flecha, da timbuíba e do guapuruvu. Enquanto que os remos poderiam ser realizados a partir do tronco de caxeta ou guacá.

Estas canoas eram realizadas com a ferramenta enxó e recebia do caiçara uma curvatura em suas bordas chamada gaiva (Fotografia 4, p.45) para facilitar o trabalho. Podiam ser feitas nos quintais caiçaras, ou em meio a mata, onde a madeira era encontrada. Relata Senhor Doracilde Araújo (E9), morador da Praia do Sono de 69 anos: *“naquele tempo fazia aquele mutirão pra puxar a canoa lá da mata”*.



Fotografia 3: Canoa de Voga
Foto realizada pelo autor em trabalho de campo, outubro de 2012.



Fotografia 4: Enxó com gaiva

Em algumas localidades eram utilizadas para transportar cachaça, peixe e farinha de mandioca, para trocar em outras localidades por produtos que não eram produzidos internamente.

A canoa de voga foi identificada, em Ilhabela e Ubatuba, como principal meio de transporte e acesso “ao mundo de fora” (Marcílio, 1986), sendo o instrumento pelo qual o caiçara conseguia realizar um pequeno comércio com núcleos urbanos. “Este pequeno comércio dava ao caiçara a oportunidade de articular-se ao processo geral de circulação de mercadorias [...] e fornecer condições mínimas para a sua reprodução social” (Luchiari, 1992a, p.16).

No entanto, o uso da canoa dependia das condições que o meio oferecia. Em alguns casos, os caiçaras davam preferência aos caminhos por terra. Na Praia do Sono, por exemplo, os caiçaras também faziam uso da canoa para a realização desse pequeno comércio, mas parte do caminho era feito por trilha. Caminhava-se da Praia do Sono até o Saco do Mamanguá por terra e, lá, faziam uso da canoa até o centro urbano de Paraty. Para o caminho de volta, fazia-se o mesmo caminho inversamente. Como diz Senhora Ubaldina: *“Pra sair em Paraty a gente andava, caminhava esse caminho aí inté lá o mangue, perto do Mamanguá, e aí caminhava até lá pra lá pegar uma condução, uma canoa, pra ir pra Paraty fazer compra, levava dois dias, três dias”*.

Os moradores da Praia do Sono davam preferência para sair de canoa do Mamanguá, porque além de estarem mais próximos do centro, encurtando o caminho a ser realizado de canoa, as águas lá são mais calmas do que no mar aberto por tratar-se de uma baía, fato este que diminuía o risco de acidentes. Apesar de o caiçara ter grande habilidade de navegação e fazer uso frequente das canoas, esse tipo de transporte exigia algumas condições adequadas de maré.

As canoas de voga eram conhecidas também como canoas bordadas (Mussolini, 1980) e carregavam grande quantidade de peso. Registrou-se o carregamento de até 480 litros de cachaça em uma única canoa (Mussolini, 1980, p. 225), demonstrando que o caiçara obtinha grande habilidade de navegação em auto mar.

Além de serem utilizadas como meio de transporte, as canoas eram também utilizadas como uma das ferramentas empregadas na captura de peixe. Eram diversas

as técnicas de pescaria. Mussolini (1980, p 227 a 238), para descrevê-las, as organiza dividindo-as em pesca destinada a ferrar o peixe, pesca de rede e pesca de armadilha.

Na pesca destinada à ferrar o peixe a autora cita a pesca com tridente e com espinhel. A pesca com tridente era realizada de cima das canoas, o tridente costumava obter de 2,5 a 3 metros de comprimento, sendo lançado na água para fisgar o peixe. Já o espinhel consiste em uma aparelhagem feita de cordas em formato de H, mantido na água por duas boias em sua parte superior e duas poitas (fragmentos de rocha que exercem a função de âncoras) em sua parte inferior, enquanto que na corda estendida horizontalmente eram pendurados anzóis de diversos tamanhos e em diferentes profundidades, o que exigia visita do pescador, de tempos em tempos, para a retirada dos peixes fisgados e, era de canoa que o pescador visitava o espinhel.

Em trabalhos de campo foram constatadas técnicas de pesca não incluídas no trabalho de Mussolini e, de acordo com os pescadores, esses tipos de pesca são realizados há algumas décadas, portanto foram adicionadas, nos modos de captura do peixe ferrando-o, a pesca de zangarilho, a linhada e a pesca de lança.

Os zangarilhos são anzóis adaptados, presos a um cilindro vermelho de chumbo com mais ou menos dez centímetros que, quando solto, de cima da canoa, em águas profundas, é mantido próximo da areia do fundo do mar e fisga a lula sem precisar de isca. Essa pesca tem período certo do ano para ser realizada, pois a lula se reproduz em águas quentes e, a temperatura da água, depende diretamente da estação do ano.

As lulas se deslocam em conjunto e os caiçaras possuíam grande sensibilidade para perceber onde elas estão. Na Praia do Sono, foi possível acompanhar uma pescaria de lula, só que fazendo uso de barco a motor, ao invés da canoa, sendo este conduzido por Claudinho (E21). Depois de mais ou menos dez minutos com o barco parado, sem sucesso algum na pescaria, Claudinho, olhando para o mar, deslocou o barco uns 25 metros e as lulas passaram a ser fisgadas uma após a outra. Não se teve referenciais suficientes para compreender o quê levou Claudinho a localizar as lulas e ele também não consegue explicá-los claramente, mas afirma que está no comportamento da água.

Nesse mesmo dia de pescaria, após ter sido fisgada a quantia de lula que Claudinho julgava o suficiente, ele direcionou o barco até a Ponta Negra para um passeio de barco. Próximo da Ponta Negra, foram avistados outros caiçaras realizando a pesca de lula, só que estes estavam sobre canoas que balançavam em águas profundas. Um deles deu sinal com as mãos e Claudinho conduziu o barco até próximo da sua canoa. Este caiçara estava sentado na canoa, conduzindo três zangarilhos ao mesmo tempo e com dois montes de lula, já fisgados, dentro da canoa, um estando à sua frente e outro atrás. Esses montes tinham a altura aproximada do seu corpo sentado. O caiçara perguntou se Claudinho tinha algum zangarilho para emprestá-lo e, depois que o empréstimo foi realizado, a sua pescaria passou a ser realizada com quatro zangarilhos administrados ao mesmo tempo. Nesse dia ficou clara a habilidade do caiçara de navegação e a sua confiança de navegação, principalmente por ele estar sobre um veículo rústico confeccionado artesanalmente e que, por isso, não confere tanta segurança quanto os barcos produzidos industrialmente e conduzidos a motor.

Linhada era o nome dado à linha, anzol e pedaço de chumbo e, pesca de linhada era a pescaria que fazia uso dessas ferramentas, realizadas da praia, ou dos costões rochosos. Para esse tipo de pescaria, o anzol com isca e um pedaço de chumbo eram amarrados na ponta de uma linha e lançados ao mar. O pedaço de chumbo era o responsável pelo peso que dava distância ao lançamento. Após lançado, o chumbinho podia alcançar até algumas dezenas de metros e, com o seu peso, evitava que as ondas trouxessem o anzol para a beira do mar. Era um tipo de pesca que fisgava peixes de pequeno porte e em pequena quantidade, mas que podia ser feita com pouco material e de baixo custo. Os peixes de pequeno porte não eram muito valorizados e, a pescaria de linhada, era encarada mais como atividade de ócio do que atividade econômica. Geralmente eram realizadas no final da tarde, da praia ou dos costões rochosos. Ainda hoje, esse tipo de pescaria é comum e o caiçara, deitado nas rochas, com a linhada na mão e o boné sobre o rosto, não é cena rara.

Na realização do trabalho de campo voltado para esta pesquisa, foi realizada esse tipo de pescaria na Praia do Sono, com Claudinho e Izac, mais de uma vez, tanto da praia quanto do costão rochoso. Nesse tipo de atividade o caiçara se distrai,

conversa de assuntos variados, em alguns momentos até se esquece da linha. Em um bom dia de pescaria, realizada durante mais ou menos quarenta minutos, pode-se obter entre seis e doze pequenos peixes. Considerando que dois ou três desses peixes, acompanhando arroz e feijão, são o suficiente para compor uma refeição para uma pessoa.

Durante a pescaria de linhada, conversando sobre a atividade e sobre as virtudes dos caiçaras do tempo de antigamente, Izac mencionou a antiga prática da pesca de lança. Ele relatou que seus avós pescavam com grandes lanças de madeira, atiradas do costão rochoso que dá acesso às grandes profundidades de água. Nessa pescaria conseguia-se fisgar a garoupa ou cavala, peixes grandes, considerados de qualidade e de difícil abate.

Quanto à pesca realizada com rede, pode-se falar de pesca para emalhar e pesca de envolver. A pesca de emalhar era aquela em que o peixe ficava preso na malha da rede, para esse tipo de pesca a rede era feita de acordo com o peixe que se desejava pescar, adaptando a ele o tamanho da malha e a grossura das cordas. A rede era geralmente utilizada na pesca de tainha, peixe difícil de ser tirado do mar, não se deixava emalhar e era comum que pulassem a rede evitando a sua captura. Para a pesca da tainha havia todo um conjunto de costumes em que um caiçara, o espia, observava o cardume do costão, ou da praia, e dava um sinal sonoro para que os outros entrassem no mar, mostrando-os a direção que deveriam seguir com as canoas e o momento em que deveriam jogar a rede. Os caiçaras, quando ouviam o sinal do espia, abandonavam o que estavam fazendo para se empenhar nessa atividade (Mussolini, 1980, p. 235 a 238).

A pesca de tainha proporcionava grande quantidade de peixe e o pescado era dividido entre todos os que participaram da pescaria. Nesse processo de divisão, tinham mais direitos o espia e os donos das canoas e redes e, recebiam menos peixes as mulheres e crianças que, geralmente, colaboravam com a puxada da rede (Mussolini, 1980, p.237).

A chamada 'rede de espera' também se enquadra no tipo de pescaria de emalhar o peixe. Para tanto, o caiçara adentrava o mar de canoa e, com boias e poitas, estendia

a rede no mar, deixando-a lá durante a noite. No dia seguinte, o caiçara se dirigia até o local da rede e retirava os peixes que por ela foram emalhados.

Senhor Eliseu conta que esse tipo de pescaria era chamado de “mijuada”, palavra aqui escrita como nos foi dita. Foi encontrada no Dicionário Prático Ilustrado (1928, p.50) a palavra “ameijoadá”, com definição de “pastagem onde o gado passa a noite” sendo que, “ameijoar” significa “juntar gado na malhada”. É possível que a palavra pronunciada pelo Senhor Eliseu seja a mesma que a encontrada no dicionário, só que dita conforme o vocabulário caiçara, conferindo a ela uma sonoridade um pouco distinta daquela que se imagina quando é feita a sua leitura. Sendo assim, essa expressão poderia ser utilizada pelo caiçara para a pescaria de rede de espera devido ao seu aspecto de juntar o peixe durante a noite, mas não se tem parâmetros o suficiente para se afirmar categoricamente esta associação.

Há também a pesca em que se utilizava a rede para envolver o peixe, retirando-o da água. Esse tipo de pescaria geralmente era realizada pela prática denominada arrastão. No arrastão, um caiçara, com a rede dentro de uma canoa, deixava uma das pontas da rede na praia e conduzia a canoa pelo mar em formato de círculo, despejando a rede conforme ia navegando e retornava para praia. Quando o caiçara chegava na praia com a outra ponta da rede, outros o ajudavam a puxá-la. Como explica Senhor Dácio:

Você vai na canoa e da praia puxava a rede. Aí Juntava a turma, uma parte de umas vinte, trinta pessoas de um lado e umas vinte, trinta do outro, então com a rede lá fora, fazia um ceio assim [...] e aí uma turma puxava essa parte daqui e outra turma puxava essa parte daqui, com dois cabos, um puxava o cabo aqui e ali puxava outro, até chegar onde era praia o peixe

Assim como na pesca da tainha, a pesca de arrasto terminava com um sistema de divisão do pescado. Essa divisão era feita na praia e o dono da rede e da canoa tinha mais direitos do que os que ajudaram na puxada da rede. Senhor Dácio, com intervenções de sua esposa e de seu filho, explica a divisão do peixe: *“O peixe era dividido, fazia o quinhão, o dono da rede tirava um tanto pra ele. Se viesse duas tonelada de peixe, dois mil quilo, mil quilo era do dono da rede e mil quilo era pra dividir*

pro pessoal, pros ajudante". No entanto, os relatos indicam que naquele tempo havia muito peixe, pois ainda não havia a pesca industrial que hoje impede a chegada dos peixes nas proximidades da praia, sendo assim, metade da quantidade do pescado era muito peixe para uma só pessoa e, o dono da rede, pegava aquilo que o interessava, normalmente menos da metade, enquanto que o restante era dividido entre os que ajudavam.

Quanto às pescas de armadilha, pode-se citar as tapagens e os cercos, também chamados de curral de peixe. As tapagens eram formadas por varas de taquara que, fincadas no fundo da boca dos rios, impediam a passagem de peixes que tentavam voltar ao mar após a desova. O peixe, tentando transpor a tapagem, era abatido de cima (Mussolini, 1980, p. 236). O curral de peixe, também conhecido como cerco, era realizado próximo a algum costão rochoso ou mangue. Era feita uma parede de taquaras que direcionava o peixe até um curral também feito de taquara. Este curral era realizado em formato que permitia a entrada do peixe, mas não a sua saída, o pescador então se aproximava do curral em sua canoa e lançava a rede no seu interior, capturando os peixes aprisionados. Abaixo segue uma foto de um curral de peixe (Fotografia 5, p.52) e uma ilustração tentando esclarecer melhor o funcionamento do curral (Figura 1, p.52).



Fotografia 5: Cerco fixo
Foto realizada pelo autor na Ilha do Cardoso, 2007

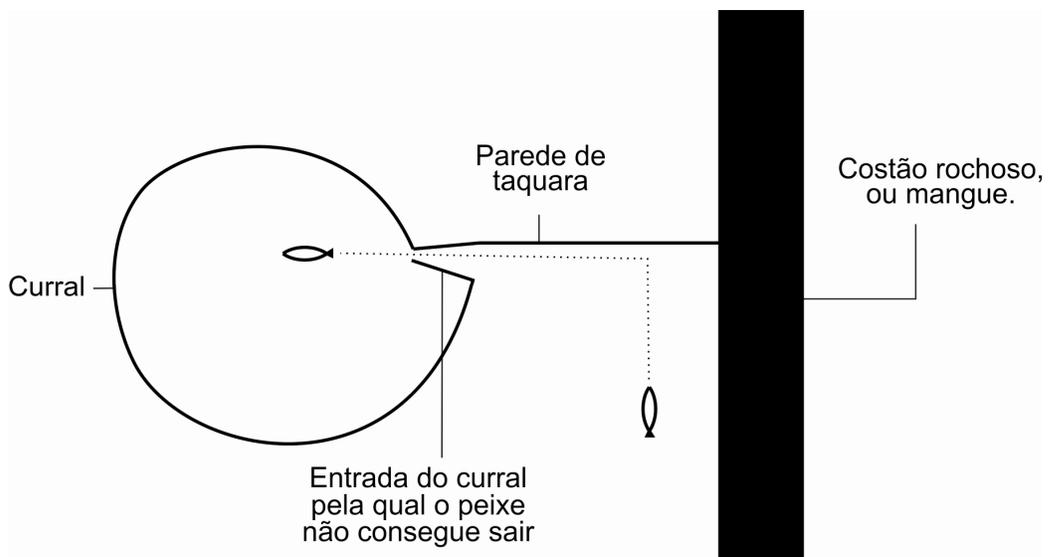


Figura 1: Esquema que representa curral de peixe visto de cima. Realizado pelo autor.

Tanto nas tapagens quanto nos cercos, algumas vezes, se fazia uso do timbó, uma mistura de ervas que atordoava os peixes ao ser lançada na água, levando-os até a superfície e facilitando a sua captura. (Mussolini, 1980, p.227).

Como já exposto, as práticas e expressões materiais e simbólicas relacionadas à atividade da pesca, constituem a territorialidade da pesca. Essa territorialidade construída por grupos caiçaras envolve um complexo sistema que inclui os símbolos e significados que o caiçara tem sobre a atividade, inclui o saber fazer, inclui as áreas onde a atividade se desenvolve e inclui as marcas que a atividade imprime na paisagem.

A exposição sobre a territorialidade da pesca evidencia as habilidades do caiçara frente ao mar e os conhecimentos relativos aos seus movimentos. Ele conhecia as correntes marítimas, os horários e períodos de maré alta ou maré baixa, compreendendo a melhor maneira para se pescar, tomar banho ou sair de canoa. Suas referências eram o tamanho das ondas, a cor da água, a velocidade e direção do vento, a temperatura atmosférica, a estação da lua e a estação do ano.

Silva (2004, p.49), afirma que “a associação entre 'caiçara' e 'pescador', entre 'caiçara' e 'homem do mar’”, correntemente realizada, é falsa. Sua afirmação é baseada em um estudo realizado por Maria da Conceição Vicente de Carvalho, quem relatou a existência de caiçaras, em Ubatuba, que iam pouco ao mar e que, “em geral, não sabiam nadar” (Carvalho apud Silva, 2004).

De fato, o uso do mar e a realização da pesca podiam ser pouco recorrentes em algumas populações. O Senhor Eliseu, neste sentido, esclareceu que embora houvesse a prática da pesca, a população se voltava mais à roça, indicando que a proteína da sua dieta era obtida a partir da caça e, sobretudo, da criação de galinhas e porcos. No entanto, na Praia do Sono, vizinha da praia antigamente habitada pelo Senhor Eliseu, a Senhora Ubaldina, afirma que a caça era pouco realizada, pois a população se voltava mais para o mar, indicando que a obtenção de proteína na dieta da população da Praia do Sono, era predominantemente proveniente do peixe. Diz Senhora Ubaldina: “*Matava*

alguma caça por aí [...] mas o pessoal não era muito caçador, porque era mais pescador [...] meu marido sempre trabalhou de pesca”.

Os relatos indicam variações no comportamento das populações caiçaras quanto à recorrência das suas principais práticas, sendo inclusive, bastante possível que em alguma população caiçara, houvesse caiçaras que não soubessem nadar. No entanto, o caiçara está necessariamente ligado à prática da pesca e ao uso do mar, ainda que esse uso fosse pouco recorrente, pois “seu modo de vida, dotado de um sentido sistêmico, articulava muitas atividades” como afirma Silva (2004, p.50). Dentre essas atividades, a pesca era certamente contemplada, sendo uma importante fonte de proteína para a dieta caiçara, principalmente nas épocas de verão, em que a caça não era realizada devido ao fato de os animais estarem em período de 'ninhada'. “Aqui era três, era roça, pesca e caça, os três que os caiçaras não abandonavam”, confirma Seu Maneco.

1.3 - O caiçara, o sertão e as áreas planas

O sertão utilizado por populações caiçaras pode ser entendido como as áreas que não são áreas de praia, tendo a restinga como ponto de referência do seu início e que adentra a mata atlântica, em alguns casos incluindo os terrenos escarpados. Era o local onde se empreendia o trabalho na roça, se realizava a coleta de materiais utilizados em suas atividades cotidianas, o abatimento de animais silvestres. Já as planícies eram utilizadas para a morada, sendo também local de preferência para as atividades de roça.

A roça realizada pelo caiçara recebe várias denominações, entre elas: roça itinerante, roça de coivara e roça de toco, tendo sua origem na agricultura indígena (Adams, 2000). A partir da agricultura é que o caiçara obtinha muitos dos produtos utilizados na sua alimentação, como a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, o café e a banana (Diegues, 1994). Para a sua realização escolhia-se local adequado, geralmente em áreas que apresentassem relativas planuras, afastadas do mar o suficiente para evitar os solos excessivamente arenosos, mas ao mesmo tempo não muito distantes

das residências. Luchiari (1992a), em seu estudo realizado no litoral sul de São Sebastião, observa que a lavoura era realizada em uma estreita faixa de terra agrícola, entre a orla marítima e as encostas da serra, correspondendo aos sertões do litoral.

Essa roça se iniciava com a derrubada de uma porção de floresta, deixando-a secar para depois colocar fogo. Assim, aproveitava-se o solo para o qual a floresta forneceu nutrientes, liberados em quantidade ainda maior quando a queima era realizada. Retirado aquilo que pudesse ser obstáculo para a realização da agricultura, realizava-se o plantio. Após a colheita de uma ou duas safras, a área era abandonada, ficando em pousio para o crescimento de uma mata secundária, evitando assim o esgotamento agrícola do solo. Essa mata secundária, quando ainda em fase de crescimento, era conhecida como capoeira, sendo chamada de capoeirinha, capoeira ou capoeirão, a depender da altura e densidade alcançada, ou seja, a depender da quantidade de tempo que a área estava abandonada. Enquanto a capoeira crescia, o cultivo agrícola era realizado em outra área, também desmatada. Alguns anos depois, essa área de capoeira, podia novamente ser utilizada (Adams, 2000).

Adams (2000, p.89 a 95) acredita que essa agricultura itinerante é sustentável. Sua afirmação se apoia em algumas características dessa técnica agrícola, dentre elas: a rotação das terras que impede o desenvolvimento de pragas e é realizada antes que o solo tenha a sua fertilidade esgotada; a manutenção de áreas com mata virgem que garantem a permanência da biodiversidade, pois desmatar capoeiras é mais fácil do que desmatar matas virgens e; a alta produtividade devido ao uso das cinzas como adubo. No entanto, a autora reconhece também que essa “sustentabilidade”, só é possível se a agricultura for realizada por população de baixa densidade demográfica (no máximo 20 pessoas por km²), pois com o incremento populacional, aumentam as demandas por terra e, conseqüentemente, diminui o tempo de pousio, comprometendo a fertilidade dos solos e obrigando o grupo a estender as suas áreas de cultivo.

Além de a baixa densidade populacional ser uma das responsáveis pela “sustentabilidade”, como afirma a autora, considera-se aqui que o modo de produção familiar com economia de provisionamento, responsável por uma baixa demanda dos produtos provenientes da roça, também são, pois sob esse modelo econômico não se

visa o lucro, estando a produção diretamente ligada ao consumo, o que evita desperdícios e ignora preocupações relacionadas a alta produção e produtividade, permitindo a ocorrência do tempo necessário de pousio do solo para que ele não perca a fertilidade, além de possibilitar a manutenção de áreas com mata virgem.

Portanto, não é a técnica agrícola de coivara que é sustentável, mas sim a organização social, segundo um modelo econômico e densidade populacional específicas, pois essa técnica, se desenvolvida por populações de grande densidade e sob a racionalidade econômica de acumulação capitalista, ocasionaria impactos ambientais consideráveis.

Porém, a autora não aprofunda os motivos que a levam a utilizar o termo “sustentável” e, por este conceito ser bastante amplo, podendo incluir discursos controversos sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, prefere-se, neste trabalho, afirmar que esse modelo, ao invés de “sustentável”, é pouco predatório, possibilitando uma maior conservação ecológica do que a agricultura intensiva, latifundiária, desenvolvida sob a concepção capitalista de produção.

Para a realização da roça itinerante havia, por parte do caiçara, um cuidado especial com o período do ano em que se deve realizar o plantio, com a limpeza do terreno e com o tempo necessário para se realizar a colheita, a depender da espécie cultivada (Diegues, 1994).

A plantação da mandioca, por exemplo, obedecia meses e estações da lua para serem plantadas e tratadas. Ela era realizada em montes para evitar o excesso de água que a apodrece, sendo efetivada preferencialmente em período de lua crescente, entre agosto e setembro, meses estes que apresentam quantidade ideal de chuva (Schmidt, 1958, p.17 e 18). Dava-se preferência para plantar na planície litorânea, porque lá a “terra é mais forte” (Schmidt, 1958, p.25, 26).

O trabalho na roça começava cedo e envolvia todos os membros da família. Poderia haver, no local da roça, um abrigo onde os caiçaras se alimentavam e podiam vir a passar a noite. (Francesco, 2012, p.31).

A quantidade de produtos colhidos diretamente da roça era grande, assim como era grande a quantidade de produtos elaborados a partir daqueles que eram colhidos. A

farinha de mandioca exercia um papel fundamental na alimentação do caiçara, estando presente em quase todas as suas refeições. Com ela se fazia o chamado *pirão de banana verde*. Para se fazer esse pirão recomendava-se o uso do peixe garoupa que, cortado em postas, era cozido junto com banana verde. O caiçara amassava a banana verde depois de cozida, misturando-a com o caldo do peixe e a farinha de mandioca, o que dava origem ao pirão que era comido juntamente com as postas da garoupa, arroz e feijão.

Da farinha também se fazia o *galuá* e o *bijú*. O galuá era um mingau feito com a farinha de mandioca bem fina (polvilho) e café, enquanto que o bijú era uma espécie de tapioca ou panqueca feita com a parte mais grossa da farinha de mandioca, sal e água, levados ao forno da casa de farinha.

Fazendo uso do indaiá, um pequeno coquinho característico da mata atlântica, também se fazia farinha de côco. Para tanto, socava-se no pilão a farinha de mandioca junto com o coquinho sem semente e sem casca.

Além do pirão, do galuá, do bijú e da farinha de côco, Izac também mencionou a paçoca de cará. Para fazê-la cortava-se o cará em quatro pedaços, torrando-o e depois socando-o no pilão.

Nas atividades relacionadas à roça, assim como na cultura caipira, eram comuns histórias ligadas ao sobrenatural. Em Ubatuba, segundo plantadores, fazia-se promessas para que as roças produzissem bem, principalmente aos santos que protegem a roça: São Benedito e Nossa Senhora do Monte. Dizia-se que não se pode fazer plantação com raiva e seguia-se algumas regras de abstinência durante a plantação e a colheita, o desrespeito à esses hábitos comprometiam o produto agrícola final. Havia também histórias ligadas à perda de plantações inteiras devido ao *olho gordo*, nome dado para quando alguém olha para a plantação com algum tipo de admiração ou inveja, o que, segundo caiçaras, pode ocasionar o fracasso de toda a plantação (Schimdt, 1958, p.31).

Sobre crendices relacionadas ao *olho gordo*, Izac diz:

Isso aqui tinha. Tinha gente, vamos supor que você tivesse um pé de pimenta, se essa pessoa viesse e falasse assim: 'nossa, que pé de pimenta bonito', e

tirasse uma pimenta do pé, pronto, esse pé morria [...] ou por exemplo se visse a sua espingarda, pegasse ela na mão, quisesse comprar, falasse 'que bonita essa espingarda, vende ela pra mim', pronto, ela parava de funcionar, aí você tinha que dar banho de sal grosso e ela voltava

Além das crendices relacionadas ao *olho gordo*, como diz Izac, também havia outras: tirar água da chuva de dentro da canoa ou contar estrela dava verruga; chinelo virado significava barco virado no mar; matar sapo ou assoprar uma planta chamada de canudo para reproduzir um assovio, atraía a ocorrência de chuva; quando a brasa do fogo apagando fazia barulho, significava que tinha garoupa encalhando na praia. Izac contou que determinado dia, quando criança, estava assoprando canudo e uma vizinha falou para a sua mãe: “*tá todo mundo com a roça verdinha e esse menino tá aí chamando chuva*”. Esse fato fez com que ele apanhasse da mãe por ter colocado a roça da vizinhança em risco.

Além da roça, havia também o manejo de algumas árvores frutíferas, temperos, flores, ervas medicinais e raras hortaliças em torno da moradia. É desse cultivo que se obtinha algumas ervas medicinais, como o boldo, além de flores exóticas, samambaias e xaxins com os quais o caiçara se distraía cultivando-as. Nos quintais caiçaras, como foi observado, próximo à cozinha, penduravam-se cachos de banana com a intenção de atrair e alimentar os pássaros que no final da tarde se acumulavam sobre ele, assoviando.

Garrote (2004), ao fazer um levantamento das espécies vegetais encontradas nos quintais caiçaras, identifica que elas eram cultivadas para fins alimentícios, ornamentais e medicinais.

Por entre roupas penduradas nos varais ao vento [...] estão as mangueiras, jambeiros, fruta pão, abacateiros, araçás, laranjeiras, limoeiros, jaqueiras, muitas palmeiras de todos tipos e flores de muitas cores, tudo, junto às casas. (Garrote, 2004, p.21).

Era nas plantas medicinais que se encontrava a cura para muitos dos males. Acreditava-se inclusive que algumas plantas, utilizadas em chás e simpatias, eram capazes de curar doenças que o médico não cura (Xavier, 2004). Dentre as plantas medicinais podemos citar a sordinha, o gervan, a carqueja e o cipó-abuta, além de

frutas como o cambucá, o jataí, o guacá, o saputá, a jabuticaba, o maracujá e a abuta (Adams, 2000). Quanto às espécies medicinais, Izac mencionou o boldo (o chá de suas folhas apresenta melhoras relacionadas a problemas de digestão); a santa maria (suas folhas eram socadas e o seu sumo, retirado com o uso de um pano que o filtrava, era tomado com leite como vermífugo), a arnica, maria preta e saião (utilizadas conjuntamente em forma de emplastro para obter melhoras em contusões) e a terramicina (o chá de suas folhas apresenta melhoras para inflamações de garganta).

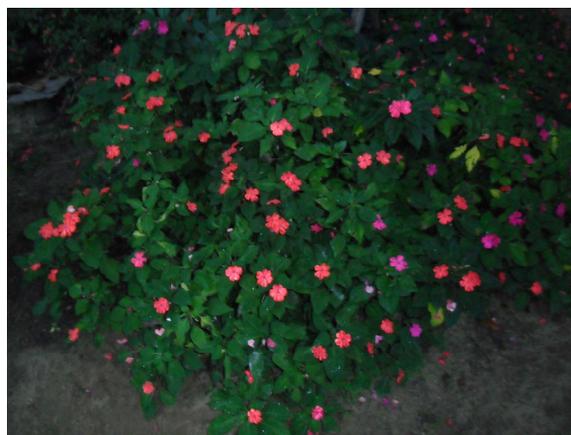
Ao redor da casa de Izac, onde morava o seu pai, há um grande quintal com diversas espécies que, segundo ele, foram em grande medida cultivadas pelo seu pai. Izac informa que os quintais possuíam uma medida aproximada de 80 por 80 braças e neles se cultivava espécies com fins ornamentais, alimentícios, medicinais ou com interesse em se produzir objetos ou atrair passarinhos. Observando o quintal de Izac em sua companhia, pôde-se anotar 33 diferentes espécies cultivadas, sendo elas utilizadas para diversos fins. A seguir, tabela com nome e utilização das espécies vegetais encontradas em um único quintal.

Espécie	Uso
Aroeira (Foto 6, p. 61)	Atração de pássaros, Chá da casca do tronco para fortalecer rede de pesca.
Beijo (Foto 7, p.61)	Ornamental
Tapete (Foto 8, p.62)	Ornamental
Hortelã de Galinha	Tempero
Jaqueira	Alimentício
Cambucá	Alimentício
Jabuticabeira	Alimentício
Pé de páina	Atrair pássaros
Mangueira	Alimentício
Bananeira	Alimentício
Mamoeiro	Alimentício
Laranjeira	Alimentício
Abacateiro	Alimentício
Pitangueira	Alimentício
Limoeiro	Alimentício
Coqueiro	Alimentício
Palmito Juçara	Atração de pássaros
Ameixa (conhecida como nêspera)	Alimentício
Cajueiro	Alimentício
Mil Cores (Foto 9, p.62)	Ornamental
Mimo (hibisco)	Ornamental
Cabaceira	Atração de pássaros; Confecção de arco para arco e flecha; Uso da cabaça como cuias para pegar farinha e para tirar água de dentro da canoa.
Café	Alimentício
Jambo	Alimentício
Fruta Pão	Alimentício
Cacaueiro	Alimentício

Espécie	Uso
Maracujazeiro	Alimentício
Terramicina	Medicinal - Chá ingerido para combater dores e inflamações de garganta
Algodão	Confecção de curativos para machucados
Vassoura Folha Larga (Foto 10, p.62)	Medicinal – suas folhas aquecidas com gordura eram aplicadas em inflamações como furúnculos; Confecção de vassoura com as folhas (Foto 11, p.62).
Cana de açúcar	Alimentício
Boldo	Medicinal – seu chá é utilizado para obter melhoras em problemas digestivos
Ingazeiro	Alimentício



Fotografia 6: Frutos de aroeira
Realizada pelo autor em julho de 2013



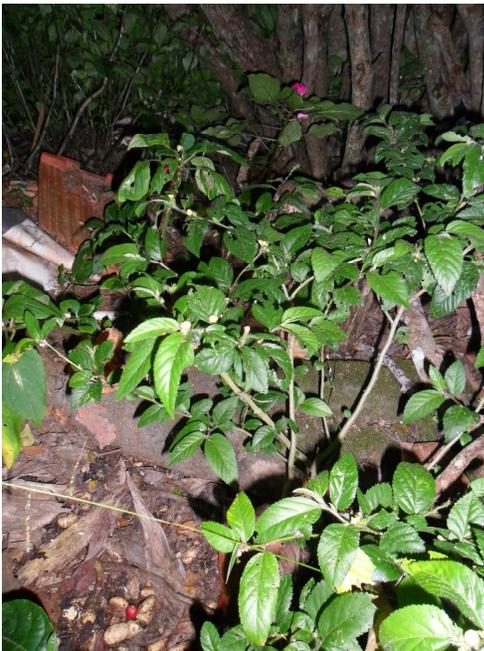
Fotografia 7: Beijo, planta ornamental.
Realizada pelo autor em julho de 2013



Fotografia 8: Tapete
Realizada pelo autor em julho de
2013



Fotografia 9: Mil Cores
Realizada pelo autor em julho de
2013



Fotografia 10: Vassoura folha larga
Realizada pelo autor em julho de
2013



Fotografia 11: Vassoura feita com
vassoura folha larga

Conversando sobre a criação de animais e os quintais caiçaras, Izac menciona que muitos dos animais eram criados nos próprios quintais, de maneira que galos, galinhas e perus permaneciam ao redor das casas, enquanto que os porcos eram criados em chiqueiros um pouco mais distantes, no mínimo 20 metros de distância das casas.

Outra importante atividade do caiçara era a caça, hoje extinta devido aos impedimentos impostos pela legislação das Unidades de Conservação, mas que se mantém na memória de alguns caiçaras. Ela era realizada exclusivamente pelos homens, geralmente com o uso de armadilhas ou armas de fogo (Brito, 2000). Para atrair o animal usava-se restos de comida, o chamado engôdo, e ele variava de acordo com o animal que se pretendia caçar, sendo geralmente algum tipo de fruto. Para tanto, escolhe-se o local adequado para a realização da atividade de acordo com sinais encontrados na mata, como cheiros e pegadas de animais. Encontrado um bom local, o caiçara posicionava o engôdo no chão e subia em alguma árvore. Depois de algum tempo de espera e com a arma de fogo apontada, o animal aparecia para comer o engodo e era abatido. (Brito, 2000).

Izac se lembra vagamente de algumas técnicas de caça devido ao fato de, no passado, acompanhar o seu pai nessa atividade. Para se obter sucesso no abatimento de animais é necessário um conhecimento do comportamento de cada espécie, inclusive da sua reação quando se sentem ameaçados. Para caçar animais como a cotia e a paca havia a necessidade de atrair o animal com o engôdo. O caiçara, ao encontrar pegadas desses animais pela mata, construía um joral e passava a colocar o engôdo nas proximidades das pegadas. O joral era feito fazendo uso de duas árvores que se encontrassem próximas uma da outra, e não era nada mais do que varas amarradas no tronco dessas árvores configurando uma espécie de escada com um local adequado para o caiçara se sentar a três ou quatro metros de altura do chão. Depois de colocar o engôdo o caiçara visitava o local por alguns dias e em horários específicos para verificar a presença de novas pegadas e ter certeza que o animal estava se alimentando. Em caso afirmativo, o caiçara se dirigia ao joral em um horário determinado, de preferência com roupas escuras, e ficava lá em cima, sem se mexer,

esperando o animal aparecer para se alimentar e assim abatê-lo fazendo uso de uma espingarda. A cotia costumava se alimentar entre o meio e o final da tarde, já a paca no começo da noite. Qualquer cheiro, cor ou movimento estranhos faziam com que esses animais não saíssem da toca ou voltassem para ela rapidamente, levando a atividade de caça do dia ao fracasso, o que exigia uma porção de cuidados por parte do caçara.

Já a caça da ave macuco, não fazia uso do joral, mas segundo Claudinho e Izac, era um animal muito difícil de ser abatido. O macuco reproduzia um assovio que era um pouco mais grave quando produzido pelo macho e um pouco mais agudo quando produzido pela fêmea. O caçara percebia a presença do macuco pelo seu assovio e, se fosse macho, ele reproduzia o assovio da fêmea e vice versa. Sabendo a localização do macuco na mata, o caçara se virava de costas para ele e, sem se mexer, assoviava para atraí-lo. O macuco, quando ouvia o assovio, localizava o ponto de origem do assovio e dava a volta nele, se dirigindo ao lado oposto, em movimento de meio círculo, para assim conferir se o responsável pelo assovio não se tratava de um possível predador. Era nesse momento que ele se deparava com o caçara de frente para ele e era abatido com a espingarda.

Havia também a realização da caça com cachorros, realizada quando se pretendia abater animais como o porco do mato e a capivara (Diegues, 1994). Seu Maneco relembra:

Caçava com espingarda e cachorro. Cachorro bom, mas tudo vira-lata, não era cachorro de raça não. Caçava paca, tatu. Cotia a gente batia no cachorro pra não correr na cotia, porque ela corre e faz xixi nas folhas, o cachorro bate [a folha com o xixi] na cara e com poucos tempo o cachorro tá cego [...] Então matava paca, tatu, porco do mato. E a onça, que se achasse entrava no tiro.

Izac afirma que o seu pai, quando sabia onde ficava a toca do porco do mato, deitava-se e a adentrava assustando os porcos. Os porcos assustados corriam e passavam por cima dele para sair da toca. Assim, outro caçara, posicionado do lado de fora, abatia o porco com a espingarda.

Ao falar sobre a caça, Senhor Getúlio Antônio (E8), morador da Praia do Sono de 52 anos, relembra também o que ele chama de “mundéu”, palavra esta proveniente do

tupi e que significa armadilha. “*O mundéu é dois tronco de madeira grande com umas pedras em cima e uns pau verde pra caça pisar e aquela madeira cair em cima [...] pra atrair a caça usava banana*”, recorda Senhor Getúlio. A presa abatida pelo uso do mundéu era principalmente o tatu.

A caça era utilizada para consumo próprio, como complemento alimentar, realizada de modo a respeitar os períodos de reprodução e crescimento da espécie a ser abatida. “*Caçava, mas caçava pra comer*” ressalta Senhor Doracilde, morador da Praia do Sono (E9). Para a sua realização havia período do ano, local e horários considerados adequados, a depender do animal que se pretendia caçar. A paca, o tatu, a cotia e o porco do mato eram caçados principalmente em junho, pois em julho iniciava-se o período de reprodução que os caiçaras chamavam de *ninhada*. Já o macuco era caçado em agosto.

Havia também a caça de bicho preguiça. Izac relatou interessante curiosidade em torno da captura desse animal. Contou ele que o bicho preguiça era facilmente encontrado nas copas das embaúbas, árvores bem altas, com tronco fino e folhas grandes e largas das quais o bicho preguiça se alimentava. Quando ele estava no topo da árvore, não adiantava o caiçara disparar tiros com a espingarda, pois ele não largava o tronco de maneira alguma. No entanto, escondido, sem que o bicho preguiça o visse, o caiçara ia até o pé da árvore e realizava algumas fracas batidas, com o verso do facão ou com o cabo da espingarda, em seu tronco, se escondendo logo em seguida. Dentro de pouco tempo o bicho preguiça descia até o chão e era pego com as mãos pelo caiçara. Izac não soube explicar o porquê dessa reação do animal, mas afirma que é assim que o capturavam. E fez o relato afirmando que o caiçara tinha dó de matá-lo, fazendo-o apenas se estivesse com falta de 'mistura' na refeição.

Também eram caçados gambás e pássaros fazendo uso de armadilhas adequadas para cada um. A carne do gambá e as “passarinhas”, juntamente com a carne de cotia, paca, tatu, porco do mato, além da carne de animais criados, como o pato e o frango caipira e, principalmente a carne do peixe, eram os responsáveis por fornecer proteína ao caiçara, dando-se preferência a um ou outro de acordo com a estação do ano e a abundância da sua presença. Os caiçaras se alimentavam dos

animais de criação nos períodos em que a caça e a pesca eram escassos. Segundo Izac, toda refeição era acompanhada de alguma carne.

Da mata atlântica retirava-se madeira para diversos fins. *“Tirava madeira, pra construir casa, canoa”*, diz Senhor Getúlio. Além de também retirarem madeira para fazerem móveis, instrumentos musicais e artesanato. Confeccionavam-se barquinhos, aves e peixes de madeira (Diegues, 1994). A madeira geralmente era retirada na lua minguante, evitando os meses de janeiro, fevereiro, agosto e setembro em que a madeira está aguacenta (Schmidt, 1958, p.49 e 50). Sendo que, para o artesanato, a caxeta é a madeira que se mostrava mais eficiente, afirma Izac.

Para a confecção de instrumentos musicais havia um grande cuidado pois *“há todo um mundo de investigação; de erros e acertos, de êxitos e frustrações com relação à sonoridade pretendida e à obtida”* (Setti, 1985, p.80). Esses instrumentos (rabecas, violas, caixas e pandeiros) eram utilizados na execução do ritmo musical caçara fandango (além de festas religiosas e horários de lazer), ainda presente em algumas localidades do litoral do sudeste brasileiro, a exemplo do município de Cananéia, onde foi registrada a fotografia 12 (p.67).

Na Praia do Sono, relatam a antiga existência da viola de taquara, feita pelos próprios caçaras. Relembra Senhor Dácio: *“Pegava a taquara, pegava a faca, ia fazendo assim, punha uma caravelha aqui, outra aqui, esticava a corda e fazia a corda da própria taquara”*.

Seu Maneco também fala brevemente da confecção de instrumentos e mostra que não era atividade na qual qualquer um se empregava:

fazia daí memo, matava a cotia, tirava o couro, esticava bem o couro e fazia o pandeiro, dava um pandeiro daqueles [...] um rapaz que ainda é vivo no Pouso, que já tá velhinho, fez uma viola pra mim, ele tinha uma que ele fez e eu era moleque, fiquei babando pela viola, fiz tudo agrado com ele [...] saiu uma viola pra mim [...] era viola verdadeira memo, de madeira, a corda eu não comprava, não tinha corda eu botava arame de pescar e fazia aquele barulho nos ouvido da minha mãe



Fotografia 12: Rabeca, instrumento
Realizada pelo autor em Cananéia, março de 2007.

Sobre a coleta de materiais na mata, Seu Maneco relata: *“tirava o imbé que fazia cabo, tirava a tal de timbopeva pra fazer cesto, balaiozinho. Tirava a taquara, chamada taquaruçu, pra fazer o tal de tipiti (Fotografia 13, p. 68) e a peneira, usados pra fazer a farinha”*. O imbé e a timbopeva são cipós empregados em diferentes ocasiões. Francesco (2012) relata o uso desses materiais para a confecção de diferentes cestos e expõe o relato de Dona Dica, sua entrevistada, quem demonstra a necessidade de conhecimento para a sua extração e uso.



Fotografia 13: Casa de farinha com paredes de estuque e cesto tipiti. Realizada pelo autor em outubro de 2012.

A taquara, mais comumente conhecida como bambu, além de ser utilizada na confecção de cestos e peneiras, era também utilizada para a construção dos currais de peixe e principalmente para a construção das casas.

Izac ainda se lembra da construção das casas, contribuindo com dados aqui registrados. Para a construção das casas, o caiçara deveria retirar a taquara adequada, avaliando o seu tamanho, grossura e coloração. Além da taquara, utilizava-se também a madeira (principalmente jacatirão, aricurana, canudo e canela), além de barro e sapê. A madeira era utilizada para fazer as vigas e, depois de erguidas nos locais adequados, com parte delas enterrada para serem fixadas ao solo, eram colocadas as varas de taquara paralelamente a elas. Essas varas de taquara, por sua vez, eram perpendicularmente atravessadas por outras e a elas eram amarradas fazendo uso de cipó. A essa fase da construção dava-se o nome 'amarração' que, depois de ter os seus espaços preenchidos com barro, ou barreados, como diziam os caiçaras, conformavam

as paredes da casa. O telhado era de duas águas e feito de sapê. Havia momento adequado para a colheita do sapê, assim como tratamento adequado para o seu uso. O caiçara chamava essas casas de 'casa de estuque', nome este dado às paredes feitas com barro e taquara (Fotografia 13, p.66), o que o caipira chamava de pau a pique.

A “casa caiçara tradicionalmente era a mesma do caipira do interior: paredes de pau a pique e telhado de sapê de duas águas” (Adams, 2000, p.108). Normalmente continham quatro cômodos, sendo dois quartos, uma sala e uma cozinha, mas também havia casos em que a cozinha era realizada fora da casa, para evitar acidentes com o fogo. O chão das casas era de terra batida e seus móveis, na maior parte, feitos por eles mesmos com madeira, taquara ou objetos como caixas de frutas ou verduras vindos da cidade, relembra Izac. Eram poucos os móveis, se limitando a estante para guardar alguns utensílios de cozinha, fogão à lenha e cama.

Senhora Geni diz que a sua cama era feita com varas de madeira, ripas de juçara e esteira de taboa. Eles fixavam madeiras no chão onde seriam as pontas da forma retangular que conformaria a cama. Então prendiam varas de madeira, alguns centímetros de altura do chão, ligando uma ponta à outra e dando forma ao retângulo. Depois, colocavam ripas de palmito juçara que ligavam um lado ao outro da cama e exerciam a função do estrado. Sobre essas ripas colocavam uma esteira feita com taboa e embira de embaúba. A explicação da Senhora Geni demonstra um largo conhecimento sobre espécies vegetais, sabendo o momento adequado para a coleta e o trato adequado para a utilização.

Em parte da sua fala, Senhora Geni esclarece:

Cortava pedaço de pau na mata, fincava no tamanho da cama, aí tirava a juçara do palmito, não tem o palmito? Pois é, aí tirava a juçara quando tava de vez, limpava tudo ficava quatro dedo de largura aquela ripa, então fazia assim tudo, e botava a esteira, porque colchão a gente não tinha

É em torno das relações de apropriação coletiva das terras, da solidariedade vicinal expressa nos mutirões do barreado, da ordenação aparentemente desordenada das casas, das trilhas com livre acesso, da ausência de muros, dos conhecimentos em torno da coleta da madeira, do sapê e dos cipós para construção das casas que se

dava o que podemos chamar de territorialidade de vizinhança. O caiçara precisava saber cultivar e coletar o sapê; precisava saber qual era a madeira adequada para a construção da casa, bem como o período ideal para a coleta e o seu trato para um uso eficiente; precisava conhecer a técnica para realização do estuque e interagir em um convívio social que garantisse os mutirões do barreado e as relações de troca e compadrio de ferramentas e favores; assim como precisava estar inserido em um sistema de uso coletivo das terras, com a ausência de muros e a livre circulação pelas trilhas. Essa territorialidade abrangia as áreas da mata onde se realizava a coleta dos materiais, abrangia os sapezais, os quintais caiçaras, as trilhas, as áreas de restinga propositalmente mantidas e as áreas das construções de uso comum e de uso privado.

Nos corpos de água que desciam das áreas mais íngremes, realizava-se também a captura do pitu, também chamado lagostim, muito parecido com um camarão, mas que vive e se reproduz em água doce. Para a captura desse crustáceo o caiçara utilizava a farinha de mandioca como engodo e, pulando de rocha em rocha, ia jogando pequenas quantidade de farinha de mandioca na água. Depois de feito isso, o caiçara retornava pelo mesmo caminho para capturar os pitus que estavam se alimentando da farinha. Para capturá-los utilizava um puça (Fotografia 14, p. 71) feito artesanalmente com duas varas finas de taquara e uma rede, em formato de um grande saco, presa nas pontas das varas. Esse saco de rede tinha pedaços de cortiça presos em apenas um dos lados da 'boca' e pedaços de pedras ou chumbinho no outro lado e, o caiçara, de cima de alguma rocha, colocava o puça na água lentamente para não assustar o pitu. As cortiças faziam com que uma parte da rede afundasse mais devagar, com o saco de rede entrando na água com a 'boca' aberta, o que possibilitava envolver o pitu. Essa atividade ainda é realizada, principalmente pelas crianças como forma de lazer.



Fotografia 14: Izac e puça confeccionado por ele artesanalmente. Realizada pelo autor em julho de 2013

Assim como a territorialidade da pesca, essas atividades descritas sob o título “o caiçara, o sertão e as áreas planas” também conformam territorialidades caiçaras. A mata, as presas a serem abatidas, as ferramentas de caça e o conhecimento do caiçara a respeito dos animais e dos ciclos da natureza compõem a territorialidade da caça, assim como o conhecimento em torno das estações do ano, das técnicas de cultivo agrícola, envolvendo áreas da prática da roça, com específicas tradições de uso e apropriação da terra, compõem a territorialidade da roça. Essas territorialidades, somadas às territorialidades do artesanato, da coleta, dentre outras, compõem as territorialidades caiçaras.

No próximo capítulo estão expostas reflexões a respeito dos processos que têm colaborado com a desapropriação e transformações dessas territorialidades e, em seguida, exemplificaremos, a partir dos estudos de caso, as territorialidades conformadas segundo as exigências e condições do tempo de hoje em dia.

CAPÍTULO 2 - A RECONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO E DAS TERRITORIALIDADES CAIÇARAS

"Navegar é preciso, viver não é preciso"
Caetano Veloso & Gilberto Gil

*"...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica
nem com balanças nem barômetros etc.*

*Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em
nós."*

Manoel de Barros



Quino

No capítulo anterior foram evidenciados os hábitos, os costumes, a cultura e os objetos circunscritos em torno das populações caiçaras. Para tanto, a categoria analítica utilizada foi a territorialidade, pois a análise a partir do seu prisma, possibilitou evidenciar características materiais e imateriais, paisagísticas e culturais. Essa exposição, fazendo uso da territorialidade, tenta romper com uma visão cartesiana, romper com as separações normalmente realizadas pela ciência que cataloga e divide a cultura, a paisagem, os hábitos, o território, o material e o imaterial em diferentes campos. O que comprometeria compreender as inter-relações entre ações e objetos no espaço, comprometendo também uma concepção mais ampla do universo caiçara (Luchiari, 1992b).

É nesse sentido que se fez uso do evento, como proposto por Santos (2008). Pois ele, ao transformar as coisas, mudar os objetos e lhe dar novas características, ele reconfigura o território. A configuração do território se refere ao “conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área”, ou seja, é o “conjunto de objetos culturais [...] ao lado ou no lugar dos objetos 'naturais', cuja significação modificam” (Santos, 2008, p.75 e 103). Nas áreas estudadas, anteriormente da implementação da rodovia, a configuração territorial se conformava de acordo com o universo caiçara (Luchiari, 1992b), os objetos carregavam em si um significado correspondente às suas territorialidades. As trilhas, as casas de estuque, a mata conservada, os sapezais, as roças, as canoas de voga e os cercos de pesca correspondiam aos valores, aos desejos, à visão de mundo e à cultura dos caiçaras, eram formas correspondentes a determinadas funções. Porém, aonde ocorre o evento, ocorre a reconfiguração do território, transformando a forma e a essência dos objetos.

O espaço, por ser um híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações inseparáveis (Santos, 2008, p.100), se dinamiza por inteiro. Trilhas, matas, casas, canoas se transformam e são resignificadas, transformando também as ações a elas hibridizadas. As canoas, por exemplo, são progressivamente substituídas pelos barcos a motor e, as ações atreladas à confecção e uso das canoas, também vão sendo progressivamente transformadas. A população vai perdendo o conhecimento das técnicas de confecção da canoa, como a espécie vegetal que deve ser utilizada e o

período do ano em que essa espécie deve ser abatida. As técnicas de manutenção da canoa de madeira vão sendo substituídas por técnicas de manutenção dos cascos dos barcos de fibra. A prática do remo, bem como a confecção do objeto remo, com a velocidade proporcionada pela ação de remar, vão sendo substituídas pela manutenção dos motores e a velocidade que o motor proporciona para a navegação, alterando também a concepção de tempo do caíçara. Este exemplo, referente à canoa, é simples e somente um dentre tantas outras formas e ações que são transformadas e resignificadas. Havia, portanto, naquele fragmento do território, um sentido e uma geografia própria das territorialidades caiçaras, e o evento, por ser proveniente de um outro ponto do espaço, traz consigo uma outra racionalidade, proveniente dos meios urbanos, e altera esse sentido e essa geografia anteriores.

“Os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais” (Santos, 2008, p.147). A implementação da rodovia foi um dado organizacional proveniente de um ponto do espaço onde o sentido correspondia a uma outra racionalidade. Uma racionalidade que entende a conservação ambiental como áreas para realização de lazer, que entende a natureza dicotomizada do social, estando o lazer associado à atividade econômica do turismo, exigindo, para isso, infraestrutura para o seu desenvolvimento. É nesse sentido que se entende, aqui, o turismo, a urbanização e a questão ambiental, como processos que reconfiguram o território. Esse processos chegam aos lugares e se desenrolam, possibilitados pelo evento, e correspondem a uma dada racionalidade, aqui chamada de racionalidade moderna. A seguir, está evidenciado o que se entende como racionalidade moderna, para depois expor cada um desses processos.

2.1 Racionalidade Moderna

O título desta sessão traz em si dois distintos termos, o primeiro relacionado à razão, responsável por antigas reflexões na filosofia e nas ciências sociais, enquanto que, o segundo, correspondente a um período e, ao mesmo tempo a uma condição, se refere à modernidade. Não se pretende, neste trabalho, dissecar a fundo o que é a

razão e a modernidade, mas sim fazer uso de autores que as discutem, tentando assim evidenciar o que se entende como 'racionalidade moderna'. Os termos, racionalidade e moderna, são nesse ítem separados para entender o que se pretende ao fazer uso deles conjuntamente.

O objetivo de fazer uso desse termo é o de evidenciar valores, maneiras de viver, símbolos, significados, territorialidades correspondentes ao homem urbano moderno, este que, a partir da década de 1970, tem acesso ao fragmento de território utilizado por caiçaras que viviam, interagiam e se reproduziam tradicionalmente. Trata-se, portanto, do encontro de uma racionalidade correspondente às populações tradicionais caiçaras, com uma outra, a racionalidade moderna.

Talvez Weber tenha sido um dos principais autores a realizar associação entre a racionalidade e o período moderno. Ele, em sua obra “A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo” (2004), explicitou o que ele entende como as raízes do capitalismo e, para tanto, distinguiu o que ele chama de “espírito do capitalismo” do sistema político econômico capitalista. Weber considera que o espírito capitalista e relações econômicas capitalistas existiam antes do capitalismo moderno, de maneira que o capitalismo enquanto sistema político econômico está claramente associado ao homem moderno.

É o espírito capitalista, associado a uma ética protestante, o responsável pelo desenvolvimento do capitalismo moderno. Para Weber (2004, p. 29 e 38), os protestantes demonstraram uma inclinação específica para um racionalismo econômico, o que justifica a sua associação entre os protestantes e os detentores do capital, empresários, camadas superiores e mão de obra qualificada, sendo que, o motivo deste fato é proveniente de traços puramente religiosos.

Max Weber observou que a 'ética protestante', encarando a profissão como dever designado por Deus, dava ao protestante o dever de trabalhar e ser bem sucedido em seu trabalho. Para o protestante, vigorava a doutrina da predestinação, pela qual acreditava-se que havia homens que eram escolhidos por Deus. Mas como o protestante podia saber que era um escolhido de Deus? Weber (2004, p.102-103) afirma que, para esta dúvida, surgem

dois tipos básicos de aconselhamento, muito característicos e mutuamente relacionados. De um lado torna-se pura e simplesmente um dever considerar-se eleito e repudiar toda e qualquer dúvida como tentação do diabo, pois a falta de convicção, afinal, resultaria de uma fé insuficiente e, portanto, de uma atuação insuficiente de graça. [...] E, de outro lado, distingui-se o trabalho profissional sem descanso como o meio mais saliente para se conseguir essa autoconfiança. Ele, e somente ele, dissiparia a dúvida religiosa e daria a certeza do estado de graça.

Porém, não bastava trabalhar, era preciso trabalhar e demonstrar vocação profissional no seu trabalho, pois só assim se podia ter certeza de ser um escolhido de Deus, pois “Deus abençoava os seus com sucesso no trabalho” (ibid, p. 121). O protestante trabalhava para agradar a Deus, “esse agrado a Deus era medido pela importância do seu trabalho na coletividade e, a importância do seu trabalho, era medida principalmente pela sua capacidade de dar lucro, lucro econômico privado” (ibid, p. 147-148).

Para quantificar as suas virtudes e os seus progressos, o protestante adotou o diário íntimo religioso contabilizando o seu progresso a partir de tabelas estatísticas e, com o tempo, “a santificação da vida quase chegava assim a assumir um caráter de administração de empresa” (ibid, p.113).

Logo, os progressos no trabalho e a conseqüente certeza de ser um predestinado, podiam ser obtidos a partir de uma estruturação do processo produtivo, com uso de uma contabilidade pautada na ciência, aumentando cada vez mais a produtividade, o que desenvolve, segundo Weber (2004, p.113), “o motivo fundamental da economia moderna como um todo”, o racionalismo econômico.

Está claro que, para Weber, não é a atividade econômica realizada pelo protestante, em si, a responsável pelo desenvolvimento do capitalismo moderno, até porque o protestante, durante muito tempo, não cedia aos luxos do consumo e da fortuna. Sua fortuna servia como mera quantificação do seu estado de graça e, usufruir dela, foi durante muito tempo tido como pecado. Mas trata-se de afirmar que essa “ética protestante”, dotada de um “espírito capitalista”, foi a responsável pelo desenvolvimento de uma racionalidade econômica que, com o tempo, foi se impregnando nas outras esferas da vida (social, política e cultural) e, assim, possibilitou o desenvolvimento do capitalismo moderno enquanto sistema político econômico.

Nota-se, na obra citada de Weber (2004), a associação entre o homem moderno, o trabalhador moderno e o capitalismo moderno, com o que ele chama de racionalidade, demonstrando uma íntima associação entre o moderno e a concepção de racionalidade por ele desenvolvida. Nesse trabalho, Weber compreende a racionalidade como correspondente ao uso das ciências exatas, à matematização, à quantificação, à instrumentalização.

É devido a este fato que, segundo o próprio Weber (2004, p.99), o protestante, a partir dessa racionalidade, elimina as indagações a respeito do sentido do mundo. Segundo esta concepção de racionalidade, indagar sobre o sentido do mundo não se trata de uma ação dotada de racionalidade. Como acredita Habermas (1992, p.198), Weber considera a racionalidade como ação com respeito a fins. No caso do protestantismo, os fins são os interesses de lucro, sendo que a racionalidade é o meio pelo qual o protestante alcança o enriquecimento. Trata-se de uma concepção de racionalidade relacionada à racionalidade ocidental responsável pelo desenvolvimento da economia capitalista e do Estado moderno (Habermas, 1992, p.198).

Nesse sentido, o conceito de racionalidade, de Weber, se aproxima do que Horkheimer (1976) chama de racionalidade subjetiva. Horkheimer vai distinguir a racionalidade subjetiva, também chamada de formal ou instrumental, da racionalidade objetiva. A primeira faz referência à “faculdade de classificação, inferência e dedução, não importando qual o conteúdo específico dessas ações: ou seja, o funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento” (ibid, p.11). Enquanto a segunda se relaciona a “uma visão diametralmente oposta”, sendo ela uma “força do mundo objetivo: nas relações entre os seres humanos e entre classes sociais, nas instituições sociais, e na natureza e suas manifestações.” (ibid, p.12).

A razão subjetiva “se revela como a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado” (p.13). Já a razão objetiva vai além, ela se relaciona à classificação e, em seguida, à harmonização da vida humana naquilo que foi sistematizado. A racionalidade subjetiva enfatiza os meios, enquanto a objetiva enfatiza os fins.

Segundo Horkheimer, a racionalidade objetiva, necessariamente, faz uso da subjetiva, elas não são excludentes. O autor, ao longo da obra, relaciona a racionalidade objetiva à antiga filosofia, demonstrando que a sua grande preocupação se voltava para fatores que levavam em consideração a emoção, a fraternidade, a verdade, a mitologia. Fatores estes que, segundo a racionalidade subjetiva, não podem ser ponderáveis, não podem ser considerados, pois ela se dedica apenas ao quantificável e cientificamente comprovável, estando o cientificamente comprovável absolutamente ligado às ciências exatas e da natureza.

De acordo com a racionalidade objetiva, pensava-se na razão “como uma entidade, um poder espiritual que vivia em cada homem, regulando-os nas suas relações entre si e com a natureza” (ibid, 17), de maneira que, na sociedade burguesa, a racionalidade subjetiva se torna preponderante. “Nos tempos modernos, a razão tem revelado uma tendência para dissolver o seu próprio conteúdo objetivo.” (ibid, p.21). Assim, o autor vai relacionando características modernas, como a emergência da burguesia e da industrialização, com a preponderância da racionalidade subjetiva sobre a objetiva. Ele acredita que é sobre a valorização da racionalidade subjetiva, utilizada como mero instrumento, que a civilização moderna se desenvolve.

Como diz Horkheimer (1976, p.29 e 31):

Os conceitos foram 'aerodinamizados', racionalizados, tornaram-se instrumentos de economia de mão de obra. É como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado uma parte e uma parcela da produção [...] Complicadas operações lógicas são levadas a efeito sem real desempenho de todos os atos intelectuais em que estão baseados os símbolos matemáticos e lógicos. Tal mecanização é na verdade essencial à expansão da indústria; mas se isso se torna a marca característica das mentalidades, se a própria razão é instrumentalizada, tudo isso conduz a uma espécie de materialidade e cegueira, torna-se um fetiche, uma entidade mágica que é aceita ao invés de ser intelectualmente apreendida.

Nessa citação de Horkheimer, evidencia-se que a racionalidade vai além de uma imaterialidade, vai além de intenções e ações, ela ultrapassa um modelo de pensamento, se manifestando também nas formas, no meio material. A expansão industrial é prova deste fato.

Habermas (1992), em “Teoria de la acción comunicativa”, vai fazer discussão sobre o conceito de racionalidade tanto em Weber quanto em Horkheimer, incluindo discussões de Marx. Mas, para tanto, logo no início da obra, ele desenvolve uma longa reflexão filosófica sobre o que é a racionalidade. Expõe antigas concepções desse conceito, se esforçando em torná-las mais completas. Dentre essas concepções, distingue o modelo realista do modelo fenomenológico.

O modelo realista de racionalidade se refere às ações com intenção de realizar intervenções com vistas a satisfazer um propósito. Enquanto que o modelo fenomenológico entende que serão entendidas como racionais as ações plenas de sentido e inteligíveis em seu contexto, portanto, a validade da racionalidade dessas manifestações remete a um saber de fundo, compartilhado intersubjetivamente pela comunidade de comunicação (ibid, p.31).

As conceituações desenvolvidas por esses modelos, segundo Habermas, não dão conta de abranger todas as ações dotadas de racionalidade. Cita como exemplo a ação que se volta a um estímulo nervoso, que até poderia ser entendida como racional pelo modelo fenomenológico, mas não pelo realista, assim como o pânico por ambientes abertos poderia ser entendido como racional segundo o modelo realista, mas não pelo modelo fenomenológico. Então Habermas (1992, p.32-37) propõe a combinação dos dois modelos e a inclusão do conceito “argumentação”, entendido como a fala capaz de expressar as pretensões das suas ações. Assim, o autor considera a possibilidade de análise da racionalidade de um sujeito, quando este é capaz de argumentar a respeito de suas ações ou fala. Não sendo necessário que os participantes do seu discurso concordem com os seus argumentos, mas sim serem motivados a entendê-los.

Diante dessas reflexões, o autor vai separar a racionalidade em três diferentes campos: 1. Racionalidade cognitivo-instrumental: referente às ações realizadas mediante opiniões fundamentadas e com respeito a fins; 2. Racionalidade prático-moral: referente às ações que correspondem a ordenações normativas vigentes e; 3. Racionalidade prático-estética: referente às ações relacionadas a valores apreendidos por uma determinada arte e cultura.

A partir da reflexão sobre racionalidade, Habermas (1992, p.197) vai tentar entender, em Weber, a concepção de racionalidade feita por este autor, afirmando que, neste ponto, Weber foi confuso. Ele ressalta os aspectos positivos de Weber e acredita que as suas debilidades correspondem a um contexto histórico no qual as suas reflexões foram feitas.

Para Weber é a racionalidade com respeito a fins que desenvolve o racionalismo ocidental, sendo esse o marco inicial da economia capitalista e do Estado moderno. Essas reflexões foram feitas em contexto onde se acreditava piamente em um modelo de racionalidade oferecido pelas ciências matemáticas da natureza, que fundamentou as leis físicas de Newton. Era um modelo submetido à observação, experimentação e cálculo. Um modelo que baseou uma ciência segura e impressionou cientistas, rebaixando toda filosofia anterior. Vigorava a crença de que a aplicação científica dos princípios da natureza nas esferas sociais e humanas levaria a uma emancipação dos homens, proveniente de um progresso técnico e econômico que levariam ao fim das desigualdades sociais, políticas e de gênero (Habermas, 1992, p.197-206).

E esse é o contexto em que Weber constrói o seu modelo e o seu conceito de racionalidade, levando em consideração os valores científicos do período, a exemplo do determinismo evolucionista, do naturalismo ético, do universalismo e do racionalismo no sentido positivista (ibid, p. 212). Para Habermas, este fato leva o autor a fazer uma consideração linear, onde a racionalidade parte da religião e se impregna na esfera social se limitando à ação com respeito a fins, faltando então maiores reflexões sobre o contexto, além de maior detalhamento sobre a racionalidade por ele considerada. É assim que Habermas vai fazer uso das reflexões sobre racionalidade desenvolvidas no início da sua obra e aplicá-los no estudo de Weber.

Habermas acredita que também é preciso considerar os fatores externos, sociais e econômicos que influenciaram a afinidade entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, identificando assim outras esferas sociais que se viram arrastadas pelo turbilhão da racionalização.

Então Habermas conclui que, no desenvolvimento da sociedade moderna, a racionalização se dá pela institucionalização da racionalidade cognitivo-instrumental na

esfera das ciências que, simultaneamente, abrange a estrutura política e econômica, enquanto que uma racionalidade prático-estética se institucionaliza na esfera da arte e da cultura, de maneira que nem o artista autônomo e nem as contraculturas intelectualizadas, tem efeitos geradores de estruturas para a sociedade global. Por último, considera que a racionalidade prático-moral se desmancha no mundo moderno, não encontrando instituição na qual possa se reproduzir com estabilidade (ibid, p.314-315).

Para resumir as contribuições de Habermas, pode-se afirmar que ele inclui, na racionalidade instrumental de Weber, correspondente às esferas econômica e política, a racionalidade correspondente à cultura intelectual e à arte, considerando a maneira como essa outra racionalidade sobrevive e se posiciona diante do turbilhão da racionalização instrumental e diante da consolidação do mundo moderno.

Pode-se afirmar, com veemência, que os três autores, Weber, Horkheimer e Habermas, manifestam mais concordâncias do que discordâncias, se é que há discordâncias. É mais seguro afirmar que se trata de complementações entre esses autores, com todos concordando com a existente relação entre a emergência do mundo moderno, com o desenvolvimento do capitalismo moderno e a eclosão de uma dada racionalidade. Quanto a esta última, enquanto Weber a trata como racionalidade com respeito a fins, sendo ela incipiente no espírito protestante, de maneira que difundiu o espírito capitalista responsável por estimular o desenvolvimento do capitalismo moderno; Horkheimer a trata como racionalidade subjetiva que se sobrepõe diante de uma racionalidade objetiva, destacando a matematização perante a antiga filosofia e colaborando com a eclosão de uma sociedade burguesa e; por último, Habermas a considera como racionalidade cognitivo-instrumental que convive com outras formas de racionalidade, trazendo segurança a um modo de se fazer ciência e se destacando.

Portanto, quando falamos de racionalidade moderna, é dessa racionalidade instrumentalizada, subjetiva, que enfatiza os meios, a qual nos referimos. E dizemos que essa racionalidade é moderna porque ela foi preponderante na constituição do capitalismo moderno, foi instrumento das ciências naturais que deram base para a consolidação da burguesia, da política e da economia modernas, sendo também a

responsável pela estruturação de todo um modelo de pensamento da sociedade moderna, notavelmente distinta da racionalidade presente entre as populações litorâneas, na qual a sua lógica e sentido não depositavam preponderância aos fins imediatistas, com completa ausência do “espírito capitalista”. Fazendo uso dos conceitos de Horkheimer, pode-se afirmar que as populações caiçaras, até a ocorrência do evento, não apresentaram sobreposição da racionalidade subjetiva sobre a objetiva. O modelo de pensamento dos caiçaras não se concentrou enfaticamente na produção e no consumo. Enquanto as sociedades urbanas se apoiaram na matematização e em um modelo de pensamento linear responsável pela maquinização e dinamização da produção, as populações caiçaras se mantiveram se reproduzindo socialmente apoiadas pelo tempo dos fenômenos naturais, apoiados em uma economia de provisionamento, desarticulados da consolidação do Estado moderno e da economia capitalista que caracterizam a modernidade.

O conceito de modernidade, vista como período e condição, traz em si inúmeros entendimentos e poucos são objetivamente conclusivos. Nas palavras de Latour (2008, p.15), “a modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas”. Mas afinal de contas, não necessitamos de uma clara definição sobre o que é a modernidade, quantificando-a, até porque a quantificação é tarefa das ciências da natureza consolidadas com a emergência da sociedade burguesa, fato este que trouxe aos pensadores das ciências humanas, uma forte herança em acreditar que ela é necessária, pois foi a partir desse terreno seguro que a ciência obteve o seu reconhecimento nas demais esferas da vida. Porém, pode-se afirmar assertivamente que o moderno está ligado à consolidação da racionalidade instrumental, subjetiva, cognitivo-instrumental.

Bruno Latour (2008, p.19-28) fornece reflexões sobre o seu entendimento da constituição moderna. Para tanto, inicia sua reflexão mencionando os trabalhos de Boyle e Hobbes, o primeiro se dizendo cientista das ciências naturais e, o segundo, cientista político. O autor acredita que, tanto no laboratório de Boyle, com os seus estudos sobre o vácuo, quanto nas reflexões políticas de Hobbes, que abordam o poder e a função do Estado, estão presentes tanto as ciências ditas naturais, quanto as

ciências ditas políticas, porque, por mais que o cientista fragmente o conhecimento, com fins de racionalizar a realidade, a realidade em si é híbrida. Sendo característica da modernidade a negação dos híbridos, fundamenta-se a afirmativa de que “jamais fomos modernos”.

Além de uma fragmentação dos campos do saber, a sociedade moderna fragmenta também a sua concepção da realidade, distinguindo o humano do não-humano, o social do natural, o homem da natureza, e inaugura o período das grandes dicotomias (Latour, 2008, p.42-44) identificadas por Latour até mesmo no jornal impresso que divide as páginas de economia, das de política, das de cultura, das de religião (ibid, p.8). Essa fragmentação e dicotomia relacionam-se à racionalidade instrumental de Horkheimer. A divisão disciplinar do conhecimento, com a dicotomização, torna possível a análise de efeito e causa, possibilitando um raciocínio cartesiano, um raciocínio linear que matematiza, quantifica, coordena com eficiência, aumentando a metodização, sendo este raciocínio uma eficiente ferramenta para o desenvolvimento das forças produtivas, aumento da produtividade e expansão da indústria.

A expansão da indústria, a partir desse modelo de raciocínio fornecido pela matematização, possibilita o aumento do lucro, a dispersão dessa racionalidade instrumentalizada e, conseqüentemente, a competitividade se sobressai, marcando também o interesse pessoal. Como diz Horkheimer (1976, p.28):

Na era industrial a ideia de interesse pessoal (conquistou gradativamente o primeiro plano e) suprimiu outros motivos considerados fundamentais para o funcionamento da sociedade. O interesse pessoal predominou nas principais correntes de pensamento e, durante o período do liberalismo, na mentalidade pública, trazendo à tona as contradições entre essa ideia (de interesse pessoal) e a ideia de nação e, essa contradição, tornou ausente qualquer princípio racional eficaz capaz de garantir coesão social

Diante destas características da modernidade, é importante ressaltar a organização social das populações tradicionais sendo pautada pela solidariedade vicinal, com práticas como o compadrio, a ajuda mútua e os mutirões, se contrapondo ao interesse pessoal verificado nas sociedades industriais. Além disso, a divisão disciplinar do conhecimento, a metodização e a matematização estavam ausentes, de

maneira que, nas suas relações de produção e consumo, vigoravam técnicas tradicionais de produção que visavam a satisfação de necessidades vitais sem intenções de realizar acúmulo.

Harvey (1993, p.42), em “A Condição pós-moderna”, faz uma reflexão sobre a pós-modernidade e, para tal, o seu ponto de partida é a modernidade. A sua associação entre uma dada racionalidade e o desenvolvimento das forças produtivas, no período de consolidação da modernidade, é bastante clara. Ele afirma que a “crença no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional das ordens sociais ideais sob condições padronizadas de conhecimento e de produção era particularmente forte”, sendo a racionalidade entendida como “eficiência tecnológica e produção via máquina”.

Afirma ele que com o fortalecimento das forças produtivas “florece o individualismo possessivo e o empreendimento, a inovação e a especulação, fragmentando as tarefas e responsabilidades a um ponto que os produtores veem os outros em termos meramente instrumentais” (Harvey, 1993, p.100).

Apoiado em autores como Baudelaire, Frisby e Berman, Harvey acredita que o transitório, a insegurança e a mudança caótica são características da modernidade. Essas características, segundo ele, são resultantes de duas implicações do capitalismo moderno: a competitividade e a destruição criativa. Quanto a esta associação, ele desenvolve o seguinte raciocínio:

A luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades. São abertas novas linhas de produto, o que significa a criação de novos desejos e necessidades. Os capitalistas são obrigados a redobrar seus esforços para criar novas necessidades nos outros, enfatizando o cultivo de apetites imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso. O resultado é a exacerbação da insegurança e da instabilidade, na medida em que massas de capital e de trabalho vão sendo transferidas entre linhas de produção, deixando setores inteiros devastados, enquanto o fluxo perpétuo de desejos, gostos e necessidades do consumidor se torna um foco permanente de incerteza e de luta. Abrem-se necessariamente novos espaços quando os capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matérias-primas, uma nova força de trabalho e locais novos e mais lucrativos para operações de produção. O impulso de realocação para locais mais vantajosos (o movimento geográfico do capital e do trabalho) revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital. A resultante transformação da experiência do espaço

e do lugar é acompanhada por revoluções na dimensão do tempo, na medida em que os capitalistas tentam reduzir o tempo de giro do seu capital a um 'piscar de olhos'. Em resumo, o capitalismo é um sistema social que internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial. Se, portanto, 'a única coisa segura sobre a modernidade é a insegurança', não é difícil ver de onde vem essa insegurança. (p.103)

Justifica-se assim a frase de Marx, utilizada por Berman (1987) como título da sua obra, "Tudo o que é sólido desmancha no ar". Aliás, este autor também expõe uma certa linearidade histórica que esclarece a consolidação do capitalismo moderno e o caráter transitório deste período. Berman (1987, p.90) cita a expansão da indústria, com a conseqüente produção de massa capitalista, sendo responsável pela incapacidade de competição por parte de camponeses e artesãos, o que ocasiona a concentração da produção na fábrica e o conseqüente movimento de migrantes pobres do campo para a cidade. Há portanto a concentração de riqueza, com o aumento das cidades e a centralização fiscal, legal e administrativa, na figura do Estado moderno.

Para Harvey (1993, p.97-107), é esse processo de instalação do capitalismo, com constante produção e reprodução desse ambiente transitório, que caracteriza a modernização. Se parecendo com a concepção de modernização de Habermas (1992, p.214), para quem ela se trata do processo pelo qual emerge a empresa capitalista e o Estado moderno. Tanto um, como outro, conceituam a modernização inspirados em O Capital de Karl Marx.

É nesse contexto de modernização que a destruição criativa, segundo Harvey (1993, p.26), é importante para a compreensão da modernidade, pois, para a sua instalação, para que haja a modernização, é preciso que se destrua o que havia antes. Além disso, após a sua implantação, é necessário que se destrua o que ela mesma criou, para que se possa instalar o novo, para que se possa criar novas necessidades, para que se possa inovar e assim, o capitalismo continue vigorando. A modernização é, portanto, peça chave no entendimento da transitoriedade correspondente à modernidade. Como diz Harvey (1993, p.102)

As leis coercitivas da competição de mercado forçam todos os capitalistas a procurar mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem a sua

lucratividade em relação a média social. A necessidade do capitalista de manter o trabalhador na fábrica também o estimula a inovar. O capitalismo é necessariamente tecnologicamente dinâmico, por causa das leis da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo

Segundo Berman (1987, p.92), é dessa maneira que, para o burguês,

a única atividade que de fato conta é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos esses empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim [de maneira que o] Desenvolvimento da economia burguesa e, todos que estão ao alcance dessa economia, se vê sob pressão da incansável competição.

Essa busca incessante pelo acúmulo e pelo armazenamento de excedentes, com os empreendimentos colocados como meros meios, evidencia uma racionalidade que enfatiza os meios, meramente instrumento para se chegar a um fim, o acúmulo. Além do burguês, qualquer homem moderno, seja lá qual for a sua classe social, sob condicionamentos do sistema político econômico, se encontra nessa condição de transitoriedade, de constante inovação, com uma experiência de tempo e espaço correspondente a esse período e condição. Enquanto o burguês busca incessantemente o acúmulo, o proletariado busca incessantemente satisfazer as necessidades criadas pela inovação tecnológica e pela transformação constante.

Não se pretende aqui compreender a fundo o desenvolvimento do capitalismo, o desenvolvimento da indústria e do Estado moderno, com a conseqüente eclosão da classe burguesa, nem tampouco dissecar as concepções de racionalidade e modernidade, mas sim trazer algumas reflexões com fins de esclarecer o que se entende enquanto racionalidade moderna em relação à racionalidade das populações tradicionais. Sendo ela uma racionalidade instrumentalizada correspondente aos valores e condições da instalação do capitalismo moderno e do Estado moderno. A 'racionalidade moderna' é um conceito colocado como um pano de fundo sob o qual estão relacionados a racionalidade instrumental, a transitoriedade, a ação que enfatiza os meios, a constante modernização, a criação destrutiva, o capitalismo moderno e a mercantilização de tudo e de todos com a conseqüência de o valor de troca ser

sobressalente, associados às dicotomias homem/natureza, natural social, assim como à visão binária que divide o trabalho do lazer.

A racionalidade moderna corresponde preponderantemente ao indivíduo dos meios urbanos. É na cidade que ela encontra terreno para o seu amplo desenvolvimento. É lá que o consumismo, o individualismo, a instrumentalização e a aventura proveniente da transitoriedade encontram os meios mais adequados de instalação. Está associada a uma dada concepção de tempo e espaço, porém, ao longo deste trabalho, é claro o reconhecimento de que alguns grupos e/ou indivíduos dos meios urbanos podem não viver sob os seus desígnios. No entanto, ela, a moderna, se coloca como eficiente conceito para traduzir um outro mundo que se depara com aquele correspondente ao caçara tradicional após a construção da Rodovia Rio-Santos. Por isso é necessário que se leve em conta esses valores, essa racionalidade, quando se utiliza, nesse trabalho, os termos homem moderno e homem urbano.

Com vistas a essa racionalidade moderna explicitada, é que se pode refletir a respeito da racionalização do e no espaço. Essa dada racionalidade, como ação instrumental, se dá no espaço e nele se materializa. O espaço aqui tratado, como já citado, é o espaço geográfico, um misto, um híbrido, de maneira que a racionalidade não está apenas presente no âmbito das relações sociais, pois ela não pode se exercer plenamente se a materialidade não oferecer as condições técnicas. Quando se fala, portanto, de modernização, de criação destrutiva, necessariamente fala-se de racionalidade no meio material, criando nele, condições para facilitar as ações ditas racionais (Santos, 2008, p.292), segundo uma racionalidade moderna.

A partir do momento que as ações e o meio material se conformam segundo essa racionalidade, o espaço passa a ser considerado como racional (Santos, 2008, p.292). A racionalidade moderna, portanto, se refere ao espaço geográfico, pois aonde ela chega, ela assenta o terreno de acordo com as intencionalidades de quem a promove. É isso que os autores acima citados acabam expressando quando identificam a modernização, o crescimento urbano, a industrialização, a consolidação do capitalismo moderno e a criação destrutiva. A racionalidade moderna se expressa socialmente e territorialmente, ou seja, espacialmente. Ela se expressa, portanto, na

configuração territorial e nas intencionalidades, tendo um caráter material e imaterial. Fixos e fluxos fluem e se inter cruzam de acordo com ela. O espaço geográfico, neste sentido, é um campo de ação racional, atribuindo, ao fragmento do território aqui considerado, a condição de ser um espaço da racionalidade (Santos, 2008, p. 289-294).

A urbanização, o turismo e a questão ambiental, são processos que reconfiguram o território e, ao mesmo tempo, tornam o espaço como espaço da racionalidade, correspondente à ação instrumentalizada que age com o objetivo de tornar o território fluído para o seu exercício. Aquela racionalidade correspondente à tradição caçara é vista como entrave para a racionalização do espaço segundo a racionalidade moderna, pois ela se pauta em outro tempo, em outras relações sociais, em outros valores. É neste sentido que esses processos de reconfiguração do território são abaixo analisados um a um, sendo considerados também como processos de racionalização do e no espaço.

2.2 – A urbanização e o turismo

A realidade que o conceito de urbano tenta exprimir, assim como ele próprio, são amplamente debatidos dentro da geografia, tendo, inclusive, a exclusividade de um campo dentro dessa ciência, a geografia urbana. Esse conceito, inevitavelmente, leva a um outro, o de cidade. Portanto, evidenciar o que seja um, exige a compreensão do que é o outro.

Em muitos trabalhos acadêmicos, os autores elaboram conceituações sobre a cidade a partir do seu histórico de estabelecimento. Para autores como Castells e Lefebvre, referências quando se trata da temática urbana, a formação das cidades está relacionada a uma “vida social organizada” (Lefebvre, 2008, p.19), com a instalação de uma “superestrutura político-administrativa” de uma sociedade que alcançou “considerável desenvolvimento técnico e social (natural e cultural)” (Castells, 1983, p.20).

Esses autores desenvolvem suas teorias sobre o urbano e a cidade a partir de um levantamento que considera as antigas cidades gregas e romanas, com a sua

posterior dissolução no período feudal e restabelecimento no período renascentista, com forte consolidação enquanto materialidade e condição com o advento da industrialização. Inclusive, Lefebvre (2008, p.14) relacionou estes momentos históricos ao que ele chama de cidade política, cidade comercial e cidade industrial, organizadas nesta ordem em um eixo espaço temporal que vai de 0 a 100%, indicando a ausência total do urbano (0%) até a culminação do processo (100%).

Para este autor a sociedade urbana da Europa, tem como referência o processo de industrialização, e ele parte suas reflexões da hipótese e objeto de que o tecido urbano se proliferou, corroendo os resíduos de vida agrária, de forma que, na atualidade, toda a sociedade é urbana. Fica clara uma distinção realizada pelo autor entre cidade e urbano, estando o primeiro ligado a uma materialidade resultante de uma organização social específica e, o segundo, às relações que se dão em torno da industrialização e suas implicações sociais. O urbano pode, portanto, estar presente em meios que não são necessariamente o da cidade, o que confere a possibilidade de ocorrência de elementos urbanos no meio rural, assim como elementos rurais na cidade.

Já se tem aqui uma aproximação que diferencie a cidade e o urbano, contudo, a contribuição desses autores está situada no âmbito da história das cidades e urbanização europeias e, devido ao fato de a história e a dinâmica das cidades no Brasil serem específicas, os conceitos de cidade e urbano devem ser situados de acordo com as especificidades históricas locais. Sabe-se, por exemplo, que aqui a cidade cumpriu um importante papel de articulação entre a colônia e a metrópole (Moraes, 2000), tendo incentivo de criação e estabelecimento pela metrópole, muitas vezes criada por ato expresso da Coroa, visando a proteção da costa e a dinamização do comércio (Ribeiro, 1995), de maneira que cidades coexistiam com aldeamentos e vilas de populações tradicionais, não apresentando um desenrolar histórico linear como o observado por Lefebvre e Castells na Europa. Além disso, populações tradicionais, principalmente indígenas, embora não se aglomerassem em cidades, apresentavam organização social a qual não se pode chamar de menos desenvolvida socialmente do que as presentes na cidade. Embora suas atividades econômicas se pautassem

principalmente na exploração da caça e coleta e a partir de técnicas menos elaboradas que as das sociedades urbanas modernas, sua organização social não se pautava na exploração do homem pelo homem e nem mesmo na exploração vertiginosa dos meios pelo homem, além de também não apresentar a desigualdade social presente nas sociedades urbanas conduzidas pela industrialização. Portanto, refletir sobre esses conceitos à luz da realidade brasileira se faz necessário.

Lencioni (2008) faz luz à conceituação de cidade e urbano se referindo à sociedade e território brasileiro. Para essa autora, a cidade está associada a ideia de “aglomerado, sedentarismo, mercado e administração pública” e “depende de formas políticas e sociais e que são produto de determinações sociais” (Lencioni, 2008, p.116). Sendo assim, as cidades no Brasil se originaram de aglomerados populacionais resultantes de “postos militares, de aldeias e aldeamentos indígenas, de arraiais, de corrutelas, de engenhos e usinas, de fazendas e bairros rurais, de patrimônios e núcleos coloniais, de pousos de viajantes e de estações ferroviárias” (Lencioni, 2008, p.117) entre outros. Mas houve também a instituição de povoados, mais tarde desenvolvidos como cidades, com o intuito de ser sede do poder metropolitano (Lencioni, 2008, p.117).

Já em relação ao urbano, Lencioni (2008, p.119) afirma que ele pode ser situado em diversos períodos, dependendo da referência histórica na qual o pesquisador se baseia. Para a autora, Lefebvre tem como referência a industrialização, mas não considera o urbano como subproduto da industrialização, mas sim que a ideia de urbano está vinculada à ideia de capital industrial e à de sociedade capitalista industrial (Lencioni, 2009, p.118). Sendo assim, quando se faz uso desse conceito no Brasil, ele pode ser considerado segundo referências históricas distintas da utilizada por Lefebvre, desde que essas referências tenham sido capazes de gerar um complexo de relações que conduziu a um grande desenvolvimento econômico, assim como a industrialização foi capaz de gerar em localidades da Europa (Lencioni, 2008, p.118).

Dessa maneira, Lencioni (2008, p.120), considera que o urbano no Brasil pode ser entendido como “produto de determinadas relações sociais e de determinados condicionantes próprios do complexo cafeeiro”, já que ele “teve a capacidade de gerar

um processo dinâmico de acumulação capitalista, até mesmo não assentado em relações sociais de produção capitalista” (Lencioni, 2008, p.119).

Assim como a produção cafeeira foi capaz de gerar um processo dinâmico de acumulação, o ouro e a cana de açúcar, como importantes atividades econômicas de extração e importação, também foram, sendo eles responsáveis por determinadas relações sociais capazes de caracterizarem o urbano em diversas localidades. Acredita-se que este foi o caso do núcleo urbano de Paraty.

A região onde hoje é o município de Paraty, antes de ser reconhecida por essa denominação, era habitada por índios guaianases, tendo sido local de passagem de Martim Corrêa de Sá, Anthony Knivet, Padre José Anchieta e Hans Staden. Inclusive, por lá habitava o índio Cunhambebe, quem teve papel de destaque na Confederação dos Tamoios. No século XVI essa região se tornou passagem obrigatória para os portugueses que desejavam se dirigir ao sertão a partir da famosa “Trilha dos Guaianás” cortando a Serra do Mar e sendo também porta de entrada de mercadorias provenientes da Europa, o que levou a um certo desenvolvimento econômico do povoado. Este povoado era formado por portugueses e índios (Mello, 2006, p.16).

Paraty foi reconhecida como vila em 1667, por ter suas atividades comerciais consideravelmente desenvolvidas devido ao plantio de cana-de-açúcar e produção de aguardente (Mello, 2006), mas apresentou um crescimento urbano efetivo após a descoberta do ouro nas Minas Gerais (Mello, 2005).

Como diz Mello (2006, p.17):

A descoberta de ouro no interior das Minas Gerais, no final do Século XVII, transformou a Vila de Paraty na porta de entrada para os que, aos milhares, buscavam enriquecer no “eldorado” brasileiro. Seu porto passou a ser então o local de embarque do ouro e pedras preciosas para a cidade do Rio de Janeiro, de onde seguia para Lisboa. Grande quantidade de ouro e riquezas saiu desta vila, protegido por suas muitas fortificações ao longo da baía e por sua milícia; o movimento era intenso com a entrada de tecidos, ferramentas, gêneros alimentícios e escravos para abastecer São Paulo e as minas. A isso se somou a grande produção de aguardente, embarcada para a Europa como aperitivo, levada como dinheiro para a compra de escravos na África e transportada para as minas para “alimentar” os escravos.

A partir da descoberta do ouro começa, em Paraty, uma fase que alguns autores chamam de “anos de esplendor” (Gurgel & Amaral, 1973; Mello, 2005). A cidade cresceu consideravelmente porque a passagem do ouro exigiu investimento de infraestrutura na cidade para garantir o bom funcionamento do seu transporte, segurança e cobrança de impostos. Paraty passa a ter casa de fundição, casa do quinto, fundidor, guardas, maior número de estabelecimentos públicos e maior quantidade de escravos destinados aos serviços públicos (Gurgel & Amaral, 1973), proporcionando crescimento da cidade e crescimento populacional, um sendo causa e ao mesmo tempo efeito do outro.

No início do século XVIII, surge em Paraty:

casas de alvenaria de pedra, duas novas igrejas, a complementação do traçado urbano com a abertura de novas ruas e sua ocupação, a construção de fortalezas, duas Casas de Registro de Ouro, uma na Estrada da Serra, a da Cachoeirinha e outra na Estrada de Ubatuba, a do Currálinho. Paróquia desde a criação da vila, em 1725, foi elevada à condição de Paróquia Colativa. Em 1720, quando foi criada a Província de São Paulo, independente das Minas Gerais, Paraty ficou incorporada a ela, mas, a Carta Régia de 16 de Janeiro de 1726 anexou esta vila à Província do Rio de Janeiro (Mello, 2006, p.17).

É nesse momento que se pode identificar um incipiente estabelecimento do urbano em Paraty, sendo ele resultante de relações que se dão em torno do trânsito do ouro e dos engenhos de cana-de-açúcar. Esses engenhos se multiplicaram aos montes, sendo contabilizados 100 engenhos de aguardente e 2 de açúcar nesse período. A cachaça foi amplamente produzida na região em meados do século XVIII, pois, aproveitando-se do trânsito que se dava em torno do ouro, era embarcada junto com os navios de ouro para serem consumidas como aperitivo na Europa, assim como era amplamente consumida nas minas por portugueses que iniciavam o seu caminho em Paraty e também servia como moeda para a compra de escravos na África (Mello, 2006, p.17).

Ainda no início do século XIX Paraty continua crescendo e enriquecendo. Ocorre o início da produção cafeeira e a Família Real portuguesa, por estar nas proximidades, incentiva a transformação de Paraty. Porém, ao longo do século XIX, o café não se

mostrou rentável e os prósperos anos de Paraty chegam ao fim no último quartel deste mesmo século.

A abolição da escravidão, em 1888, e a construção de um caminho mais suave do que o caminho do ouro ligando as Minas Gerais à cidade do Rio de Janeiro são fatores incisivos para o fim dos anos de esplendor (Gurgel & Amaral, 1973). A abolição da escravidão ocasiona desânimo nas fazendas da região, muitas delas sendo abandonadas, além de ocasionar falta de mão de obra para os serviços públicos da cidade, enquanto que a construção de um novo caminho que substituíra o caminho do ouro fez com que o ouro explorado nas Minas Gerais passasse a ser embarcado no porto do Rio de Janeiro, retirando os investimentos públicos e o trânsito de pessoas e mercadorias que se davam em torno do ouro em Paraty. A cidade de Paraty começa a se esvaziar, apresentando decréscimo econômico e populacional e entra em uma inércia que vai durar até a segunda metade do século XX, com a construção da Rodovia Rio-Santos.

Ainda no período áureo da cidade eram comuns as fugas de escravos, o comércio de trocas entre europeus e índios nas praias do município e o estabelecimento de viajantes, aventureiros ou piratas em alguma área pela qual passavam. Esses fatores contribuíram para a formação de pequenos povoados e vilas em áreas rurais parcialmente isoladas dos centros urbanos. Fato este intensificado com o abandono das fazendas e inércia da cidade ocorridos no último quartel do século XIX (Mello, 2005) que deixou a mercê um número considerável de pessoas antes ocupadas pelas atividades relacionadas à prosperidade agrícola e urbana do período. Esses povoados se adaptaram a um meio rico em florestas tropicais, fazendo proveito dos seus ecossistemas e, em alguns casos, do mar, além de também adaptarem esse meio ao seus modos de vida característicos, desenvolvendo singular conjunto de símbolos e significados compartilhado entre o grupo. Ou seja, desenvolveram-se culturas singulares.

Essas populações tradicionais permaneceram parcialmente isoladas, habitando áreas de difícil acesso até a década de 1970. Para entender o acesso dificultoso é necessário a compreensão das características geomorfológicas da região. É Aziz

Ab'Saber (1986), em *O tombamento da Serra do Mar*, quem esclarece sobre esses aspectos.

Essas áreas de proximidade do litoral sudeste são dotadas de escarpas com formações iniciadas no período terciário. Trata-se do resultado de soerguimentos assimétricos provocados pelo movimento continental de bascula, resultando em falhamentos escalonados. Esses falhamentos, provocando também a intrusão alcalina que deu origem às rochas ígneas e picos montanhosos de expressiva altitude, foram mais tarde, no quaternário, esculpidos pelas flutuações climáticas. A regressão e transgressão marítima colaboraram com os sucessivos reentalhamentos e formação de vales causados pelos corpos de água. Devido à atuação da corrente fria das Malvinas, as massas de ar frio provenientes da região polar foram impedidas de penetrar na serra do Mar, colaborando com a formação e manutenção de uma vegetação tropical. Essa vegetação, refugiada nas encostas médias e superiores da serra do Mar, serviram como banco genético para a reexpansão da floresta antes diminuída devido aos períodos de clima semi árido (Ab´Saber, 1986, p.14-16).

O resultado foi de uma área com relevo acidentado, apresentando picos alcalinos de expressiva altitude, intermediados por algumas planícies, vales, mangues e praias, com grande presença de floresta atlântica. No litoral sul do Rio de Janeiro, e parte do litoral norte de São Paulo, diferente do litoral sul de São Paulo, a feição geomorfológica apresenta relevo acidentado com declives acentuados bem próximos ao mar, com as encostas se encontrando com o mar e apresentando reduzidas áreas de planícies de praia. Nas palavras de Luchiari (1997, p.136):

A paisagem deste trecho do litoral brasileiro possui certas peculiaridades [...], a Serra do Mar aproxima-se muito da orla, definindo um litoral salpicado por inúmeras praias alojadas em pequenas planícies sedimentares, separadas por costeiras, e ainda uma infinidade de baías, angras, sacos, enseadas, restingas, mangues entre muitas ilhas e... a mata atlântica.

Esse fato colaborou com uma intensificação da urbanização das áreas de praia somente mais tarde, quando comparada com o litoral santista, por exemplo. Além disso, a urbanização do litoral no sudeste deu prioridade para as áreas próximas aos portos,

trazendo expressividade econômica para municípios como Santos e Rio de Janeiro que, conseqüentemente, apresentaram expressividade populacional em período muito anterior à década de 1970.

Dessa maneira, é somente na década de 1970, com a implementação da Rodovia Rio Santos nos trechos do litoral dos municípios de Ubatuba e Paraty, que ocorre o encontro de muitas populações tradicionais, habitantes em pequenas planícies e cercadas por picos montanhosos, com o homem urbano, “estranho”. Siqueira (1989, p.63), mesmo que de maneira fantasiosa, narra esse acontecimento com as seguintes palavras:

Os faróis do trator mais pareciam os olhos do Boitatá. As crianças, que nunca tinham visto coisa igual, se encolheram junto às saias das mães que também olhavam o monstro assustadas. Sob o impacto da pesada máquina, troncos de jequitibás, perobas e massarandubas centenárias iam tombando um a um. Em poucas horas aconteceu o que parecia o prenúncio do fim do mundo para os caiçaras. A ocupação secular de gerações não destruíra o que o loteamento ou a estrada conseguira em poucas horas. E o caiçara que vivera isolado, com sua economia de consumo e com seus valores próprios, viu-se de repente inserido numa outra sociedade, sem saber o que significava e sem estar preparado para ela.

A construção da rodovia estava associada à implementação do Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto TURIS) que pretendia modelar as áreas litorâneas entre Rio de Janeiro e São Paulo de acordo com as demandas de lazer das populações urbanas (Luchiari, 1992a, p.48 e 49). Este projeto foi realizado pela Embratur sob consultoria da empresa italiana SCET – Internacional, visando o ordenamento territorial do litoral Rio-Santos e a capacitação de técnicos brasileiros em metodologias de planejamento turístico consideradas modernas para o período (Fratucci, 2005).

Segundo Fratucci (2005), a metodologia proposta concebia o território apenas como suporte físico para a atividade humana, de maneira que deveria ser adaptado às necessidades apresentadas pelo turista. O autor cita como exemplo desse ponto de vista o fato de os manguezais, erroneamente identificados como pantanais, terem sido considerados como empecilhos à atividade turística, resultando em “saneamento geral

da parte plana e [...] correção dos cursos fluviais, para contornar os riscos de inundação e de poluição da praia” (Embratur, 1975, p.4 *apud* Fratucci, 2005, p.87).

Esse projeto não foi levado adiante pela Embratur devido aos altos gastos previstos, no entanto, a construção da rodovia foi levada a cabo com as preocupações ambientais ignoradas, o que ocasionou aterramento de inúmeras praias e áreas de floresta (Siqueira, 1989, p.64). Mesmo o projeto tendo sido abandonado, muitas de suas diretrizes foram seguidas (Luchiari, 1992a, p.49), ou seja, o projeto não obteve sucesso como plano, mas a sua ideologia espacial foi levada adiante. Nessa ideologia, aquele fragmento do território era visto como suporte para a atividade turística e, a maneira como se deu a construção da rodovia e os anos que se seguiram após a conclusão da construção são prova disso, pois iniciou-se

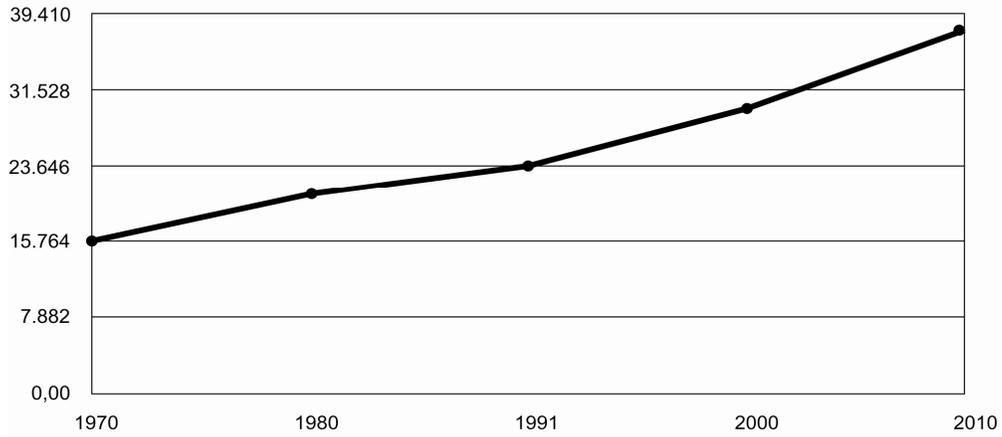
uma nova fase de devastação, cujo agente principal é a especulação imobiliária. Com frágeis equipamentos legais de proteção de uso do solo, as prefeituras dos municípios cortados pela estrada viram, pouco a pouco, muitas de suas florestas darem lugar a campos de golfe e quadras de tênis de poderosos empreendimentos turísticos (Siqueira, 1989, p.64)

Aquelas áreas de praias, florestas e corpos de água doce, antes vistas pelo caiçara como meio de vida, se tornaram palco da atividade turística. A abertura da rodovia transformou abruptamente a paisagem e aumentou significativamente o fluxo de pessoas e atividades econômicas (Mendonça, 2010, p.31). Enquanto que, em 1970, o município de Paraty apresentava 4.169 habitantes em área urbana, em 1980 passou a ter 8.934 (IBGE), um incremento populacional de 114,3%, ou seja, em dez anos a população urbana mais do que dobra.

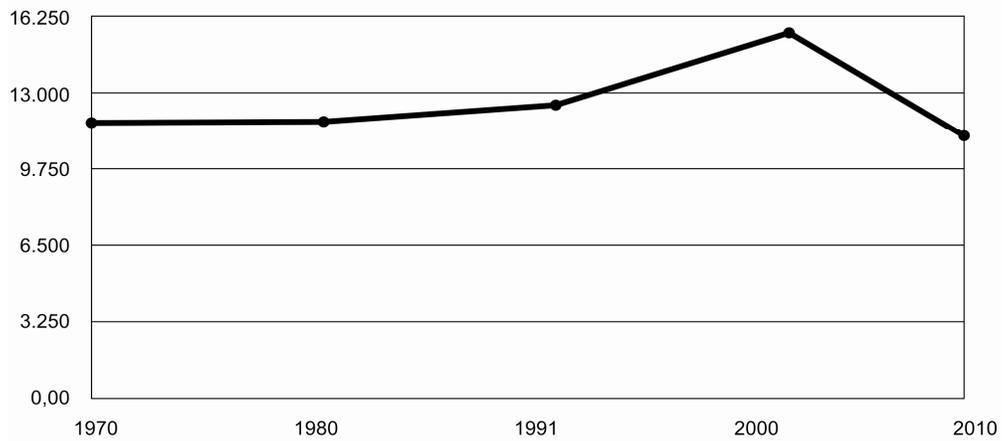
O crescimento da atividade turística incentivou a realização de atividades comerciais voltadas ao turista ocasionando também uma grande imigração que se dirige à Paraty em busca de oportunidades de emprego. Enquanto o município continha 87 estabelecimentos comerciais registrados pelo IBGE em 1970 (IBGE, 1970), em 1975 passou a ter 124 (IBGE, 1975), apresentando um crescimento de 42,5%.

Os gráficos a seguir, que apontam o crescimento populacional, total, rural e urbano, no município de Paraty do ano de 1970 a 2010, evidenciam dados da urbanização:

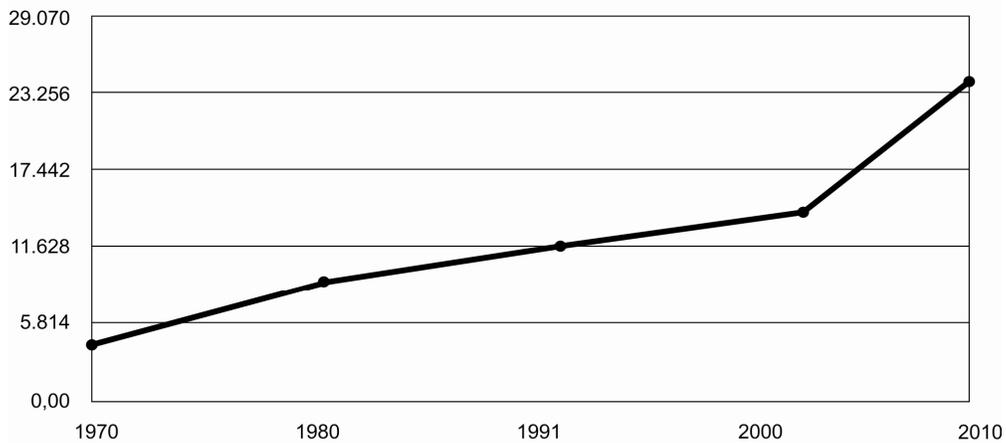
População total no município de Paraty - 1970 à 2010



População rural no município de Paraty - 1970 à 2012



População urbana no município de Paraty - 1970 à 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol 53, 1993.

Os gráficos, analisados em conjunto, evidenciam que, enquanto a população rural praticamente se mantém entre 1970 e 1990, a população urbana cresce, sendo ela a responsável por grande parte do crescimento populacional total do município. Embora o crescimento da população urbana seja mais expressivo a partir dos anos 2000, inclusive com a população rural decrescendo nesse período, é já a partir da década de 1970 que ele tem expressividade, com a conclusão da Rodovia Rio- Santos. A partir dos anos 2000, o crescimento populacional do município se mantém com números parecidos aos anos anteriores, apresentando, ineditamente, o decréscimo da população rural inversamente proporcional ao crescimento da população urbana, podendo indicar a migração do rural ao urbano e podendo, inclusive, ser resultante da busca por melhores condições de vida na cidade devido às dificuldades encontradas no campo, o que será exemplificado no capítulo posterior a partir do verificado em Ponta Negra.

Contudo, é a partir da década de 1970 que se pode identificar, portanto, um segundo momento de intensa urbanização de Paraty, estando ela relacionada à atividade turística. Trata-se de uma urbanização turística, na qual há a criação de novas formas e a adaptação de antigas, com o objetivo de atrair, agradar, desenvolver e incentivar o turismo.

Nas palavras de Luchiari (2001, p.4):

Assim, estabelece-se uma relação entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções. E este movimento entre o velho e o novo impulsiona a relação do lugar com o mundo que o atravessa com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modos de agir [...] Assim, também a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização socioespacial.

O velho, neste caso, refere-se às heranças das atividades aurífera e canavieira e às territorialidades caiçaras e, o novo, às formas e funções estabelecidas pela urbanização turística. Com ela, o lugar é enquadrado numa lógica global e, esse

movimento entre o velho e o novo, traz à tona novos sujeitos sociais e elimina ou marginaliza outros, imprimindo-se na paisagem (Luchiari, 2001, p.4).

Urry (1999, p. 17-28), realiza uma reflexão sobre o que é o turismo e, dentre algumas caracterizações, ele identifica que o turismo se trata de uma prática de prazer buscada em um ponto do espaço distante de onde o turista vivencia o cotidiano de trabalho e moradia. Essa busca de prazer traz em si uma expectativa que será correspondida com a experimentação de uma vivência que seja oposta, ou diferente, da sua vivência cotidiana. Ou seja, o turismo carrega uma oposição entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário.

Devido ao fato de o turista procurar experiências opostas, ou que vão além das experiências cotidianas, são construídos “espaços do turismo” que promovem uma “autenticidade encenada”, sendo encenada justamente para oferecer ao turista a possibilidade de experimentação do diferente (Urry, 1999, p.24-28). Urry, acredita ainda, que não é necessariamente a atração turística, em si, o objeto procurado pelo turista, mas sim o signo que a atração carrega (ibid, p.29). Como exemplo de signo pode-se citar a “tranquilidade do verde”, sendo este, inclusive, bastante recorrente nas atrações turísticas do município de Paraty.

Tendo em vista as considerações de Urry, Paraty pode ser considerada um excelente destino para o exercício e desenvolvimento do turismo, o que explica a fase que se inicia na década de 1970. Paraty passou pelo que muitos autores chamam de abandono justamente no período pelo qual o Brasil sofreu consideráveis taxas de urbanização e industrialização. É ainda na primeira metade do século XX, com a queda da produção cafeeira, que Getúlio Vargas inicia um processo de construção das indústrias de base, superando a totalidade agrário-exportadora da produção econômica, processo este consideravelmente incrementado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek na década de 1950, consolidando os grandes centros urbano industriais do país. Com esse processo, cresce e se normaliza a vida urbana das grandes cidades. Surgem símbolos, vivências e experiências do que se pode chamar de homem moderno, homem urbano, com a sua própria racionalidade impressa nas paisagens das grandes cidades. O turismo é uma prática correspondente às sociedades modernas

(Urry, 1999), pois são elas as praticantes da visão binária entre trabalho e lazer, inclusive associando o lazer ao consumo de experiências obtidas em “novas” paisagens.

Paraty, por não ter acompanhado o processo de desenvolvimento urbano industrial ocorrido em outros municípios, tinha suas vias de acesso dificultadas e pôde manter peculiaridades ecológico regionais, expressas nas paisagens, singulares. Na década de 1970, quando o acesso ao município é facilitado, os antigos alambiques de cachaça, a arquitetura colonial conservada, as praias, as ilhas paradisíacas e as florestas, surgem como a possibilidade de oferecer, ao sujeito da cidade, em um outro ponto do espaço, experiências distintas das cidadinas cotidianas. Vale ressaltar que a possibilidade dessas experiências se localiza no eixo Rio-São Paulo, ou seja, relativamente próximo a dois dos maiores centros urbanos do país. Além disso, está na Serra do Mar, unidade paisagística esta que, segundo Aziz Ab'Saber (1986, p.13), está situada na região “possuidora da maior e mais densa rede urbana de todo o Hemisfério Sul”, ainda apresentando uma biomassa vegetal relativamente bem preservada.

Os signos, enquanto atração turística, encontrados na natureza normalmente traduzida e resumida como atributos ecológico paisagísticos, podem ser experimentados nas florestas, praias, ilhas e cachoeiras de Paraty, sendo concebidos, pelo turista, como “natureza intocada”, “paraíso perdido” (Diegues, 2008, p.55), como a possibilidade de apreciação da beleza primitiva (Diegues, 2008, p.61). Assim como os alambiques, os casarões coloniais, as ruas de pedras, o caminho do ouro, as charretes e o artesanato indígena, são, para o homem moderno, signos de um outro tempo e de um outro cotidiano.

Claro está que esse processo de “redescoberta” do município não se deu ao acaso, mas sim como uma ação planejada de desenvolvimento turístico, o que pode ser muito bem evidenciado pelo já citado Plano TURIS, evidenciando também o sucesso do plano como ideologia espacial, ainda que a sua implementação tenha sido abandonada.

Esse plano de ordenamento territorial sob a ótica do incentivo turístico foi tão bem executado em Paraty, que, tanto na estação do verão, quanto na estação de inverno, existe fluxo turístico no município. No verão, predomina o turismo de praia,

trilhas, cachoeiras e passeios de escuna, enquanto que no inverno, predomina o turismo de atividades artístico culturais, se dando em torno da arquitetura colonial e dos encontros musicais e literários.

Outra característica de o turismo se dar a partir de um plano de ordenamento territorial, é que o planejamento turístico é realizado com a intenção de ordenar o território, em Paraty, visando desenvolver um turismo que atendesse as exigências das elites urbanas. O município foi definido, pelas autoridades que elaboraram o projeto, como região prioritária para o desenvolvimento de estações balneárias, residências secundárias e condomínios de luxo (Plante & Breton, 2005). O território é ordenado de maneira a ser voltado para as elites, e as elites fazem uso das suas influências políticas e econômicas para desenvolver o turismo que lhe interessa. É nesse contexto que se multiplicam as segundas residências, dentro ou fora de condomínios fechados, privatizando as praias e, dessa maneira, os conflitos fundiários ocorridos entre especuladores, construtoras e antigos posseiros, muitos deles caiçaras, se torna uma constante.

Um exemplo que evidencia a tentativa de ocupação do território por membros da elite, fazendo uso de suas influências políticas e econômicas, é o relatado pelo jornal O Estado de São Paulo, em 1983, dizendo que o estrangeiro Giuseppe Cambarelli, acompanhado pelo sargento do Exército José Garcia e seus capangas, realizava ameaças a antigos posseiros, dizendo-se donos da área das fazendas Barra Grande e Taquari ao norte de Paraty (O Estado de São Paulo, 1983, p.10 – Anexo 4, p.217).

Esse mesmo noticiário de jornal afirma que, em 1983, Paraty era “o município com o maior número de problemas de terras em todo o território fluminense”, precisando ter no mínimo quatro andares de sua área territorial para acolher todos os títulos de terra presentes no cartório, sendo que, mesmo com o surgimento de um novo período de desenvolvimento econômico possibilitado pela chegada do turismo, as favelas, antes inexistentes, se proliferaram e apresentam uma população responsável pela metade da população urbana do município.

Casos de corrupção e violência se tornaram comuns no município e os maiores prejudicados foram posseiros e pequenos proprietários que, sem alternativa,

abandonaram ou venderam as suas terras, migrando para o centro urbano e formando as primeiras favelas de Ilha das Cobras e Matadouro (Lhote, 1982, p. 21 a 25).

Um dos muitos condomínios de segunda residência de Paraty, chamado Condomínio Laranjeiras, se coloca como outro exemplo relevante de turismo das elites urbanas fazendo uso das suas influências políticas e econômicas, pois promoveu conflitos fundiários e envolveu decisões políticas em âmbito federal que permitiram a sua efetivação.

Esse condomínio foi construído em meados da década de setenta pela Paraty Desenvolvimento Turístico S.A. (uma associação entre os grupos internacionais ADELA e BRASCAN). As terras compradas por esse grupo para a construção desse condomínio faziam parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, desmembrando-se deste graças a um decreto governamental emitido no dia anterior à sua compra (Plante & Breton, 2005). A área referida se trata de Laranjeiras, Trindade e Uricana, que deixou de fazer parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1972, sob decreto federal número 70.694, diminuindo em 30.000 hectares a geometria daquela área (<http://www.paraty.com.br/pnsb.htm>).

Ele foi inicialmente projetado para se instalar onde hoje fica a Vila de Trindade, no entanto, em período que se propunha a sua construção, havia no local uma população de pescadores caiçaras que, mesmo diante das ameaças e ações violentas, como incêndio e derrubadas de casas promovidas pela multinacional, se juntaram a um grupo de jovens de classe média e fundaram a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB), conseguindo impedir a construção do condomínio nesse local. Porém, o projeto foi transferido para uma área conhecida como Laranjeiras, apenas alguns quilômetros de distância de Trindade, onde também havia famílias caiçaras que, sem organização política, foram desapropriadas, tendo a construção do condomínio efetivada (Lhote, 1982; Documentário Vento Contra).

O Condomínio Laranjeiras e as vicissitudes da sua implementação, desapropriando pequenos posseiros e privatizando praias, é exemplo da ocorrência de um turismo de elite. Porém, esse turismo realizado por classes sociais mais abastadas, é, mais tarde, acompanhado pelo aumento de um turismo realizado por grupos sociais

menos abastados, de classe média, mais popular se comparado ao turismo de segunda residência dos condomínios fechados.

Esse turismo de classe média se efetiva fazendo uso dos campings e das pequenas pousadas que se multiplicam, por exemplo, em locais como Trindade, alguns quilômetros de distância do centro urbano. Essa estrutura turística pode ser usufruída por preços consideravelmente mais baixos do que os preços exigidos pelas segundas residências localizadas nas praias particularizadas ou nas pousadas e hotéis do centro da cidade, estando estes dois últimos voltados principalmente aos turistas estrangeiros ou classe média alta dos centros urbanos.

Os campings, próximos dos fragmentos de florestas e praias pouco frequentadas, cobram em torno de R\$ 15,00 a diária por pessoa, na alta temporada, e alguns chegam a cobrar apenas R\$ 5,00 a diária por pessoa na baixa temporada, se evidenciando como possibilidade de uso mais acessível. Esse turismo de campings é realizado prioritariamente durante os feriados prolongados, composto sobretudo por mochileiros, estudantes e jovens de classes médias. Dezembro, janeiro e fevereiro, são todos meses de fluxo turístico nas praias de Trindade, Praia do Sono e Ponta Negra, por exemplo, mas o grande fluxo, que envolve milhares de pessoas frequentando praias que não ultrapassam algumas centenas de moradores, se dá nos dias próximos ao 31 de dezembro e nos dias de carnaval, dias estes em que grande parte da população urbana é dispensada do trabalho e dos estudos.

Havendo o turismo de campings e o turismo de segunda residência, convivem, muitas vezes muito próximos, turistas que possuem diferentes relações com o lugar, colaborando para a ocorrência de confrontos nos lugares turísticos. Segundo Knafou (1999, p.64):

No final das contas, há diferentes tipos de territorialidade que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não tem menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam. Um bom número de conflitos nos lugares turísticos são oriundos das diferenças de territorialidades.

Nas localidades abordadas nessa pesquisa, é exercido tanto o turismo sedentário, quanto o nômade. O sedentário se refere ao Condomínio Laranjeiras, localizado ao lado da Vila Oratório, sendo um turismo de segunda residência. Já o nômade se refere ao turismo da Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá, realizado em campings e simples chalés. O turismo sedentário, além de ter sido pioneiro nessas localidades, traz em si a característica de um turismo elitista e, conseqüentemente, consiste em se distinguir das outras práticas (Knafou, 1999, p.64).

Luchiari (1999, p.117) acredita que, nessa lógica, o senso comum acaba reproduzindo a ideia de que “as elites descobrem e valorizam paisagens pouco humanizadas, mas são seguidas pelos grupos sociais mais populares, que maculam tais santuários”. Porém, a autora faz ressalvas afirmando:

Os modelos de evolução dos lugares turísticos, generalizados na década de 1980, reproduzem essa lógica de descoberta/exploração/destruição, conferindo aos aventureiros e às elites o primeiro processo, e ao turismo de massa os dois últimos [... porém] Se existe uma violação transformadora da natureza do lugar, é nesse primeiro processo que ela ocorre, e não na emergência do turismo de massa, quando a transformação já houver sido instalada (Luchiari, 1999, p.116-117)

É exatamente o que pode ser evidenciado no caso do município aqui considerado, pois foi com a construção da rodovia e a conseqüente implementação de “espaços turísticos” voltados para as elites que se tem início um processo de degradação ambiental, transformando a natureza do lugar não somente a partir desta degradação, mas também a partir da atribuição de novas funções para as antigas formas e dos conflitos fundiários que desapropriaram inúmeros posseiros.

Foi já na construção da Rodovia Rio-Santos que se inicia um processo de degradação ambiental (Siqueira, 1989, p.64). Logo depois, a construção de casas e condomínios em praias particularizadas realizou aterramento de mangues, canalização do mar para construção de marinas e despejo de esgotos em corpos de água doce, o que pode ser evidenciado pela disposição física do Condomínio Laranjeiras que, já na década de 1970, canalizou o mar para a construção de marina, aterrou mangue e particularizou o uso de praias. Esses exemplos são apenas exemplos de prejuízos

ambientais que podem ser exponenciados se considerarmos os prejuízos sociais obtidos em torno das desapropriações e da refuncionalização de antigas formas.

Ainda segundo Knafo (1999, p.65-68), “os argumentos mais frequentemente empregados para condenar o turismo em nome da preservação do meio ambiente, são três”: 1. A ideia de que “antes era melhor”; 2. “O ar de saturação”, ligado ao medo da quantidade em que o turismo é realizado e; 3. “O ar da racionalidade econômica”, com a concepção de que o turismo devora as paisagens que consome.

Em relação a esses argumentos, o autor faz algumas desconstruções, apontando para a relatividade da real existência daquilo que esses argumentos tentam sustentar. A ideia de que antes era melhor pode realmente se pautar no aumento dos aspectos negativos e redução dos positivos em um lugar onde o turismo cresceu, mas também pode ser fruto de uma mudança presente no indivíduo com tal crença, e não necessariamente no lugar, pois “sempre se encontrará alguém mais velho que pôde conhecer um lugar turístico antes de se transformar ainda mais” (Knafo, 1999, p.65). Assim como a noção de saturação muitas vezes está relacionada com uma ideia de que quantidade é o inverso de qualidade, o que também não é evidente. Por último, a noção de o turismo devorar paisagens se estabelece com a crença de que a transformação da paisagem leva ao fim do turismo, porém, sem considerar que uma paisagem que não agrada a um tipo de turismo, pode agradar a outro.

Esses três argumentos permeiam o imaginário do caiçara nas localidades aqui consideradas. De fato, o número de turistas na Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá, segundo relatos e segundo o Plano de Manejo da APA Cairuçu (p. 69-72, Encarte II), apresentou expressivos aumentos no início dos anos 2000, evidenciando a falta de infraestrutura, com grande geração de lixo e conflitos, tanto entre turistas como entre turistas e caiçaras. Por outro lado, alguns caiçaras afirmam que o turismo, de pouco tempo pra cá, apresentou queda em números, inclusive com um perfil se consolidando em torno de estudantes universitários, de maneira que a infraestrutura tem sido o suficiente para atender a todos e que os danos ambientais, como o lixo gerado, são inexpressivos e eficientemente contornados. O turismo é hoje visto como positivo por

todos os caiçaras entrevistados, com muitos demonstrando aversão ao grande fluxo turístico desordenado.

Porém, enquanto o turismo do Condomínio Laranjeiras foi incentivado a partir da criação do condomínio, ou seja, enquanto houve a turistificação a partir da criação do lugar turístico, por outro lado, o turismo exercido na Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá, tem a sua origem no próprio turista, neste caso foram os turistas que estiveram na origem do turismo (Knafo, 1999, p.70). Conseqüentemente, a paisagem de cada um deles é distinta. De um lado, no condomínio, uma paisagem absolutamente racionalizada segundo a racionalidade moderna, simétrica, matematizada e expressivamente adaptada para o turismo. De outro uma paisagem assimétrica, adaptada ao turismo conforme ele cresce e apresentando muitas das características das territorialidades do caiçara do tempo de antigamente.

Contudo, as localidades estão dentro de Unidades de Conservação e tanto o exercício do turismo como a relação dos agentes envolvidos com a terra, são absolutamente influenciados pela questão ambiental. É nesse sentido que a questão ambiental se coloca como importante elemento de análise, pois ela se relaciona ao turismo e à urbanização atendendo aos interesses de alguns sujeitos ao mesmo tempo em que desagradam outros. É sobre a questão ambiental que se seguem as reflexões adiante.

2.3 - A questão ambiental

Na Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá, onde se realizou a presente pesquisa, localizam-se consideráveis fragmentos de mata atlântica, um tipo de floresta tropical que apresenta grande biodiversidade. Sabe-se que as florestas tropicais ainda existentes no planeta, mesmo ocupando cerca de apenas 7% da superfície, são responsáveis por mais de 50% da biodiversidade hoje conhecida, sendo por isso alvo de necessárias preocupações em relação à sua proteção (Júnior et al, 2009, p.26).

A floresta ainda presente na área estudada se viu ameaçada a partir da década de 1960 com o projeto de construção da Rodovia Rio-Santos e consequente expansão urbano industrial. Portanto, a compreensão dos processos de desmatamento, suscitando distintos interesses pelos fragmentos florestais, o que inclui a manifestação do movimento ambientalista, deve ser feita contextualizada com o processo de expansão urbano industrial e o aprofundamento do modo de produção capitalista no Brasil.

Nesse sentido, para Harvey (2006, p.41) “o sistema capitalista é [...] muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.”. Essa afirmação de Harvey pauta-se na constatação, por Marx, da contradição interna do capitalismo que inevitavelmente irrompe sob a forma de crises devido à super produção e acumulação criada pelo próprio sistema. A super produção é causada, dentre outros fatores, pelo rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e comunicação facilitada, ocasionando excedentes no mercado que, com o inevitável crescimento da pobreza, não podem ser adquiridos para o consumo (Marx & Engels, 2003, pg. 47 a 51).

Harvey (2006, p.41), quando afirma que esse sistema reforma o mundo em que vivemos, acaba por nos evidenciar que a expansão do capitalismo ocasiona implicações materiais no espaço. A alta produtividade com a produção de excedentes e super acumulação (dentre outros fatores geradores de crise) é também responsável pelo uso excessivo de matéria-prima e, grande parte dessa matéria prima é retirada de florestas, ecossistemas ou de seus subsolos, exigindo a sua devastação.

Assim, a produção e a produtividade excessivas, do capitalismo, exigem a devastação da biosfera com fins de viabilizar a sua produção inevitavelmente expansível, não dando tempo para que as florestas e ecossistemas se regenerem. Evidencia-se um outro fator de crise interna do capitalismo que é a exploração progressiva do ambiente e seus recursos, podendo chegar a um ponto em que a produção de um meio absolutamente urbanizado impeça a ocorrência de processos que dão origem à matéria-prima necessária para a reprodução do sistema ou, o que é

pior, impeça a ocorrência de processos essenciais à vida. Dessa forma, “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território” (Oliveira, 1995, p.280).

A configuração do território brasileiro no século XX é condizente com a expansão abrupta do meio urbano industrial e a conseqüente exploração de recursos presentes em fragmentos de florestas e ecossistemas ainda conservados, suscitando preocupações ambientalistas e, conseqüentemente, distintos discursos sobre o que é a natureza e distintos interesses sobre as florestas e ecossistemas presentes no território brasileiro.

Com o aprofundamento das relações de produção relativas ao capitalismo produtivista predatório do início do século XX, surgem preocupações e interesses em torno dos fragmentos de florestas e ecossistemas. No Brasil, em 1937, é criado o primeiro Parque, o Parque do Itatiaia, porém, a expansão do número de parques e a estruturação das leis que os concerne foram bastante lentas, se dinamizando apenas a partir da década de 1960 (Diegues, 1996, p.116-118).

O Parque do Itatiaia se voltava para fins de proteção ambiental, pesquisa e lazer às populações urbanas. No Brasil, assim como nos Estados Unidos, os parques se voltavam para quem vinha de fora dele e não permitia populações em seu interior (Diegues, 1996, p.115 e 116), configurando o que mais tarde passou a ser chamado de Unidades de Conservação de Proteção Integral. No entanto, diferente dos Estados Unidos, onde as Unidades de Proteção Integral foram criadas em locais afastados da população urbana, visando proteção futura, no Brasil foram demarcadas em áreas de expansão da população e urbanização visando a proteção imediata, tanto que aqui os parques foram inicialmente criados no sudeste, onde era maior a concentração populacional (Júnior et al, 2009, p. 39).

As bases ideológicas responsáveis pela criação de parques de proteção pelo mundo são encontradas nos escritores românticos, para quem a natureza selvagem era o lugar da descoberta, devendo ser voltada para a contemplação, o que acabou fundamentando uma ideia preservacionista que faz reverência à selva, considerando

que ela deve ser apreciada esteticamente, possuidora de um valor intrínseco, devendo ser preservada da ação humana (Diegues, 2008, p.23 e 24).

A concepção preservacionista teve grande influência na criação de parques proibindo a presença humana em seu interior. Mais tarde, principalmente na segunda metade do século XX, em oposição ao preservacionismo, ganha corpo a corrente conservacionista. O conservacionismo considera que os recursos presentes no meio selvagem podem ser utilizados, mas de maneira consciente, evitando desperdícios. Pautados pelo conservacionismo, movimentos ecológicos preocupados com as populações tradicionais que vinham sendo desapropriadas em detrimento da criação de parques, inserem em fóruns e em convenções um debate com maior fundo social, o que acaba criando possibilidades de criar unidades de conservação que permitam a presença de populações em seu interior (Diegues, 2008, p. 101 a 110). Na década de 1980, por exemplo, a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN), a mais antiga organização ambiental do mundo, em seu Manual para Manejo de Áreas Protegidas nos Trópicos, faz recomendações quanto à presença de populações tradicionais no interior dos parques (Diegues, 2008, p. 107).

No Brasil, até meados da década de 1980, apenas os Parques Nacionais e Reservas Biológicas eram previstas como categorias de manejo dos recursos naturais e ambas não permitiam a presença de moradores em seu interior, elas eram voltadas para fins de lazer e de preservação de recursos. Essas categorias eram delimitadas verticalmente pelo governo e consideravam as populações tradicionais como posseiros e entrave para a proteção dos recursos. Foi somente no final da década de 1980 que a luta de seringueiros na Amazônia conseguiu chamar atenção da opinião pública para a necessidade de se considerar especificidades nacionais. Passou-se então a considerar as Reservas Extrativistas como nova categoria de manejo. As Reservas Extrativistas consideram as populações que dependem das florestas para a realização de suas atividades econômicas, permitindo a sua presença no interior dos parques (Diegues, 2008, p.119 e 120).

No ano 2000 foi publicada a Lei nº 9.985 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este conjunto de artigos estabelece critérios e

normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Nele as unidades estão divididas em dois principais grupos, sendo o primeiro o grupo das Unidades de Proteção Integral e o segundo o das Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral, divididas em 5 categorias, tem como objetivo a preservação da natureza, a realização de pesquisas científicas e a realização de atividades de recreação, a depender da categoria na qual ela se enquadra. Já as Unidades de Uso Sustentável, divididas em 7 categorias, visam proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, proteger os meios de vida e a cultura de populações tradicionais e viabilizar estudos técnicos científicos com fins de exploração sustentável, variando de acordo com a categoria da Unidade de Conservação. Resumidamente, o primeiro grupo limita e estabelece normas ao acesso de pessoas no interior da unidade, proibindo a sua permanência, enquanto que o segundo permite e estabelece normas de uso e ocupação no interior das unidades (SNUC).

Hoje é possível a criação de Unidades de Conservação com a permanência de populações em seu interior, o que evita a realização de desapropriações e a retirada de populações tradicionais dos locais onde habitam. No entanto, os primeiros parques nacionais foram criados com o intuito de salvaguardar a natureza da ação do homem e, ainda hoje, é perceptível a preocupação ambientalista associando a ação do homem à destruição da biosfera. Nas entrelinhas do SNUC subentende-se um julgamento de valor entre as diferentes categorias de proteção, encarando as de proteção integral como mais completas e importantes (Diegues, 2008, p.120). Sabe-se que a delimitação de unidades muitas vezes impõe restrições à atividades de populações locais não viabilizando ou propondo novas atividades que substituam aquelas restringidas, demonstrando que a preocupação principal é a proteção ambiental, mesmo que seja às custas do social e/ou cultural.

Percebe-se que tanto os primeiros parques nacionais que proibiam a presença do homem, quanto a valorização das unidades de conservação delimitadas com a preocupação voltada principalmente à proteção ambiental, estão associados à uma

concepção das sociedades ocidentais que dicotomiza o homem da natureza, ou seja, estão associadas a uma dada racionalidade.

Para as sociedades ocidentais a natureza é definida como aquilo que opõe a cultura, sendo a cultura tida como algo superior que conseguiu controlar e dominar a natureza (Gonçalves, 1990, p.25), como se o homem tivesse partido de uma condição natural para uma condição cultural, sendo uma contrária e excludente da outra. É importante superarmos a visão que dicotomiza o homem da natureza nos trabalhos e políticas relacionadas à questão ambiental, pois ela, inclusive, confunde a natureza com atributos físicos, estabelece uma relação de tensão entre sujeito e objeto, desconsiderando que o homem é também natureza e que as atuais florestas tropicais e ecossistemas ricos em biodiversidade também são produtos da ação do homem.

Alguns estudos recentes estão demonstrando que a biodiversidade de florestas tropicais é produto da ação do homem (Diegues, 2008). O antropólogo Descola (1997), relata que, para os Achuar, na floresta amazônica, o meio selvagem e a floresta, apenas tocada por eles, é considerada como um imenso jardim cultivado, de maneira que a ocupação da floresta amazônica por vários milênios transformou profundamente a paisagem vegetal.

As próprias concentrações artificiais de certos recursos vegetais teriam influenciado na distribuição e na demografia das espécies animais que deles se alimentavam, de tal modo que a natureza amazônica é, na verdade, muito pouco natural, podendo ser considerada, ao contrário, o produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora (p. 244).

O autor mostra como as populações indígenas souberam utilizar recursos da floresta e transformar o meio sem alterar os princípios de seu funcionamento, mas, ao contrário, tornando-o mais rico em biodiversidade, o que indica uma concepção em que a natureza é vista como o sujeito de uma relação, diferente da concepção das sociedades modernas para quem a natureza só tem sentido por oposição às obras humanas, concebidas como culturais. Essa maneira de utilizar os recursos esteve presente entre as populações tradicionais em geral.

Gómez-Pompa (1991) também realizou muitos dos seus trabalhos de maneira a considerar as populações tradicionais e os fragmentos florestais como produto de suas ações. Segundo ele “Poucas florestas tropicais são intocadas no sentido de nunca terem sido habitadas pelo homem”³ e em alguns casos “O que hoje é entendido como uma vasta área de floresta tropical primitiva é na verdade um mosaico de fragmentos florestais 'recuperados', da agricultura de pequena escala e do desmatamento, durante muitos anos do tempo passado”⁴ (Gómez-Pompa, 1991, p.7).

Portanto, a floresta amazônica pode ser considerada como meio culturalmente transformado que mantém princípios de funcionamento naturais. Trata-se de um híbrido, natural ao mesmo tempo em que é cultural, assim como outras florestas tropicais onde populações tradicionais habitam a séculos, a exemplo da mata atlântica com a presença de indígenas, quilombolas e caiçaras. As populações tradicionais, com seus métodos de caça e cultivo, respeitando os ciclos naturais de reprodução das espécies ao mesmo tempo em que multiplicava espécies vegetais para o seu consumo e para a atração de caça, muito provavelmente colaborou com a concentração e multiplicação de espécies animais e vegetais, criando uma dinâmica na floresta que incentivou a grande biodiversidade que hoje ela apresenta.

As populações tradicionais, por terem a caça e a coleta como importantes atividades da sua economia, tinham como interesses a atração e a diversificação dos animais nas florestas, incentivando a sua reprodução. Para tanto, realizavam a multiplicação da biodiversidade vegetal, trazendo espécies de locais distantes ou promovendo essa multiplicação a partir do simples posicionamento do engôdo, em meio à mata, para atrair a caça. Além disso, a multiplicação de espécies vegetais de fins alimentícios e medicinais ao redor das residências, dispostas em meio à abundante vegetação florestal ou de restinga, também certamente colaborou com a biodiversidade presente nas florestas tropicais.

3 Very little tropical forest is pristine in the sense of never having been inhabited by man

4 What today like a vast area of pristine tropical forest is actually a mosaic of forest patches that have 'recovered' from small-scale agriculture and forest clearance over many years in past time

Isso só foi possível porque a floresta e a natureza são concebidas por essas populações como meio no qual se vive, se realiza suas tramas sociais e com ele se relaciona. De acordo com Gómez-Pompa (1991, p.8), “Essas sociedades [tradicionais] viveram na e da floresta por eras e coexistiram com elas”⁵. Hoje, contraditoriamente, as populações que trabalharam para a atual configuração das florestas estão sendo desapropriadas delas ou sendo impedidas de utilizar os seus recursos.

As florestas como produto cultural que mantêm os seus princípios naturais de funcionamento evidenciam o hibridismo entre cultura e natureza. Cabe indagar se na atualidade existe algo que não seja fruto desse hibridismo, tornando necessário superarmos a ideia de que natureza seja aquilo que se opõe às realizações humanas, pois no que tange à políticas públicas diretamente relacionadas à questão ambiental, tal concepção prejudicou as populações tradicionais.

A tarefa de reconhecer o hibridismo como marca da atualidade e trazer um novo conceito de natureza não parece simples. Nesse sentido, Moscovici (2007, p.28) afirma que ela “não necessita ser precisa para exprimir uma realidade. Quase todas as realidades vividas pela humanidade, o que compreende também aquelas descobertas pela ciência, são veiculadas por ideias que pareciam num primeiro momento imprecisas.”. Já para Edgar Morin a natureza é vista como “potências organizacionais inconscientes, presentes ao mesmo tempo no interior e no exterior do homem” (Morin, 1998, p.62).

Considerando os autores citados, mais do que trazer definições precisas, parece ser importante compreender a natureza como algo que vai além de mera materialidade, envolvendo também processos, entrelaçada e mesclada às produções culturais, presente inclusive no homem, o que nos leva a crer que na atualidade, devido à possibilidade da presença humana em qualquer ponto do globo, a cultura e a natureza formam um todo indissociável.

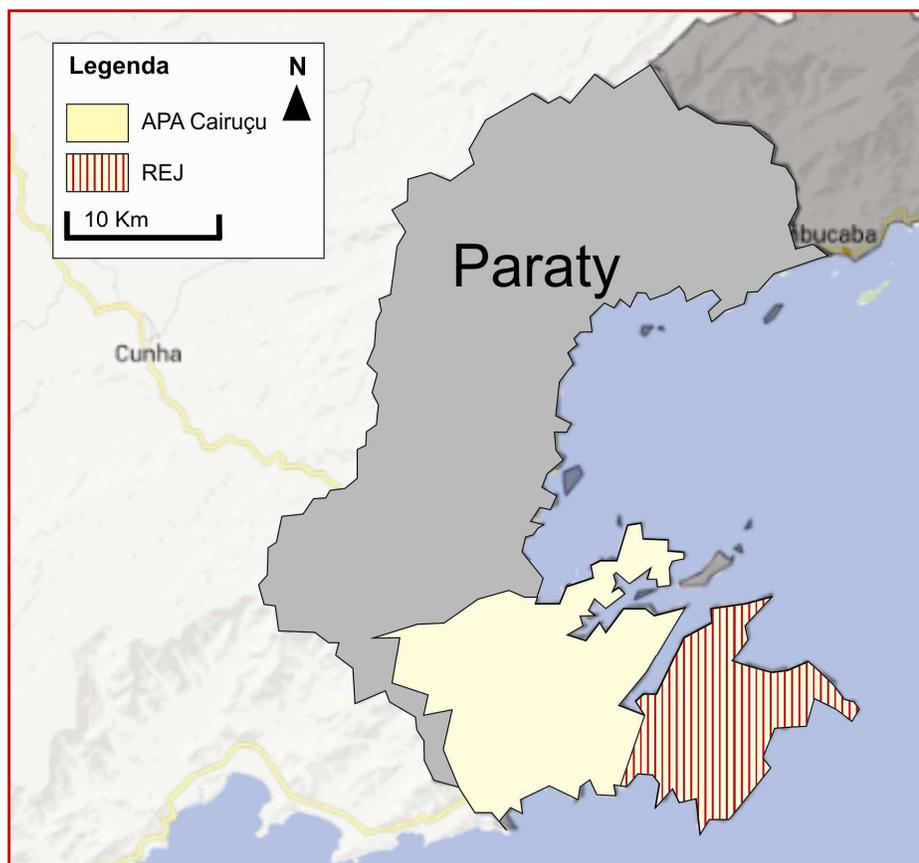
Os fragmentos de floresta são formas-conteúdo (Santos, 2008, p.100) e suas formas estão conservadas devido às funções conservacionistas atribuídas a elas por

5 These societies (tradicionais) have lived in and from the forests for eons and have coexisted with them.

populações tradicionais. Dessa maneira, os ambientes dotados de ecossistemas ainda preservados e que foram erroneamente reconhecidos apenas como natureza, são também cultura, fruto da ação do homem. Impedir o acesso do homem à esses ambientes pode resultar, a longo prazo, em uma mudança na sua dinâmica, além de ser também uma desconsideração de que a riqueza ambiental está exatamente na possibilidade de seu uso, como diz Santos “as forças materiais naturais não se tornam produtivas senão pelo trabalho humano” (2008, p.106). Contudo, fazer uso desses ambientes não significa explorá-los sob os moldes das relações capitalistas de acumulação, estas sim ameaçadoras à existência desses ambientes por se tratar de um modo de produção inevitavelmente expansível, mas sim de estabelecer outras relações com eles, respeitando a sua dinâmica de funcionamento.

Conclui-se que o problema não está no uso dos ambientes dotados de ecossistemas conservados, já que esses ecossistemas foram utilizados durante séculos por populações tradicionais e mesmo assim permaneceram conservados, mas sim no uso sob os moldes do modo de produção capitalista. Impedir o acesso à esses ambientes e manter o atual modo de produção significa fazer reserva para viabilizar o prolongamento do funcionamento desse modo de produção, viabilizando também o prolongamento de suas características perversas e predatórias de exploração e acumulação.

As populações com as quais se interagiu para a realização dessa pesquisa vivem em áreas localizadas no interior de Unidades de Conservação. São elas a Reserva Ecológica do Juatinga e a Área de Proteção Ambiental Cairuçu (Mapa 1, p. 117).



Mapa 1: Unidades de Conservação APA Cairuçu e REJ.
 Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor.

A Reserva Ecológica do Juatinga (REJ) foi criada por decreto estadual (Nº 17981) emitido pelo governador do estado do Rio de Janeiro Leonel Brizola no ano de 1992. Esta Unidade não se enquadra em nenhuma das categorias propostas pelo SNUC, mas cabe destacar que seu decreto de criação, curiosamente, visa “fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas estabelecidos neste Decreto” (DE Nº 17.981, 1992), ao mesmo tempo em que se trata de natureza *non edificandi*.

A REJ deveria ser administrada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ), como determina o decreto estadual, mas este órgão foi dissolvido e hoje a unidade é administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). A Unidade ainda não possui um plano de manejo próprio, como exige o SNUC, deixando confusa a maneira pela

qual, na prática, será administrada uma unidade de proteção de natureza *non edificandi* ao mesmo tempo em que se fomenta a cultura caiçara.

Segundo funcionária do INEA, Iliana Salgado (E19), estão sendo realizados estudos e levantamentos para a elaboração do plano de manejo e, até agora, os resultados têm apontado para a possibilidade de se enquadrar a Unidade em duas distintas categorias, uma de proteção integral, visando as áreas de floresta densa não habitadas e, a outra, de desenvolvimento sustentável, voltada para as áreas habitadas por caiçaras. As unidades de proteção integral, segundo a legislação, proíbem a permanência do homem no seu interior, enquanto que a reserva de desenvolvimento sustentável, enquadrada nas unidades de uso sustentável, permite a permanência do homem no seu interior ordenando e lhe impondo limites.

Mesmo diante desse esclarecimento, da realização do plano de manejo enquadrando a área em duas distintas categorias do SNUC, as dúvidas ainda são muitas: Terão os caiçaras a sua permanência assegurada? Se sim: Poderão realizar novas construções? Quais as atividades econômicas que poderão realizar? Qual a dimensão das áreas em que será permitido o uso? Essas áreas serão o suficiente para as demandas e desejos dessas populações? E se não tiverem a permanência assegurada, de que forma será fomentada a cultura caiçara, da maneira como prevê o seu decreto de criação?

As respostas a essas perguntas só poderão ser respondidas quando o plano de manejo estiver pronto. Enquanto ele não está, as populações caiçaras se mantêm em dúvida e acuadas em relação ao que se pode e ao que não se pode fazer, insuficientemente organizados politicamente para influenciarem na elaboração do plano de manejo. Este fato leva muitos caiçaras a se manterem em uma situação econômica desfavorável, pois no caso de desemprego ou falta de renda proveniente do turismo, não realizam atividades de caça e roça por medo de sofrerem punições e, se por acaso as realizam, as ocultaram nas respostas dadas às perguntas realizadas em trabalho de campo justamente por terem medo de represálias. Enquanto os funcionários da REJ afirmam não proibir atividades realizadas tradicionalmente, os caiçaras afirmam que, no

passado, quando a reserva era administrada pelo IEF, eles eram proibidos e multados, o que os leva a se sentirem, ainda hoje, amedrontados.

A Área de Proteção Ambiental Cairuçu - APA Cairuçu foi criada em 1983 através de decreto federal (Nº 89.242), se enquadra entre as Unidades de Uso Sustentável e tem plano de manejo realizado no ano de 2004. Seu decreto também enfatiza os objetivos de assegurar a proteção do ambiente natural e as comunidades caiçaras, tendo como prioridade o processo de zoneamento e a definição de quais atividades devem ser encorajadas e quais devem ser inibidas.

A APA Cairuçu é mais ampla que a REJ, de maneira que a segunda está inteiramente contida nas demarcações da primeira (mapa p. 117) e essa disposição geométrica colabora para que haja confusões em relação à administração, fiscalização, permissões e proibições. Além disso, o plano de manejo realizado para a APA, em item “Antecedentes”, declara estar formalizada a inclusão da REJ neste plano. Estamos, portanto, diante de uma situação em que um mesmo plano de manejo foi realizado para duas distintas unidades de conservação. Segundo dados obtidos na sede da APA, na prática, o seu plano de manejo não inclui a REJ e, de acordo com a legislação, quando duas unidades abrangem uma mesma área, entra em vigor o especificado pelo plano de manejo da categoria de maior restrição. Como a REJ não possui plano de manejo, ainda é muito confusa a maneira como as suas áreas serão administradas e fiscalizadas.

O plano de manejo da APA Cairuçu foi realizado pela Prefeitura Municipal de Paraty e Fundação SOS Mata Atlântica, com cooperação técnica do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Ibama e Governo Federal, além de contar com o apoio do Condomínio Laranjeiras. Este condomínio já foi citado e será tratado com maiores detalhes mais adiante, mas se trata de um condomínio turístico de luxo de segunda residência que está localizado dentro da APA e foi construído em meados da década de 1970. São claras as alterações ambientais que a construção desse condomínio ocasionou, tais como a canalização do mar para construção de marina, o aterramento de mangue, a desapropriação de famílias caiçaras, a poluição de canais fluviais, a devastação florestal, entre outras, no entanto, embora o plano de manejo (Plano de

Manejo, p.48 a 58) descreva até mesmo pequenos escorregamentos de solo ocorridos em trilhas caiçaras, encarando-os como “influência da ocupação antrópica”, além de descrever relatório sobre “áreas degradadas e recomendações preliminares”, nenhuma das influências ocasionadas para a construção e manutenção do condomínio é descrita, o que evidencia a incompatibilidade em se realizar um plano de manejo com recursos advindos de entidades privadas, ainda mais quando a entidade privada está vinculada com o local a ser pesquisado.

O acima descrito sobre as Unidades de Conservação abrangidas nesta pesquisa são exemplos da complexidade da questão ambiental no Brasil, evidenciando que é urgente e necessária a aplicação da legislação ambiental conforme as especificidades locais, sendo realizada integralmente pelo poder público com fins de evitar que se sobressaiam interesses particulares privados. Só assim será possível a realização de leis, concernentes aos ecossistemas conservados, apropriadas às realidades presentes no território brasileiro.

As delimitações das unidades de conservação, podem, portanto, serem consideradas como outros eventos provenientes daquele primeiro, atribuindo nova dinâmica ao fragmento do território. A questão ambiental assume um teor de grande influência aos agentes sociais envolvidos, pois ela é essencial ao ritmo do desenrolar da urbanização, do turismo e das territorialidades caiçaras, pois ela exerce influência preponderante aos valores de uso e de troca do solo. Portanto, cabe refletir sobre a aplicação desses conceitos ao solo, realizada por Harvey (1980), para então analisá-los segundo o ocorrido na área de estudo.

Harvey (1980, p.135-137) afirma que “o solo e suas benfeitorias são, na economia capitalista contemporânea, mercadorias. Mas, o solo e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer: assim, os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem significado em uma situação mais do que especial”. O autor vai destacar seis aspectos dessa mercadoria que merecem atenção: 1. O solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente, e isso os diferencia de outras mercadorias; 2. O solo e as benfeitorias são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar; 3. O solo e as benfeitorias mudam de mãos relativamente com pouca frequência; 4. O solo é algo

permanente e a probabilidade de vida das benfeitorias é muitas vezes considerável; 5. A troca no mercado ocorre em um momento do tempo, mas o uso se estende por um período de tempo e; 6. O solo e as benfeitorias têm usos diferentes e numerosos que não são mutuamente exclusivos para o usuário. Uma casa, por exemplo, propicia abrigo, uma quantidade de espaço para uso exclusivo dos ocupantes, privacidade, localização relativa (próximo, por exemplo, de fontes de poluição, crimes, congestionamento e atributos físicos, sociais e simbólicos) e um meio para lucrar e aumentar riqueza.

Relacionando essas seis características ao campo da pesquisa, conclui-se que, as parcelas de solo próximo e dentro das unidades de conservação, estão em situação peculiar, com vários sujeitos envolvidos no mercado de compra e venda, com o valor de uso e de troca se alterando conforme a posição (social e econômica) dos diferentes sujeitos, conforme os interesses dos diferentes sujeitos e conforme as peculiaridades do solo.

Assim como Harvey (1980, p.139-142) enumera os sujeitos envolvidos no mercado de moradia sobre o solo urbano, abaixo estão enumerados os sujeitos envolvidos no mercado de parcelas do solo relacionadas às unidades de conservação. Porém, para que a análise não seja muito extensa e assim não fuja do foco dessa pesquisa, abaixo serão citados apenas alguns dos sujeitos diretamente relacionados às populações caiçaras aqui pesquisadas.

No caso desta pesquisa, podem ser sucintamente citados: 1. caiçaras moradores; 2. Turistas que realizam turismo de elite de segunda residência; 3. Turistas que realizam turismo de elite de temporada; 4. Turistas que realizam turismo popular de segunda residência; 5. Turistas que realizam turismo popular de temporada; 6. Mercado imobiliário, incluindo os corretores de imóveis, os incorporadores e as leis de oferta e procura; 7. Órgãos públicos responsáveis pela fiscalização de irregularidades relativas às construções dentro das unidades de conservação e; 8. Migrantes.

Considerando o solo no interior da REJ e a maneira como os valores se alternam conforme os sujeitos se envolvem, deve-se ressaltar a sua natureza *non edificandi*. Este fator, por si só, já altera significativamente a relação entre valor de troca e valor de

uso para os diferentes sujeitos envolvidos, pois a apropriação das terras não é reconhecida em cartório, não há escritura da terra, o que não dá garantias de apropriação efetiva. Já em relação ao solo contido apenas dentro da APA Cairuçu, há o reconhecimento da propriedade em cartório, fazendo com que o valor de troca seja estabelecido por um mercado imobiliário reconhecido.

Os caiçaras que habitam o interior da REJ possuem direito de uso do solo assegurado pelo fato de se tratarem de populações tradicionais lá estabelecidas em período anterior à delimitação da Unidade de Conservação, porém, a manutenção dessas populações, somente será efetivamente assegurada quando o plano de manejo dessa unidade estiver efetivamente pronto e nele estiver claramente especificado o direito de essas populações permanecerem no seu interior. Para esses caiçaras, devido ao caráter prioritário de uso do solo para moradia, e para a realização de atividades econômicas que garantam a sua sobrevivência, ressalta-se o valor de uso em relação ao valor de troca.

O fato de o solo e as benfeitorias não poderem se deslocar livremente, é fator incisivo no valor de uso e de troca das parcelas de solo associadas às unidades de conservação, principalmente por dois fatores. Primeiro porque estes solos possuem um valor de uso exclusivo, pois são dotados de florestas e paisagens associadas relativamente bem preservadas, o que atribui, ao solo, significativo valor de troca no mercado de compra e venda e; segundo porque os solos com estas características são limitados às áreas abrangidas pelas Unidades de Conservação, tendo a sua oferta absolutamente estabelecida pela dimensão geométrica que ela abrange e pelas proibições e regulações de uso e ocupação colocadas pela legislação ambiental. Além de a região estar dentro de um contexto de pressão imobiliária devido à sua proximidade de regiões metropolitanas e outros expressivos centros urbanos.

A valorização que a floresta e as paisagens associadas atribuem ao solo se dá de acordo com o que se pode chamar de marketing ambiental. Este conceito se refere à promoção publicitária de produtos ditos naturais e ecológicos, enfatizando o caráter de responsabilidade ambiental, qualidade de vida e status, obtidos pelo consumidor, quando ele os consome. O marketing ambiental também é hoje promovido pelo

mercado imobiliário para valorizar imóveis localizados em meios ecologicamente conservados que carregam consigo a ideia de uma vida mais saudável, de contato com a natureza e ambientalmente responsável, atribuindo, também, a sensação de responsabilidade ambiental e diferenciação social por se diferenciar do consumo de massa. (Acselrad *apud* Trevisan, 2006, p.14).

Quanto ao solo contido no interior da REJ, ainda que ele seja expressivamente dotado dessa paisagem de florestas, deve-se considerar algumas peculiaridades devido ao fato de a delimitação de lotes não possuir registro em cartório. A ausência de escritura pode diminuir o seu valor de troca, uma vez que o seu uso é inseguro, podendo o comprador ser despejado a qualquer momento. No entanto, outros fatores o influenciam e o circuito de compra e venda ocorre, havendo a presença do valor de troca. Dentre os fatores que influenciam o valor de uso e de troca podemos considerar os seguintes: Primeiro, o comprador pode se confundir em meio à população caiçara, dificultando a sua identificação por parte dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização. Neste caso, ainda que o uso efetivo não seja garantido, existe a possibilidade de uso, o que garante a existência do valor de troca e possibilita que esse solo seja colocado em um circuito de compra e venda. E, segundo, a frequente ocorrência de compra e venda em uma mesma localidade, pode alterar o valor do solo, pois quanto maior for a banalização da compra e da venda, mais fácil é a sua identificação, aumentando o risco de despejo e, conseqüentemente, diminuindo a segurança em torno do uso, o que diminui o seu valor de troca. Em Ponta Negra por exemplo, mesmo com a ausência do registro em cartório, a compra e venda é realizada com certa frequência, o que proporcionou substantiva desvalorização relativa ao valor de troca (há quem diga que já foi realizado troca de terreno por motor de barco). Nestes casos, a compra do terreno é realizada por turistas que realizam um turismo de classe média de segunda residência, em pequenas casas rústicas, muitas vezes de estuque, sem garantias nenhuma quanto à sua permanência.

Já o turismo de elite de segunda residência se dá em outros moldes. Quando ele é exercido dentro da APA Caiçu, com o reconhecimento cartorial, o uso do solo faz proveito das peculiaridades locais garantidas pela Unidade de Conservação e a elas

atribui outras. Assim, conjuntamente às cachoeiras, praias, corpos de água doce e vegetação nativa, convivem campos de golfe, marina, heliponto e grandes residências, elevando o valor de troca a níveis bastante seletivos em termos econômico sociais. O valor de uso, neste caso, está absolutamente articulado ao valor de troca e aos símbolos que essas peculiaridades conferem para aqueles que têm a possibilidade de consumi-los. Para este turista, incomoda aquele outro turismo, mais popular, pois ele populariza essas áreas e pode ameaçar o alto valor de troca do solo que ele tenta manter. É neste sentido que os turistas de elite se esforçam para coibir o turismo de classe média e, para tanto, fazem ofertas de compra de áreas que, se efetivadas, podem despejar os caiçaras e podem impedir o acesso do turista de classe média, com este tendo dificuldade para encontrar alguma infraestrutura turística. Assim, mantêm-se as áreas da APA majoritariamente sob a posse da elite ao mesmo tempo em que se exerce pressão para que as áreas da REJ sejam cada vez mais abandonadas por caiçaras e turistas de classe média. No próximo capítulo estão dispostos alguns exemplos que evidenciam este incômodo, para o turismo de elite, do turismo de classe média.

Cabe esclarecer que o valor de troca dessas áreas tem aumentado ao longo do tempo. No início da sua ocupação turística, predominava o seu caráter de elite, assim como Luchiari (1999, p.12-13), já citada, observa geralmente acontecer, e, como aquelas áreas eram ocupadas por populações caiçaras centradas apenas no valor de uso, as elites ofereceram para essas populações um valor de troca que, para elas, parecia ser muito. Com o passar do tempo, devido ao aumento da procura e maior reconhecimento dessas áreas para o exercício do turismo, o valor de troca tem crescido permanentemente. É assim que muitas populações caiçaras foram desapropriadas, no passado, a preços ilusórios e, hoje, mais conscientes do valor que as elites atribuem às terras por elas utilizadas, fazem maior resistência às desapropriações, o que acaba aumentando o valor de troca.

Há também outros fatores merecedores de destaque, associados ao valor de troca, atribuídos pelos turistas de elite ao solo de dentro da REJ. Constantes ofertas de compra realizadas aos caiçaras das três populações de dentro da REJ aqui

consideradas (Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá), evidenciam o interesse das elites por essas terras ainda que, legalmente, elas sejam de apropriação proibida por parte de quem não é membro de populações tradicionais.

Além disso, imagens de satélite das áreas da REJ que podem ser visualizadas a partir do Google Mapas, evidenciando grandes construções, com pontos de parada para grandes embarcações, também denunciam a ocupação promovida pelo turismo de elite dentro desta reserva. Assim, mesmo com a ocupação não sendo legalmente reconhecida, ela ocorre e, o turista de elite, atribui valor de troca para esse solo. Porém, é em duas ocasiões distintas que ele se interessa em comprá-la.

A primeira se refere às áreas intensamente ocupadas por grandes grupos caiçaras. Neste caso, como já citado, a oferta de compra é realizada com o intuito de obter pequenas áreas em meio a esta população, coibindo, aos poucos, a ocupação caiçara e o turismo de classe média. A compra dessas terras é realizada com fins de coibir o uso da terra por quem hoje o realiza. Esses casos são comuns na Praia do Sono e na Vila Oratório, onde caiçaras, frequentemente, afirmam receber oferta de compra dos condôminos do Condomínio Laranjeiras. Prefere-se não citar nomes neste caso, mas um caiçara da Praia do Sono, em entrevista concedida, afirmou que muito recentemente um condômino do Condomínio Laranjeiras realizou uma oferta de compra por parte da terra que hoje ele utiliza.

A segunda se refere às áreas de mais difícil acesso, ocupadas por pequenas populações, pelas quais o turista de elite de segunda residência se interessa justamente devido ao seu teor de difícil acesso, de exclusividade proporcionada pela sua localização. Nesses casos, as ofertas de compra podem chegar na casa de milhões de reais, com o turista exigindo o despejo dos caiçaras lá presentes. É o caso de Martim de Sá, onde habita um grupo de apenas dez caiçaras e onde, Seu Maneco (E17), morador, relata as inúmeras ofertas já recebidas. Seu Maneco afirma: “Se eu quisesse dinheiro eu tinha aceitado os quatro milhões e meio que me ofereceram aí na mão e eu não quis [... já fizeram proposta] o Condomínio da Laranjeiras, depois a multinacional e eu não quis”. Em uma dessas propostas, inclusive, realizada por uma pessoa de nacionalidade portuguesa, o ofertante não aceitando a recusa feita por Seu

Maneco, voltou dias depois acompanhado de um oficial da marinha tentando convencê-lo a aceitar o dinheiro em troca da sua desapropriação.

No primeiro caso, devido ao fato de o turista não se apropriar do solo, efetivamente utilizando-o, é compreensível que os órgãos públicos, responsáveis por fiscalizar essas áreas, tenham dificuldade de identificá-los, assim como tem dificuldade em identificar o turista de classe média de segunda residência que se confunde em meio à população caiçara. Porém, no segundo caso, com as grandes construções podendo ser visualizadas a partir de imagens de satélite, ou até mesmo a partir de barcos nas rotas marítimas, é, no mínimo, inaceitável a falta de embargo a essas segundas residências e construções pelo poder público.

Além do turismo de elite de segunda residência, há também o turismo de elite de temporada. Neste caso, há disponibilidade de locação de casas em condomínios fechados, como no Condomínio Laranjeiras, por exemplo, que disponibiliza casas para locações temporárias, evidenciando o possível caráter de lucro proveniente dessas propriedades, além do seu caráter de status e diferenciação social conferido pela propriedade.

Portanto, para o caiçara, essas áreas são tidas como local onde se mora, onde se vive, onde se realiza as suas tramas sociais e as suas atividades econômicas, salientando o seu valor de uso, sendo necessárias para a sua reprodução social, econômica e cultural. Já para o turista, essas áreas são símbolo de status, onde se exerce atividades de lazer, conferem ao turista um teor de seletividade, não são necessárias para a sua sobrevivência, mas sim para a sua diferenciação social, dando realce ao seu valor de troca. É assim que, indiretamente, as paisagens conservadas, atribuindo valor às terras utilizadas por caiçaras, e de manutenção garantida pelas UC's, ameaçam a permanência do caiçara ao mesmo tempo em que valorizam as terras utilizadas pelas elites.

Interesses sociais, econômicos e ambientais se encontram, algumas vezes convergindo, algumas vezes divergindo. Ao caiçara interessa a realização do turismo, pois hoje é para ele uma importante atividade econômica, assim como para a elite também interessa a realização dessa atividade, mas esses dois sujeitos se divergem

em relação ao tipo de turismo a ser exercido. Enquanto isso, ocorrem interesses ambientais de preservação dos ecossistemas que permeiam a mata atlântica e, a urbanização e a própria realização do turismo, com o mercado imobiliário e turístico com os seus interesses econômicos, se desenvolvem conforme se dão as disputas políticas em torno dos sujeitos sociais envolvidos. Dessa maneira, a questão ambiental extrapola o seu caráter conservacionista e, em conjunto com a urbanização e o turismo, é também uma questão fundiária.

Esta questão ambiental fundiária se dá em um contexto de racionalização do e no espaço. Enfatiza-se a transformação, a expansão do turismo, a criação de infraestrutura, com o meio sendo visto, pelas elites urbanas, como um combinado de palco da atividade turística e palco de uma natureza natural. Nesse processo não se reconhece uma outra cultura, não se reconhece uma outra racionalidade, não se reconhece uma outra maneira de ver, viver e compreender o mundo que, aliás, está materialmente consolidada no espaço e se tornando mercadoria.

No próximo capítulo estão expostas características do caiçara do *tempo de hoje em dia*, evidenciando a maneira como ele tem se adaptado e reagido aos processos dissertados neste capítulo.

CAPÍTULO 3 - O CAIÇARA DO TEMPO DE HOJE EM DIA

“Eu me organizando posso desorganizar, e eu desorganizando posso me organizar.”
Chico Science



Fotografias (15 e 16) realizadas pelo autor na Praia do Sono e Ponta Negra respectivamente, uma construção realizada por caiçaras e crianças caiçaras brincando em corpo d'água.

Neste capítulo, demonstramos a maneira como os processos, dissertados no capítulo anterior, alcançaram as localidades aqui consideradas, evidenciando as particularidades de cada uma delas. Foi justamente o fato de haver particularidades que motivou a inclusão destas quatro diferentes localidades no estudo, pois, embora seja possível a identificação de consequências provenientes do urbano, do turismo e da questão ambiental em cada uma delas, acabou se tornando evidente que a influência de tais processos foi distinta.

A localidade da Vila Oratório foi a primeira a ser alcançada por pessoas dos meios urbanos, sendo a única, até hoje, que pode ser acessada por ruas asfaltadas. Inegavelmente, os ônibus e carros acabam promovendo uma intensidade dos fluxos, promovendo também uma transformação social e ambiental mais veloz do que nas outras localidades. Além disso, foi lá que se construiu o Condomínio Laranjeiras e, este fato, acentuou a instalação dessa outra racionalidade, pois o condomínio é de segunda residência e o número de lotes é grande, o que ocasiona uma maior presença, durante o ano, de turistas que estão instalados em propriedades privadas, trazendo consigo e construindo, ao seu redor, os aparatos físico paisagísticos referentes à racionalidade do homem moderno.

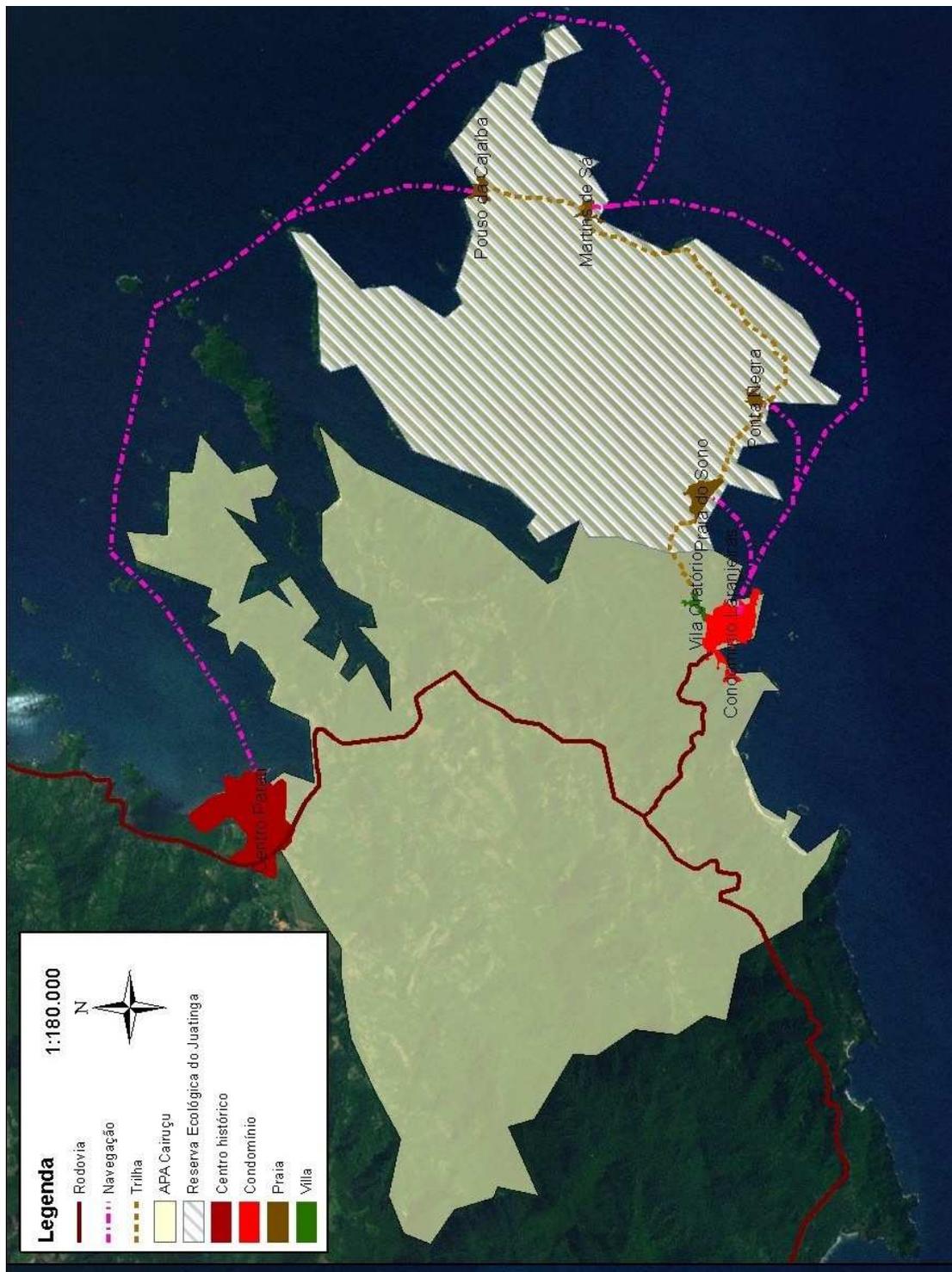
Enquanto a Vila Oratório foi construída e intensamente frequentada já na década de 1970, a Praia do Sono teve a frequência turística iniciada no final da década de 1980 e dinamizada apenas em meados da década de 1990. Embora já tenha havido tentativa de grilagem dessas terras na década de 1970, já colocando em risco a permanência do caçara, a presença do homem urbano foi banalizada apenas mais tarde, dando a essa localidade uma cronologia e uma dinâmica de transformação absolutamente distinta da verificada na Vila Oratório.

Se na Praia do Sono o acesso ocorre cronologicamente mais tarde do que na Vila Oratório, na Ponta Negra é praticamente recente, pois é a partir da Praia do Sono que o turista passa a frequentar a Ponta Negra com mais intensidade. Além disso, na Ponta Negra não houve tentativa de grilagem das terras da mesma maneira como houve na Praia do Sono e, ainda hoje, a presença do turista é bem menor. Esses

fatores propiciaram impactos e resultados singulares que serão mais aprofundados adiante.

Já Martim de Sá é um caso a parte. O acesso somente por trilha é dificultoso, tornando o uso do barco quase que uma necessidade. Os traços do urbano e do moderno são ainda mais raros, conferindo à sua pequena população uma transformação mais amena. O Mapa 2 (p.133), localiza as quatro diferentes localidades, com a disposição das unidades de conservação e os acessos.

Dessa forma, aprofundando os processos ocorridos em cada uma dessas localidades e entendendo as condições atuais de cada uma delas, a intenção é a de evidenciar as diferenças, evidenciar a dinâmica das transformações, para assim fazer uma análise de como o presente pode ser pensado e trabalhado de modo a orientar as transformações conforme os interesses dos caiçaras.



Mapa 2: Mapa de localização

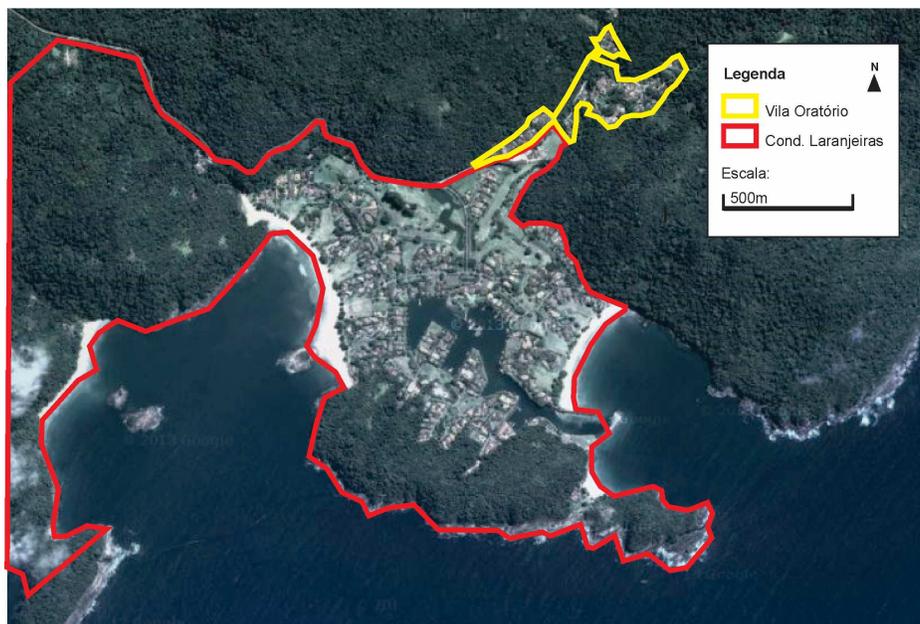
Organização: Cezar Camargo. Produção cartográfica: Rodrigo Fernandes Silva

3.1 - Vila Oratório – Vila caiçara urbanizada



Figura 4 - Imagem de satélite da Vila Oratório - Fonte: Google Maps

A Vila Oratório localiza-se muito próxima do Condomínio Laranjeiras (Mapa 3, p.135), colaborando para que haja a presença de um contato intenso que, como veremos adiante, é “frio”, formalizado, hierarquizado, ainda que vicinal. O condomínio está geometricamente “esparramado”, chegando até as praias, enquanto que a vila aparece acuada no sopé de uma montanha. Além disso, toda a área é cercada de floresta, com a presença do mar, fatores de incentivo ao exercício do turismo.



Mapa 3: Vila Oratório e Condomínio Laranjeiras
Fonte: Google Mapas, adaptado pelo autor

A Vila Oratório é a localidade de mais fácil acesso entre as quatro estudadas. Pode-se chegar até lá fazendo uso de um carro. Da Rodovia Rio-Santos, no trevo do Bairro do Patrimônio do município de Paraty, a sete quilômetros do limite do estado de São Paulo com o Rio de Janeiro, há um acesso para uma pequena serra sinuosa, popularmente conhecida como Deus Me Livre, que se bifurca e permite chegar na Vila Oratório e na Vila de Trindade.

A população da Vila Oratório tem suas origens em praias que hoje são de posse do Condomínio Laranjeiras. Havia cerca de vinte famílias distribuídas em quatro praias, morando segundo as territorialidades discutidas no primeiro capítulo deste trabalho.

Hoje, a vila conta com cerca de 540 habitantes, compondo 171 famílias (www.cairucu.org.br, acessado em 11/2012)

A concepção de propriedade privada foi levada ao local com a realização do empreendimento que pagou pela terra, a dividiu em lotes e a cercou.

Hoje, para morar na vila é necessário que se compre ou alugue um lote ou uma casa. Alguns dos entrevistados falaram de atuais conflitos em torno da terra e sobre ofertas de compra realizadas por condôminos. Carlos Henrique, de 29 anos (E5), afirma: *“aqui tem briga, briga não, é mais uma luta entre condomínio e vila, porque aqui nós somos divididos entre os ricos e os pobres”*. Carlos Silva (E4), de 43 anos, quando questionado sobre conflitos em torno da terra ocorridos na vila, respondeu: *“na vila sempre tem alguma coisinha, mas comigo nunca aconteceu não, o que eu tenho é meu e ninguém mete a mão [...] meu pai tinha alguma coisa e vendeu, mas o que é meu é meu”*.

Os moradores da vila possuem escritura da terra onde moram. A construção de uma casa de alvenaria, com as instalações elétricas e hidráulicas, com reconhecimento cartorial, foram itens de acordo no processo de desapropriação dos caiçaras. Entre esses itens, havia também a concessão de uma terra de quatro alqueires, para cada família, para a realização da roça. Essas terras foram delimitadas de maneira que algumas se localizavam próximas à vila e outras longe. Para decidir qual lote ficaria com qual família, foi realizado sorteio. As famílias que ficaram com os lotes mais afastados, em pouco tempo, pararam de realizar a roça devido às dificuldades da distância. Como diz a Senhora Geni:

O meu caiu lá atrás do morro e aí eu desacorçoei [...] de lá eu passei pro rapaz aí e ele vendeu pro condomínio [...] ah, era longe, aí o condomínio não queria mais que cultivasse, aí pronto, acabou tudo, aí hoje tamo aqui, não pode nem plantar um pé de banana, não pode plantar nada

As famílias que foram sorteadas com pedaços de terra próximos à residência, alguns anos depois, acabaram sendo coibidas pela legislação ambiental, pois já no início da década de 1980 ocorre a criação da APA Cairucu. Já no decreto de criação da Unidade, as áreas de topografias mais acidentadas são definidas como Zona de Vida

Silvestre, sendo proibidas construções dentro desta Zona. Além disso, o Plano de Manejo (Encarte IV, p.27) prevê as áreas de mata como áreas desta Zona. A Vila Oratório está localizada em uma pequena planície e cercada por relevo de expressiva declividade coberto de vegetação florestal, sendo portanto proibida a construção e o desmatamento nos arredores (Decreto 89.242 de 1983). Como diz Senhor Eliseu: *“a minha terra, o que eu tinha, eu passei pro condomínio [...] quando entrou o condomínio, deu um pouco de terra pra gente que depois a gente passou pra eles, não podia trabalhar mais por causa de meio ambiente”*.

Dessa maneira, nenhuma das famílias conseguiu manter a propriedade e a posse sobre as suas áreas de roça. Além disso, com as coibições ao acesso às praias, as atividades de pesca também foram abandonadas e, com o tempo, os caiçaras começaram a depender exclusivamente do dinheiro para conseguir comer. Assim, começaram a realizar outras atividades para garantir o seu sustento. A Senhora Geni, por exemplo, começou a lavar e passar roupa para condôminos. Segundo as suas palavras:

eu lavava aqui [fez gestos com as mãos], porque não tinha máquina, lavava na mão, doze anos eu sofri lavando roupa na mão e passando no ferro a carvão [...] fechava tudo a casa, era ferro comprido assim, com grade, quando dava o vento [a cinza do carvão] sujava o lençol e eu tinha que lavar de novo

Nesse contexto, muitas das propriedades da vila, ou partes dela, foram sendo vendidas com fins de se obter dinheiro. Algumas dessas propriedades foram compradas por imigrantes que se mudaram para a vila com fins de trabalhar no condomínio, enquanto que outras foram compradas por condôminos. Há, hoje, por parte dos condôminos, o interesse em manter controle sobre as áreas da vila e, este interesse se dá devido principalmente a dois motivos.

O primeiro se refere ao controle do turismo de classes mais populares realizado na Praia do Sono. Os turistas que vão para a Praia do Sono, deixam os carros estacionados na Vila Oratório, de onde tem início a trilha que dá acesso àquela localidade. Este fato, inclusive, viabiliza um pequeno complemento de renda para alguns moradores da vila. Porém, a passagem de turistas pelos arredores do

condomínio, com turistas de classes mais populares e condôminos fazendo uso das mesmas vias de acesso, ao mesmo tempo em que o turismo do Sono vai se tornando conhecido e se popularizando, é fator de incômodo aos condôminos, pois podem ameaçar a valorização dos seus lotes. O turismo de elite, bem como as classes sociais que o praticam, valorizam a homogeneidade social, negam a pluralidade, negam a imprevisibilidade, se esforçam para que haja seletividade social nas suas relações cotidianas. Caso contrário, caso haja popularização dos meios e das relações que os cercam, os símbolos da diferenciação se apagam, banalizando os espaços de convívio, o que ocasiona, conseqüentemente, a popularização dos seus valores de uso e de troca. Tratam-se de prejuízos econômicos e sociais. É nesse sentido que o turismo de classe média do Sono e a presença desses turistas ao redor do condomínio incomodam os condôminos, causando um conflito que se reflete em uma disputa pelas terras da Vila Oratório.

Exemplo disto é o dado pelo Senhor Ivo dos Santos, de 61 anos, (E2), hoje aposentado, que vendeu uma parte do seu terreno para um condômino faz alguns anos. Hoje esse terreno está apenas cercado, sem uso efetivo e, o Senhor Ivo, sem querer falar de valores, se mostra arrependido, pois o utilizava como estacionamento para carros de turistas nos feriados prolongados.

Outro exemplo foi o ocorrido na passagem de ano de 2012 para 2013. A passagem de ano é o período de maior fluxo turístico na Praia do Sono que, ano a ano, vem gradualmente sendo diminuído devido à falta de áreas de estacionamento na Vila Oratório. Porém, nesta passagem de ano, os moradores da vila, querendo obter renda complementar, autorizaram os turistas a estacionarem os carros nas áreas comuns da vila e no campo de futebol, o que, segundo moradores da Praia do Sono, ocasionou descontentamento aos condôminos que mandaram cortar a luz elétrica da Praia do Sono. Este fato é possível porque a origem dos postes e cabos elétricos que abastecem a Praia do Sono com energia elétrica está na Vila Oratório. Ainda segundo os moradores da Praia do Sono, os moradores da Vila Oratório, em resposta à atitude dos condôminos, também cortaram a luz elétrica do condomínio.

Não foi possível fazer uma averiguação deste fato ao ponto de se obter precisão em relação ao ocorrido, mas de fato a Praia do Sono ficou alguns dias sem energia elétrica, acarretando grandes prejuízos aos caiçaras comerciantes dessa localidade.

O segundo motivo, dos condôminos, em manter controle das áreas da vila, também se relaciona com a disputa fundiária acima citada. Assim como há esforço em controlar a realização de um turismo de classes mais populares, há também o esforço em controlar o crescimento populacional da Vila Oratório, pois a sua população é composta por classes sociais mais populares e o seu expressivo incremento, também significaria o incremento do socialmente diferente. Contudo, ainda que os condôminos queiram controlar o crescimento populacional da vila, é interessante para eles que a população se mantenha, pois ela é a origem da mão de obra necessária para os condôminos na realização das suas atividades de lazer, como manutenção das casas, jardins, piscinas, serviços de camareira, de cozinha etc..

O próprio Plano de Manejo da APA Caiçu (Encarte II, p.194), sobre este tema, reproduz as seguintes palavras:

Para o condomínio incomoda o crescimento urbano desordenado da Vila Oratório, que aos poucos vai se tornando uma área fora de controle, perigosamente próxima de um “paraíso” de alto conforto e consumo, e corredor de passagem para estudantes e mochileiros que acampam na praia do sono. Um prato cheio para o tráfico de drogas. É o eterno paradoxo: veranistas abastados precisam de muitos empregados à sua disposição, mas esta proximidade vai criando um aglomerado urbano que tende a suplantar em população e problemas o núcleo que o gerou.

Porém, o Plano de Manejo aborda o tema considerando que o único motivo que leva o os condôminos a evitarem o crescimento da vila seja o possível tráfico de drogas, sem questionar o teor segregacionista do Condomínio e a possível desvalorização, referentes aos valores de uso e troca, dos terrenos condominiais. Não é apenas o crescimento desordenado da vila que incomoda os condôminos, é também o crescimento de uma população de outra classe social e o crescimento do turismo realizado por uma outra classe social.

Como já citado, as antigas atividades econômicas do caiçara foram abandonadas. O caiçara foi, aos poucos, se encontrando em uma situação que cada

uma das suas antigas atividades foi sendo impossibilitada. Se no tempo de antigamente vigorava uma economia de provisionamento, hoje vigora uma economia absolutamente incorporada ao mercado capitalista de produção e consumo. É vendendo a sua mão de obra que o caiçara consegue obter os meios necessários para a sua reprodução.

Vale ressaltar que a vila faz parte do condomínio, ela está “encravada nesta propriedade” (Plano de Manejo APA Cairuçu, Encarte II, p.193) estando espacialmente segregada por muros, cercas e guaritas. O acesso à vila exige a passagem por uma guarita do condomínio e, o acesso às áreas de uso comum e aos lotes dos condôminos, exige, de quem vem da vila, a passagem por outras guaritas. Dessa maneira, os condôminos também controlam as atividades que são realizadas na vila. É por isso que a Senhora Geni afirma, em uma das citações expostas na página anterior, que “agora não pode plantar nada”, pois caso ocorra a plantação em áreas da vila, os funcionários do condomínio, ao identifica-la, a proíbem, assim como proíbem a criação de animais. Senhora Geni relatou que seu filho foi recentemente proibido de criar galinhas em uma pequena área na frente da sua casa. É assim que o caiçara da Vila Oratório, hoje, depende quase que exclusivamente da venda da sua mão de obra para conseguir sobreviver. Ou seja, os caiçaras compartilham de alguns dos deveres e regras impostos pelo Condomínio, mas não partilham dos direitos, como o uso dos espaços de lazer.

A praça, o bar com mesa de sinuca e o campo de futebol, são os locais para o exercício do lazer na vila. A concepção de lazer agora também está presente no imaginário caiçara. Se antes o caiçara via prazer nas suas atividades econômicas cotidianas, inclusive não sabendo responder o que fazia para descansar no *tempo de antigamente*, hoje ele frequenta o bar após o trabalho e joga futebol nos finais de semana. O espaço está racionalizado segundo uma racionalidade moderna, havendo, também entre os caiçaras de hoje, a visão binária entre trabalho e lazer.

Dentre os economicamente ativos entrevistados, todos reproduzem o trabalho assalariado, prestando serviços ao Condomínio Laranjeiras. Se o caiçara do tempo de antigamente nesta localidade era caçador, pescador e plantador, hoje ele exerce

profissões como encanador, marceneiro e pedreiro. Os filhos da Senhora Geni trabalham todos no condomínio e o Senhor Eliseu se aposentou trabalhando como pedreiro no condomínio.

Na vila, também há alguns estabelecimentos comerciais, conferindo algumas poucas atividades econômicas relacionadas ao comércio. Como estabelecimentos comerciais mais expressivos, há um bar e um minimercado, enquanto outros, menores, são realizados na rua ou nas garagens das residências. Foi registrado um carrinho de pastel, um bar de garagem, uma pizzaria de garagem, uma bicicletaria de quintal e uma loja de roupa de garagem.

Mesmo com a presença de um minimercado na vila, as compras mais expressivas são realizadas no centro de Paraty e, mesmo com a presença de um centro médico no interior do condomínio, as consultas médicas também são realizadas no centro, pois o centro médico do condomínio é de uso exclusivo de condôminos. Sendo assim, o uso de veículo automobilístico se torna uma necessidade, seja ele particular ou coletivo. O ônibus, da vila para o centro, varia o itinerário de acordo com o dia da semana, passando mais ou menos de hora em hora e cobrando a tarifa de R\$3,60 pelo transporte. A escola da vila não oferece ensino médio e os adolescentes, alunos dessas séries escolares, viajam diariamente, cerca de 25 quilômetros, para o centro. Sendo assim, para algumas famílias, torna-se conveniente a posse de carro ou moto particulares e, estes objetos, obviamente, começam a se tornar símbolos de status.

A racionalização dos objetos torna-se também racionalização das ações. Essa racionalização é ainda mais acelerada devido ao fato de a vila ser vizinha do condomínio, com condôminos e moradores da vila convivendo em áreas próximas. Assim, surge para o caiçara a concepção de pobreza e riqueza e o desejo de ascensão social se torna comum.

No entanto, ainda que a racionalidade moderna, do e no espaço, tenha impactado com força aquele fragmento do território, os caiçaras conservam particularidades culturais, características singulares de apreensão e interpretação da realidade. Aquele caiçara, ainda que não reproduza as atividades econômicas de um

tempo de outrora, também não pode ser confundido com o homem urbano moderno proveniente dos grandes centros urbanos.

Quando interrogados sobre a importância do mar, da mata e da praia, demonstram a permanência de uma característica afinidade com o meio preservado e com valores do tempo de antigamente. O Senhor Carlos Silva (E4), morador da Vila Oratório, diz: *“a mata pra mim é tudo, sem a mata eu acho que não vivo, tem coisa melhor do que entrar na mata e ver os pássaros cantando, ver uma frutífera com os bichos vindo tudo comer?”*. Além disso, quando foi realizada a pergunta “você se considera caçara?”, todos responderam que sim imediatamente, sorrindo e expressando, com alegria, uma visão que concebe a condição caçara como uma condição de vantagem.

As entrevistas com os mais velhos (Senhor Eliseu, Senhora Geni, Senhora Joana e Senhor Ivo), caçaras desapropriados das praias quando já eram adultos, com memórias significativas em relação àquele tempo, demonstraram, de início, uma concepção de vantagem do tempo presente em relação ao antigo. Senhor Eliseu afirmou *“aqui era tudo muito difícil”*, assim como a Senhora Geni, com lágrimas nos olhos disse, *“graças a Deus meus filhos todos trabalham no condomínio”*.

Porém, com o desenrolar das entrevistas e uma aproximação entre o entrevistador e o entrevistado, foi possível perceber que aqueles caçaras estavam se justificando por ter concedido às pressões de desapropriação, pois seus argumentos e falas começaram a se mostrar contraditórios e, se em um primeiro momento falaram positivamente do tempo presente de maneira séria e com poucas palavras, tentando encontrar aspectos negativos no tempo de antigamente; depois, inverteram os seus argumentos, demonstrando saudade do tempo antigo ao mesmo tempo em que criticavam muitos dos aspectos do hoje em dia.

Senhor Eliseu, por exemplo, no começo da entrevista afirma: *“Olha, isso aqui era um matagal terrível, eu trabalhei muito nisso aí, os novos não sabem como era isso aí, mas a gente sabe, era um atoleiro terrível”*, já no final da entrevista Senhor Eliseu diz:

era bom, a gente tinha tudo na roça [...] era tudo natural, eu tenho saudade, era muito bom, você comia couve, comia alface, tudo natural, não tinha nenhuma

química, não tinha nada, tudo da roça, você ia na roça trabalhar já trazia aquela couve, aquela cebolinha, você chegava em casa não precisava nem de mistura [...] hoje não, hoje você come essas coisas e faz até mal [...] o tempo passado era muito bom.

Na primeira fala do Senhor Eliseu é possível identificar duas intenções. A primeira é de se justificar, querendo dizer que o acordo e a desapropriação foram vantajosos ao caiçara, para se justificar ele realça aspectos negativos daquele tempo; a segunda é contrariar os mais novos da vila que, indiscriminadamente, reclamam do condomínio realçando as características positivas do tempo antigo. Porém, a segunda fala do Senhor Eliseu evidencia saudade e preferência ao tempo antigo.

As falas da Senhora Geni realizam algumas ponderações comparando o *antigamente* com o *hoje em dia*. Ela diz:

nóis que era primeiro, nós não sabemos a leitura até hoje, porque não tinha escola, hoje em dia não, hoje em dia tudo a criançada tá na escola [...] então pra nós foi mais melhor por causa do estudo das crianças e da condução [...] melhorou até pra ganhar um dinheiro [...] graças a Deus. Se tiver alguma coisa [negativa], nós nem sabemos

Por outro lado, conforme a entrevista vai acontecendo, Senhora Geni reclama do fato de não poder mais plantar, reclama das coibições quanto à criação de animais, relembra da fartura da roça e elogia a antiga cama feita com material da mata. Chegando a afirmar: *“aonde a gente morava lá o lugar era muito bom, era muito bom pra nós morar”*.

A relação dos moradores com o turismo ocorre indiretamente, a partir do turismo realizado no Condomínio, na Praia do Sono e na Ponta Negra. Na Vila Oratório não é praticado turismo. Apesar de a vila receber carros de turistas, o turista não se hospeda na vila, pois na vila não há atrativos turísticos. As quatro praias antes habitadas pelos caiçaras que deram origem para a população da vila, hoje estão cercadas pela estrutura do condomínio. Elas podem ser acessadas de duas maneiras: Uma delas é passando por dentro do condomínio, o que não é permitido pela sua administração e, a outra, é por trilhas que passam pelo meio da floresta contornando as áreas construídas do condomínio. Essas trilhas possuem uma estrutura construída e mantida pelo

condomínio e demandam cerca de 40 minutos de caminhada. Com grande quantidade de degraus e subidas e descidas íngremes, acabam fazendo com que a visita turística nessas praias, por parte de turistas que não são condôminos, não seja atrativa, até porque é necessário retornar no mesmo dia pela falta de estrutura acessível para hospedagem. Assim, os turistas que pretendem conhecer as redondezas se dirigem para a Praia do Sono, Ponta Negra ou Trindade.

Algumas casas do condomínio foram construídas bem próximas da areia das praias, o que pode ser visualizado na figura a seguir (Figura 5, p.145), e a estrutura do condomínio, vigiada por seguranças e câmeras de filmagem, causam um constrangimento social naqueles que estão na praia mas que não são condôminos. No meio da trilha há câmeras de filmagem e, quando o visitante chega na praia, seguranças já estão lhe aguardando para passarem instruções. Dentre essas instruções dizem que a praia pode ser visitada, porque é pública, mas alertam que as áreas de gramado, há poucos metros de distância do mar, já se tratam de áreas particulares que não podem ser exploradas. Avisam também a respeito das filmagens das praias, dizendo serem realizadas com fins de garantir a segurança dos visitantes. O constrangimento social é inevitável.



Figura 5: Imagem de satélite de uma das praias do Condomínio Laranjeiras.
Fonte: Google Maps.

Dessa forma, o turismo realizado naquelas praias, se limita aos turistas condôminos ou locatários de casas do condomínio, sendo portanto, de maneira ou de outra, um turismo de elite.

Caldeira (2011, p.258-259), considera os condomínios como enclaves fortificados. Para essa autora, os enclaves fortificados são “espaços para as classes altas”, tendendo a serem “ambientes socialmente homogêneos”, habitados por pessoas que “valorizam viver entre pessoas seletas e longe das interações indesejadas” e conferem status. Segundo ela, “a construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais.”

Embora o Condomínio Laranjeiras seja um condomínio turístico de segunda residência, ele se enquadra bem nas caracterizações de enclaves fortificados realizadas por Caldeira. É se diferenciando dos moradores da Vila Oratório e do turismo realizado na Praia do Sono que o turista do condomínio constrói a sua diferenciação

social. Inclusive, a banalização do turismo na Praia do Sono e o aumento populacional da Vila Oratório podem fazer com que a distância, entre condôminos e não condôminos, seja aproximada, criando interações indesejadas, levando a um questionamento da eficiência do enclave, o que produziria a desvalorização, referentes ao valor de uso e valor de troca, dos lotes condominiais. É diante da intenção de evitar essa aproximação que as coibições e o constrangimento social se consolidam. Eles são realizados no sentido de manter o valor que as elites atribuem ao enclave, ou seja, eles são realizados no sentido de dar eficiência e fortificação ao condomínio enquanto um enclave. A estrutura do condomínio, as câmeras de segurança, as guaritas, os seguranças e as trilhas dificultosas são dispostas no sentido de tornar aquele ambiente seletivo e de manter a sua homogeneidade social. No caso deste condomínio, precisam enfrentar uma dificuldade ainda maior, que é a de manter a seletividade social nas áreas públicas de praia.

O preço da terra e as dimensões das casas, também são fatores de diferenciação. Hoje, um lote dentro do condomínio, com casa construída e acesso a todas as benfeitorias oferecidas pelo condomínio, possui valor que varia entre dois e vinte milhões de reais (www.imoveisdeluxo.com.br, acessado em novembro de 2012), o que, em dólares, variaria entre US\$ 985.221,00 e 9.852.216,00, segundo cotação em novembro de 2012.

É permitida também a locação de casas, sendo que a imobiliária Andrade & Cermelli, localizada no centro do município de Paraty, hospeda em seu sítio virtual (www.acparaty.com.br, acessado em novembro de 2012) diversos anúncios de locação. Os valores de locação variam de acordo com o imóvel e com o período do ano, oscilando entre R\$1.000,00 e 8.500,00 a diária (US\$ 492,00 e 4.187,00, segundo cotação de novembro de 2013).

O condomínio hoje é reconhecido por estar entre os condomínios mais luxuosos da América Latina, possui área total de 1.131,44 hectares, possuindo 292 lotes que variam entre 900 e 2000 metros quadrados cada. Apresenta infraestrutura com marina, heliponto, clube esportivo, quadra de tênis, quadra poli-esportiva, campo de golfe, mercado, centro médico, posto de combustível para carros e embarcações, bar,

restaurantes, academia de ginástica e play ground. Todos os ambientes do condomínio são vigiados por segurança privada e câmeras de filmagem. As construções realizadas dentro do condomínio devem seguir algumas regras, como marcos divisórios inferiores a 30 centímetros, construções com fins exclusivamente residenciais, telhas obrigatoriamente de cerâmica, construções que não ultrapassem 40% da área total do lote e construção de apenas uma unidade familiar por lote, sendo permitida a junção de mais de um lote, mas proibido o desmembramento (<http://www.golfe.tur.br/condominiolaranjeiras.php>, acessado em 11/2012).

É importante considerar que a motivação para a construção e presença do condomínio naquela área, se dá devido à beleza paisagística da região, com esta absolutamente relacionada aos fragmentos de floresta e praias. A beleza paisagística, é em grande medida garantida pelas Unidades de Conservação e, a questão ambiental, permeia os interesses dos condôminos. Sendo assim, como já citado, a Vila Oratório e o Condomínio Laranjeiras, incluindo o seu histórico de estabelecimento, é um exemplo onde sujeitos envolvidos na atividade turística, na questão ambiental e caixaras, disputam e/ou dividem interesses.

Os fragmentos florestais despertaram discursos ambientalistas e a delimitação de Unidades de Conservação. Estes últimos, ao mesmo tempo em que regulam a atividade turística, a valorizam, pois conservam os ambientes dos quais ela faz uso.

Os anúncios de venda e aluguel de casas, assim como as fotos das casas, disponíveis em sítios virtuais de imobiliárias (www.imobiliariaparaty.com.br; www.acparaty.com.br) dão destaque aos símbolos da “natureza” presentes no condomínio, como as praias, as cachoeiras e a água de nascente. Além disso, a arquitetura das casas é geralmente realizada de maneira a proporcionar contato acirrado do turista com o ambiente, justamente para fazer proveito dessa “natureza”, mas, claro, sem deixar de conferir a presença de espaços reservados.

A Fotografia 17 (p.148), retirada do sítio virtual de uma imobiliária (www.acparaty.com.br), apresenta a imagem de uma casa construída majoritariamente de madeira, cercada por árvores, com um grande gramado e piscina, com o lote sendo delimitado por cerca viva e com o uso da cor verde na escada, nos corrimões e

espreguiçadeiras da piscina, além da presença de redes de descanso estendidas na varanda frontal da casa. Estes fatores remetem a símbolos naturais, realçando elementos, na residência, que são harmoniosos com os ambientes conservados pela APA. O verde das partes metálicas remete à vegetação, e a madeira das paredes remete aos troncos de árvores, fazendo com que as suas cores se confundam com as cores da floresta. As redes e as espreguiçadeiras trazem a concepção de descanso e lazer em meio a esse ambiente. É um bom exemplo de racionalidade materializada de maneira condizente com os símbolos da natureza, promovendo lazer, bem estar e paz segundo a concepção que o homem moderno atribui a essas sensações.



Fotografia 17: Casa no Condomínio Laranjeiras
Fonte: www.acparaty.com.br, consultado em 07/2013

A Fotografia 18 (p.149) foi retirada de um sítio virtual de projetos arquitetônicos, este, para vender o seu produto, apresenta projetos já realizados dentro do Condomínio, uma maneira de selecionar clientes pelo poder aquisitivo. É possível notar uma expressiva diferença, no estilo de arquitetura, entre esta residência e a citada na fotografia anterior. No entanto, ainda prevalece uma expressão arquitetônica que valoriza o contato com o ambiente e com símbolos da natureza. Esta residência também está cercada por gramado, mas a fotografia dá destaque para as áreas abertas, com a praia e o mar logo a frente, como se eles estivessem no quintal da casa. As varandas são abundantes, com bastante uso de madeira que ainda mantêm o formato dos troncos. Além da arquitetura da casa, é interessante notar que a fotografia está com as cores bem carregadas, o céu é de um azul intenso e o verde dos vegetais é bastante vivo, evidenciando que essa fotografia foi manipulada por tecnologias de informática. Se trata de uma maneira de instigar, em quem a visualiza, o desejo de consumir experiências incomuns. Em verdade, a experiência dessas cores só podem ser sentidas a partir da fotografia, porque não são reais.



Fotografia 18: Casa no Condomínio Laranjeiras
Fonte: www.rmma.com.br, consultado em 07/2013

Se por um lado os condôminos se beneficiam dos ambientes conservados, de outro, estão os caiçaras, coibidos pela legislação ambiental e impedidos de realizar as suas antigas atividades, mas que podem obter renda com a atividade turística. No entanto, no caso da Vila Oratório, a obtenção de renda não se dá oferecendo serviços ao turista como proprietário de empreendimentos turísticos, como acontece em outros lugares, mas sim como trabalhador assalariado contratado pelo turista.

Sendo assim, o discurso ambiental se legitimou a partir da delimitação da Unidade de Conservação, coibindo as atividades econômicas do caiçara através da legislação ambiental, mantendo a preservação do ambiente e, conseqüentemente, os símbolos que o turismo associa ao ambiente. O turista condômino também se beneficiou plenamente, pois o condomínio se instalou em período anterior à delimitação da unidade de conservação e, as suas áreas apropriadas estão legalmente garantidas.

É certo que o caiçara da Vila Oratório também faz proveito de algumas facilidades conferidas pela nova racionalidade espacial, como eletrodomésticos, luz elétrica, casas de alvenaria, escola e água encanada. Porém, se compararmos a condição do caiçara da Vila Oratório com a condição dos caiçaras de outras localidades, a seguir expostas, verificaremos que os aspectos negativos foram consideráveis, pois o uso dessas facilidades poderiam lhe ser conferidos ao mesmo tempo em que ele mantivesse o acesso irrestrito às praias, às cachoeiras e ao mar, mantendo uma relação de maior proximidade com os ambientes que ele valoriza, ao mesmo tempo em que ele pudesse tirar proveito direto do turismo, na condição de proprietário de estabelecimentos turísticos.

A relação dos moradores da vila com o condomínio não é harmoniosa, fato notável em todas as entrevistas realizadas. O Senhor Luiz Gatti (E20), síndico do condomínio há um ano, falou abertamente sobre a tensão existente entre os moradores da vila e o condomínio, demonstrando preocupação da sua administração em diminuir esta tensão. Para tanto, afirma estar se esforçando para abrir diálogo com os

moradores da Vila Oratório e da Praia do Sono⁷ e, nesse sentido, criou projetos sociais voltados aos moradores da vila, como curso de alfabetização, de inclusão digital e de mecânico de motor de polpa.

Porém, ainda está para ser criada uma alternativa que proporcione ao caiçara o sentimento de contentamento com a sua situação, mantendo aspectos das suas antigas territorialidades. Constatou-se em trabalho de campo que lhe devolver a possibilidade de acesso aos ambientes sem coibições e constrangimentos pode ser uma saída, porém, esta saída exigiria alteração na disposição física do condomínio, com condôminos abrindo mão de alguns dos seus valores. Outra saída constatada seria a de destinar áreas da vila e das proximidades para a realização de hortas, para a plantação de espécies frutíferas e para a criação de animais, simulando os antigos quintais caiçaras. Mas sabe-se que são medidas apenas paliativas e que exigiriam que condôminos se desvinculassem de alguns dos seus interesses.

Contudo, entender os processos ocorridos na Vila Oratório se faz como tarefa fundamental para pensar alternativas de ordenamento de outros processos que estejam ocorrendo, de maneira semelhante, em outras localidades.

⁷ O conflito com os moradores dessa praia se dá devido à necessidade de se passar por dentro do condomínio para chegar à Praia do Sono por mar, fato este que será melhor detalhado no próximo item deste capítulo.

3.2 - Praia do Sono – Localidade onde o moderno e o tradicional se equilibram



Fotografia 19: Praia do Sono
Realizada pelo autor em outubro de 2012



Figura 6: Imagem de satélite da Praia do Sono
Fonte: Google Mapas

É possível chegar à Praia do Sono a partir de uma trilha iniciada na Vila Oratório. Depois de mais ou menos uma hora de caminhada, tempo este que depende da quantidade de bagagem e da disposição física do caminhante, pode-se conhecer a população caiçara presente nesta localidade. Esta população é composta por cerca de 350 habitantes, conformando 80 famílias.

Não se sabe exatamente qual é a origem desta população, mas os registros históricos da região, fazendo menção à antiga presença indígena e portuguesa, indicam o estabelecimento de povoados resultantes de miscigenação. Os traços físicos dos habitantes, com características indígenas, e os seus sobrenomes de origem portuguesa, como Araújo e Conceição, confirmam esta possibilidade.

A figura apresentada no início desse item (Figura 6, p.152), evidencia a paisagem e algumas das territorialidades construídas por essa população caiçara. As construções parecem ser desordenadas, obedecendo a um sentido de organização distinto dos encontrados na Vila Oratório e no Condomínio Laranjeiras. Na foto, são poucos os elementos urbanos que podem ser identificados, um deles e talvez o mais expressivo, é a alvenaria das casas. Árvores de grande porte se misturam na paisagem com rústicas construções e uma racionalidade responsável por separar os espaços de lazer dos espaços de trabalho é difícil de ser identificada.

Devido à ausência de um centro residencial com as casas geometricamente ordenadas, a denominação 'vila' se faz inadequada para expressar o ordenamento das moradias e construções. As residências e estabelecimentos comerciais, alguns de estuque à mostra, alguns de estuque cobertos por reboco e outros de alvenaria, se encontram dispersos pela praia e mata, rodeados por árvores frutíferas e hortaliças e, em alguns casos, por criação de galinhas, ainda configurando a disposição geométrica do bairro conforme as territorialidades do caiçara do tempo de antigamente (Fotografia 20, p.154).



Fotografia 20: Residência do Sr. Dácio (E6), caiçara.
Realizada pelo autor, outubro de 2012

Algumas das territorialidades do tempo de antigamente ainda são construídas e reproduzidas por essa população, enquanto que outras se transformaram ou permanecem apenas na memória. A transformação das suas territorialidades, assim como verificado na Vila Oratório, se deram principalmente a partir da construção da Rodovia Rio-Santos e, enquanto na Vila Oratório foi o Condomínio Laranjeiras um fator responsável por expressivas transformações, na Praia do Sono foi a tentativa de grilagem das suas terras.

Os conflitos por terras, nesta localidade, eram ausentes no tempo de antigamente e, segundo o Senhor Doracilde (E9) *“teve conflito por causa de terra depois que o Gilbrail chegou aqui”*.

Doracilde está se referindo à Gilbrail Tannus, comprador das terras de Theóphilo Rameck, em 1955. A gleba de terras compradas por Gilbrail não incluía a Praia do Sono, mas Gilbrail tentou grilá-las. Segundo Solari (2011, p 77 e 78):

Em 1955 Teóphilo Rameck vendeu suas terras a Gilbrail Tannus e sua mulher. E, na ocasião, o memorial descritivo contido no Registro Imobiliário sofreu alterações, tendo a citação da Fazenda do Sono sido excluída como confrontante. A exclusão da Praia do Sono como confrontante foi feita com rasuras em tinta vermelha no Livro do Registro de Imóveis. E com ela foi concluída a grilagem das terras

Gilbrail se dizia dono das terras da Praia do Sono, impondo normas, inibindo atividades e constringendo caiçaras. São inúmeros os relatos caiçaras sobre as tentativas, de Gilbrail, em proibir a construção de casas e estabelecimentos. Dentre as reclamações feitas por caiçaras, relembram que Gilbrail chegou a criar búfalos na localidade. Os búfalos se alimentavam das plantações cultivadas pelos caiçaras, destruindo o produto de meses de trabalho nas roças e nas hortas. Segundo os caiçaras, essa prática era realizada com o objetivo de impedir as suas atividades.

Ao mesmo tempo em que realizava essas ações, Gilbrail oferecia empregos no município de Jundiaí, convencendo os caiçaras a se mudarem. Senhora Ubaldina e Senhor Doracilde afirmam que antes da chegada de Gilbrail, havia na localidade uma população maior do que a atual. Hoje existem inúmeros parentes de caiçaras da Praia do Sono no município de Jundiaí.

Jonas da Conceição, de 59 anos (E11), construiu o primeiro bar mercearia da localidade e afirmou que, enquanto construía, os outros caiçaras o alertavam sobre a possibilidade de Gilbrail e seus seguranças destruírem a construção. Jonas levou o empreendimento a cabo e, a contra gosto de Gilbrail, começou a vender produtos alimentícios, trazidos do centro de Paraty por trilha, em uma pequena construção de estuque, trabalhando em seu pequeno comércio até os dias de hoje.

Izac relembra a ocasião que levou Gilbrail a não voltar mais na Praia do Sono. Conta ele que, em um dia de festa de reis, quando os caiçaras estavam embriagados, Gilbrail chegou na praia com os seus seguranças e com um mapa em mãos. Esse mapa se referia à Praia do Sono e tinha sido realizado como projeto de ordenamento das casas caiçaras. Gilbrail, neste dia, estava informando aos caiçaras que todas as casas seriam deslocadas para um canto da praia. Os caiçaras, já embriagados, se revoltaram e deram uma surra em Gilbrail e nos seus seguranças, fazendo com que ele nunca mais voltasse.

No ano de 1997, uma Ação Discriminatória, ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado, em face de Gilbrail Tannus e sua esposa Maria Leny de Andrade Tannus, decidiu pelo procedimento de anular e cancelar o registro errôneo, devolvendo a área ao Estado e fixando os posseiros em suas terras (Solari, 2011, p.78).

Atualmente ainda há uma casa reconhecida como propriedade do Gilbrail, com um caiçara contratado como caseiro morando nela. Caiçaras afirmam que a esposa de Gilbrail, até hoje, após o falecimento do esposo, se esforça em manter a casa, mesmo não frequentando-a há anos.

Gilbrail e as suas investidas de grilagem, embora não tenha obtido êxito, acabou ocasionando resultados expressivos na atual relação do caiçara com a posse. Gilbrail desapropriou e conseguiu fazer com que muitos caiçaras migrassem da localidade onde nasceram, porém, as suas ações ocasionaram alguns outros resultados inesperados.

Em período anterior à delimitação das unidades de conservação, sujeitos do mercado imobiliário enxergaram a possibilidade de enriquecimento ao explorar terras daquela região, ocasionando efetivas desapropriações e construções de empreendimentos imobiliários legalmente legitimados, assim como verificado no caso da construção do Condomínio Laranjeiras. Porém, o fato de Gilbrail se afirmar dono das glebas da Praia do Sono, reconhecido por cartório, evitou a ocorrência de compra e desapropriação por parte de grandes incorporadoras. Como ele não teve força política e econômica o suficiente para conseguir desapropriar todos os caiçaras ou construir grandes empreendimentos turísticos, acabou possibilitando a permanência de alguns na terra. Assim, mesmo com alguns caiçaras prejudicados, outros acabaram se beneficiando do contexto, tendo a apropriação mantida até a atualidade.

Dessa maneira, hoje em dia, ainda vigora o antigo hábito de se escolher um pedaço de terra e construir a sua casa, com a área sendo habitada exclusivamente por caiçaras ou pessoas que formaram famílias com os caiçaras locais.

Alexandre (E13), de 35 anos, afirma:

Aqui, na verdade, a terra é de quem vive nela, então não é que tem um documento formal dizendo isso aqui é seu, não é delimitação com documento não, a pessoa nasce aí, aí pega um pedacinho de terra e faz a sua casa [...] mas tem que ser nativo também pra fazer isso

Izac também contribui para a compreensão de como o caiçara se relaciona com a posse dizendo: *“As pessoas que marcam esse pedacinho de terra todos respeitam a*

peessoa, ninguém invade, ninguém pega [...] e ele marca um pedaço de terra que ninguém usa”.

As falas de Alexandre e Izac demonstram que o uso da terra é realizado prioritariamente a partir da apropriação. O caiçara cerca um pedaço de terra, o utiliza, e essa terra é coletivamente reconhecida como sua. Porém, também ocorre a prática de compra e venda, mesmo que timidamente. Alexandre diz:

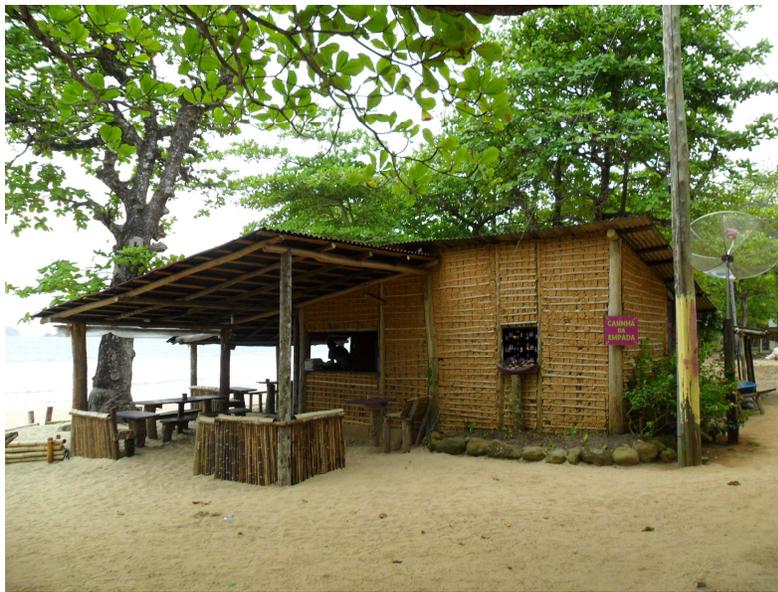
Aqui no Sono a pessoa não é a favor que vende [...] hoje se eu quiser vender a minha terra eu vou e vendo [...] mas a minha terra é uma coisa sentimental, eu não comprei a minha terra, se eu não comprei eu não vou vender, a não ser que tenha uma necessidade maior pra isso, aí é outra história [...] aqui é um ou outro que vendeu e depois acabou arrependido, se tem exemplo então eu acho que não vale a pena vender.

A prática de compra e venda, quando realizada, é realizada entre caiçaras e turistas, com o caiçara vendendo e o turista comprando para utilizá-la como segunda residência turística. A venda se refere ao direito de uso. Como não há reconhecimento em cartório, o caiçara, na prática, vende o direito de um turista fazer uso do lote, com os outros caiçaras do grupo reconhecendo esse direito. É interessante que esse modelo de compra e venda possibilitaria que o caiçara cercasse e vendesse terras indiscriminadamente, acumulando apenas ganhos, pois nesse modelo ele não obtém custos econômicos para a aquisição dessas terras. Porém, essa prática não ocorre e o caiçara não demonstra interesse em executá-la, evidenciando que o caiçara, ainda hoje, enfatiza o valor de uso da terra.

Hoje, a posse da terra é realizada para fins residenciais e de trabalho, sendo que a realização de roça é inexpressiva. Foram identificadas noventa e duas construções. Praticamente todas são utilizadas como moradia. Algumas delas dividem a função de residência com a função de empreendimento comercial. Dezenove dessas construções são utilizadas como residência e bar, sendo que apenas cinco desses bares permanecem funcionando durante o ano todo, com o restante sendo aberto apenas nos feriados prolongados. Também há dez chalés oferecidos aos turistas para aluguel, o valor cobrado é em média de R\$80,00 a diária em feriados prolongados, e cada chalé pode abrigar duas ou três pessoas. Dentre essas noventa e duas construções, foram

identificadas dez sendo utilizadas por pessoas de fora. Há ainda vinte e um campings, esses campings possuem tamanhos variados, alguns são pequenos quintais de casas caiçaras. Dois destes campings, expressivos e localizados próximos à praia, possuem cerca de 300 metros quadrados.

Ainda há um considerável número de construções de estuque, muitas delas cobertas por reboco e pintadas, mas as casas caiçaras que são construídas atualmente são todas de alvenaria. A disposição das casas ainda apresenta aquele antigo padrão de ordenamento, interligadas por trilhas, cercadas por quintais com árvores frutíferas, plantas medicinais e ornamentais. A maioria das construções se confunde com o ambiente, de maneira que as árvores e a vegetação as protege dos ventos provenientes do mar. Porém, hoje, ocorre a presença de construções bem próximas à praia, o que era incomum no tempo de antigamente. Este fato se dá por conta de os turistas darem preferência para as localidades próximas ao mar, sua principal atração. Os caiçaras, para atendê-los, disponibilizam bares, restaurantes, banheiros e estrutura de camping bem próximos à praia. Nos empreendimentos voltados ao turista, é dada preferência para as construções de estuque, porque o resultado obtido confere uma aparência atrativa para o turista. Na Fotografia 21, (p.159), pode-se observar um bar restaurante bem próximo à praia, suas paredes são de estuque, mas o telhado, ao invés de sapê, é feito com telhas de amianto, conferindo um bar de “estilo caiçara”. Ao lado da casa, pode ser notado um poste de energia e, em cima, uma antena parabólica televisiva. Essa foto é expressiva no sentido de demonstrar uma combinação entre o velho e o novo.



Fotografia 21: Bar restaurante na Praia do Sono
Foto realizada pelo autor em outubro de 2012

Pode-se, portanto, afirmar que houve a conformação da territorialidade do turismo, combinando-se com algumas das territorialidades realizadas pelo caiçara no *tempo de antigamente*. Essa territorialidade exige um conjunto de práticas e expressões materiais. O caiçara considera a sazonalidade do turismo para iniciar suas tarefas de rastelo e manutenção de áreas; considera as condições do tempo atmosférico para melhor adaptar os objetos dos campings e oferecer ou não o serviço de transporte marítimo; constrói infraestrutura, para a sua efetivação, fazendo uso de antigas técnicas como o estuque e; prepara alimentos e disponibiliza cardápio visando oferecer serviços de alimentação ao turista.

Como já citado anteriormente, as territorialidades do tempo de antigamente, proporcionavam uma proximidade do caiçara com os ambientes conservados. Era entendendo e interagindo com a floresta, com o mar e com os corpos de água doce que o caiçara realizava as suas atividades econômicas. Hoje, essas atividades se transformaram, fazendo com que a relação do caiçara com o meio também tenha se transformado. Contudo, o caiçara da Praia do Sono, diferente do caiçara da Vila Oratório, mantém um contato acentuado com a praia e o mar, pois a praia não foi

privativamente apropriada por um condomínio, ao contrário, ela é frequentada com intensidade, pois é em torno principalmente dela que a atividade turística se desenvolve.

Alguns caiçaras ainda realizam pesca como atividade econômica. Há a presença de um cerco fixo em um dos cantos da praia, ocorrendo também a captura de lula em alguns períodos do ano. Além disso, em relação à pesca, hoje ela também é realizada como atividade de lazer. É comum os mais novos lançarem a canoa e a rede ao mar no final da tarde para fazerem o arrasto, e o fazem em meio a brincadeiras, bebendo cerveja, sem darem muita importância ao produto do trabalho que, inclusive, pode vir a ter alguma de suas partes oferecida aos turistas curiosos que se aproximam.

O caiçara, algumas vezes, percorre por trilha no meio da mata para ter acesso aos corpos de água doce, visando se banhar ou arrumar as mangueiras de borracha que trazem água para as moradias. Essas trilhas também são percorridas com o intuito de coletar madeira de árvores que, por ventura, tenham sido derrubadas pelas intempéries do clima.

Sendo assim, o turismo e a falta de inibição com interesses fundiários, como visto na Vila Oratório em relação à praia, permite que o caiçara do Sono continue tendo um contato de proximidade com os meios. Nota-se que permanece a presença de aspectos culturais que estabelecem relação próxima, do caiçara, com os ambientes de floresta, praia, mar e corpos de água doce preservados. Todos os entrevistados, quando interrogados sobre a importância do mar, da mata e da praia, deram respostas que indicam estreita relação cotidiana e emocional. Izac de 48 anos afirma: *“se a gente não tivesse a mata e a natureza que é o mais importante até pra nossa saúde, seria muito difícil”*, Senhor Dácio de 75 anos parece concordar com Izac, dizendo que *“o mar é saúde”*, Alexandre, inclusive, enfatiza: *“eu sou rico por causa da natureza que está do meu lado”*.

Essa relação de proximidade com os ambientes conservados, também pode ser identificada no desejo de cuidado que o caiçara tem com o ambiente. Como afirma Alexandre:

o Sono é bonito não por causa do INEA, por causa de órgão ambiental, de Ibama, de nada, se dependesse desses caras aí o Sono tava destruído, tá bonito porque a gente preserva assim e quer assim, quer dessa forma.

Essa fala do Alexandre, realizada em um contexto em que ele defende o uso do ambiente por parte do caiçara, expressa que a visão dicotômica entre homem e natureza, realizada a ponto de defender um ambiente protegido da ação do homem, não é a concepção dessa população. O caiçara concebe o ambiente como sujeito de uma relação e, ainda que o chame de natureza, sua concepção se distingue da concepção do homem urbano, pois ele nasceu e cresceu se relacionando com aquele ambiente natural, vendo seus pais e avós se relacionando e conservando esse ambiente.

Do ponto de vista da legislação ambiental a Praia do Sono está dentro da Reserva Ecológica do Juatinga e, no passado, a administração era de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF/RJ), que fiscalizava, proibia e multava os caiçaras que realizavam as antigas atividades de roça e caça. Atualmente este órgão foi dissolvido e a responsabilidade da administração da Unidade de Conservação é do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) que, diferente do IEF, permite as antigas práticas caiçaras, conforme afirmação da Iliana Salgado (E18). Com as proibições, os caiçaras deixaram de realizar as suas antigas práticas e passaram a contar com a renda proveniente do turismo, da venda de pescado ou do trabalho assalariado, não voltando mais a realizá-las.

Segundo Iliana Salgado e Leila Conceição, presidente da Associação de Moradores (E21), as proibições permanecem no imaginário caiçara, com eles não tendo clareza do que é permitido e do que não é e, por isso, não realizam mais as suas antigas práticas. Porém, deve-se considerar que a Praia do Sono está dentro de duas Unidades de Conservação e, uma delas, a APA Cairuçu que possui Plano de Manejo, proíbe derrubada de florestas, impedindo, teoricamente, a realização de atividades como a roça de coivara. Além disso a caça é nacionalmente proibida pelo artigo 1º da Lei Nº 5.197 de 1967. É, portanto, questionável se essas proibições permanecem apenas no imaginário dos caiçaras, pois ainda que funcionários dos órgãos ambientais

afirmem permitir, a legislação ambiental proíbe, fazendo com que o caiçara não possua respaldo legal para a reprodução dessas antigas práticas e esteja cometendo crime ambiental caso venha a realizá-las.

Assim, as antigas práticas relacionadas à roça e à caça não são mais realizadas. Quanto à pesca, os moradores a realizam em menor grau, afirmando que não há mais peixe. Os peixes hoje encontrados são apenas os de pequeno porte e os caiçaras atribuem este fato à atuação dos grandes barcos de pesca industrial, provenientes do sul do país, equipados com sonar, o que possibilita encontrar qualquer cardume a quilômetros de distância, capturando-os em alto mar e impedindo a sua presença nas proximidades da praia. Entretanto, ainda que a ela possa ser praticada em menor quantidade do que no tempo de antigamente, as redes de pesca e as canoas na praia ainda estão bastante presentes.

Essa praia de paisagem paradisíaca é atualmente destino de jovens mochileiros que procuram por tranquilidade em acampamentos e pequenos chalés, fazendo com que as principais atividades econômicas da localidade estejam relacionadas ao turismo. Não foi encontrado um só morador que não recebesse, direta ou indiretamente, alguma renda proveniente do turismo. É dos campings (Foto 22, p.163), chalés (Foto 23, p.163), bares, restaurantes e barcos de transporte (Foto 24, p.164) que a população adquire a sua renda mais expressiva, complementando-a com trabalhos esporádicos de pintura, marcenaria, jardinagem, entre outros, realizados principalmente no Condomínio Laranjeiras. Porém, deve-se considerar que algumas famílias apenas complementam renda com o turismo, obtendo renda principal a partir do trabalho assalariado ou da pesca.



Fotografia 22: Camping do Claudinho, Praia do Sono
Foto realizada pelo autor em outubro de 2012



Fotografia 23: Chalé na Praia do Sono
Foto realizada pelo autor em outubro de 2012

A Fotografia 24 (p.164) evidencia a presença de barcos a motor e canoas. As canoas ainda são utilizadas nas atividades de pesca, nota-se as redes posicionados perto delas. Enquanto que os barcos a motor são utilizados no transporte para outras localidades, sobretudo nos serviços de transporte de turistas, o conhecido frete.



Fotografia 24: Barcos a motor, canoas e redes de pesca
Realizada pelo autor em outubro de 2012

O turismo da Praia do Sono é um turismo realizado por adolescentes de classe média alta. Segundo o Plano de Manejo da APA Cairuçu (Encarte II, p. 81-84), o seu perfil está, em sua maioria, entre os 20 e 30 anos de idade, com mais de 55% deles com nível superior completo ou sendo realizado, porém, ele é um turismo realizado por pessoas de menor poder aquisitivo daquele realizado no Condomínio Laranjeiras e, como já citado, o incomoda, principalmente pela proximidade. As relações entre os condôminos e os turistas do Sono se aproximam principalmente por dois motivos. O primeiro porque os turistas do Sono estacionam os carros na Vila Oratório e, o segundo porque muitos deles fazem uso da marina, localizada dentro do condomínio, para

chegar ou voltar da Praia do Sono por barco. O caminho, por mar, realizado da marina para a Praia do Sono, pode ser visualizado no Mapa 4 (p.166).

A administração do condomínio, por muito tempo, impediu o uso dessa marina por quem não fosse condômino. Fato tal que levou a associação de moradores da Praia do Sono, no ano de 2009, recorrer ao Ministério Público pedindo a liberação do uso da marina. O Ministério Público, por entender que a marina é um meio necessário para o acesso (Mapa 4, p.166), acatou ao pedido da Associação de Moradores. Hoje, o uso da marina não pode ser proibido e, como o acesso a ela só é possível se realizada passagem por dentro das dependências do condomínio, a administração oferece um transporte que recolhe os usuários em um ponto de ônibus na Vila Oratório e os deixa na marina. O acesso à marina, só é permitido pela administração do condomínio, se realizado a partir desse transporte oferecido.

Ainda assim os caiçaras reclamam da demora do serviço oferecido por esse transporte, além de reclamarem também que o condomínio não oferece espaço para embarcação dos barcos da Praia do Sono.

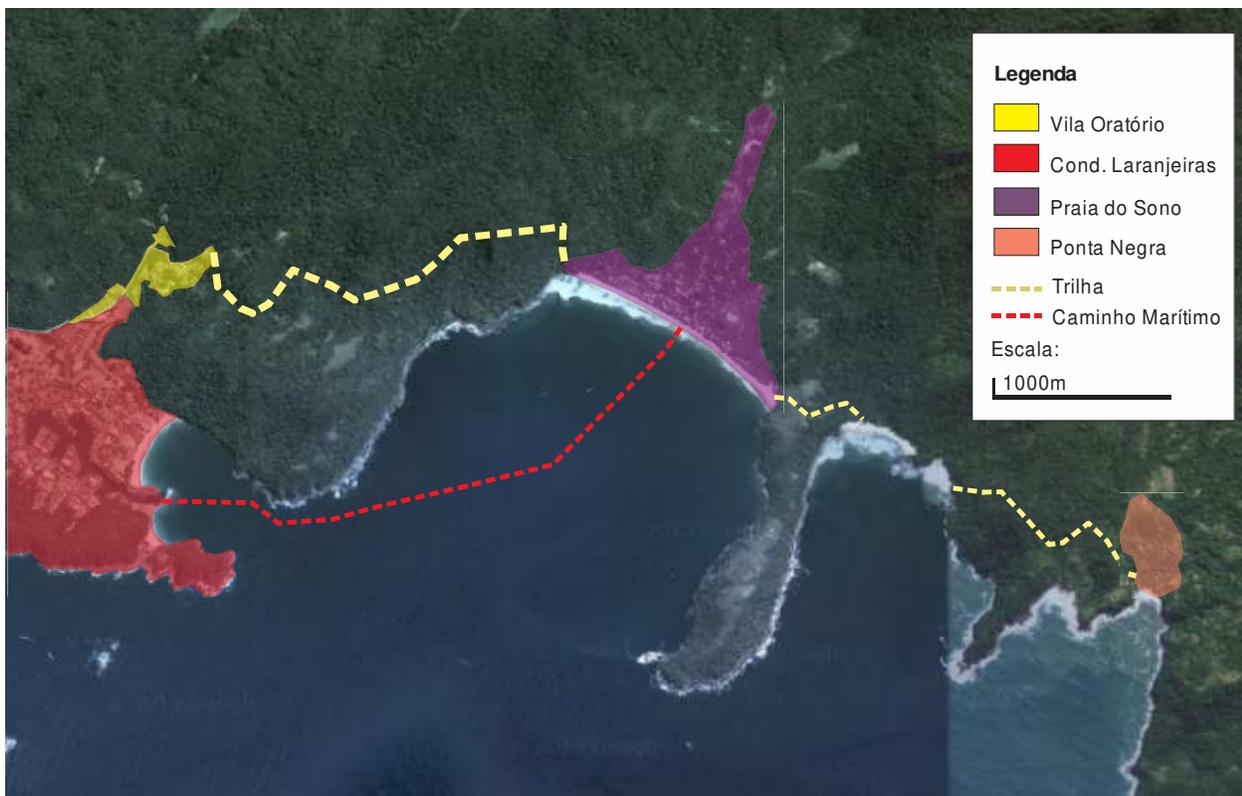
Outro fato polêmico que envolve a marina, é a proibição, por parte da administração, de passagem de materiais de construção pela marina. O Senhor Luiz Gatti, síndico do condomínio, afirma que a administração foi notificada pelo INEA obrigando-a a proibir a passagem de material de construção. Segundo o síndico, esse fato ocorre porque a Praia do Sono está dentro de unidade de conservação que exige o ordenamento das construções segundo parâmetros pré-estabelecidos, e o INEA só permite a realização de construções mediante autorização. A maneira que o INEA encontrou para controlar o crescimento desordenado das construções foi proibindo a passagem desses materiais pela marina.

Esse impedimento realizado pelo INEA é reconhecido de maneira positiva por parte dos condôminos, pois assim evita o uso da marina para transporte de materiais de construção e, ao mesmo tempo, é controlado o aumento da infraestrutura turística na Praia do Sono. O fato de os condôminos não terem simpatia com a passagem de material de construção fazendo uso da marina, pode ser evidenciado quando o INEA autoriza as construções. Neste caso, a administração do condomínio, quando recebe a

autorização do INEA, se propõe a pagar para o caiçara um transporte que saia do centro de Paraty, para assim evitar o uso das dependências condominiais.

Izac, por exemplo, está há anos querendo construir uma casa devido as más condições que se encontra a casa atualmente habitada por ele. Neste caso, o INEA realizou inspeção e autorizou a construção. Izac possui uma notificação do INEA que autoriza a construção (Anexo 3, p. 215), porém, o condomínio não autorizou a passagem do material pelas suas dependências e, para resolver o caso, se propôs a pagar o transporte saindo do centro de Paraty. Izac não sabe explicar porquê, mas o fato é que o material está pago há meses e ainda não chegou na Praia do Sono.

Outro assunto que tem sido bem polêmico e que está relacionado com o uso da marina e com o estacionamento de carros na Vila Oratório, é a construção de uma estrada que faria o mesmo caminho da atual trilha, ligando a Vila Oratório com a Praia do Sono. Essa trilha pode ser observada no mapa a seguir (Mapa 4, p.166).



Mapa 4: Trilhas - Vila Oratório, Condomínio Laranjeiras, Praia do Sono e Ponta Negra.

A construção dessa estrada gera polêmica, pois são desconhecidos os resultados que ela pode ocasionar. Os caiçaras se dividem quanto a sua aprovação. Por um lado, ela traria facilidades em relação ao transporte, principalmente em casos de doença e acidentes, tornando desnecessário o uso da marina, mas por outro, ela pode gerar um descontrole do acesso turístico, provocando expressiva degradação ambiental.

Contudo, segundo a funcionária do INEA, Iliana Salgado, a proposta de construção da estrada foi realizada pelo Ministério Público devido aos conflitos ocorridos entre condôminos e moradores da Praia do Sono. Essa estrada seria uma estrada parque⁸, pela qual só poderiam transitar ônibus de transporte municipal e veículos de caiçaras. Sendo assim, o trânsito seria regulado e o estacionamento na Praia do Sono seria impossibilitado. O turista chegaria no local apenas fazendo uso do ônibus e, a passagem de caiçaras em veículo particular seria regulada.

A administração do condomínio se propôs a financiar o projeto de construção da estrada. Para os condôminos esse fato é interessante porque eles podem ter a possibilidade de propor as vias pelas quais a estrada se consolidará. Se for aprovada a estrada parque, o condomínio se desvincula da obrigatoriedade de disponibilizar a marina, se livra dos carros de turistas estacionados na Vila Oratório e, ao mesmo tempo, o turismo da Praia do Sono passa a ser regulado, com controle do número de visitantes.

Segundo o INEA, o projeto está em vias de conclusão, mas ainda falta a aprovação do projeto por parte das instâncias públicas responsáveis e a liberação de verba pública para a sua execução, o que significa que se o projeto vir a ser aprovado, essa construção só se viabilizará daqui alguns anos.

Contudo, nenhum caiçara entrevistado tinha consciência de como está sendo realizado esse projeto. A construção da estrada para eles é uma grande incógnita, alguns inclusive acreditam que se trata de um boato e que essa estrada não vai existir.

8 A estrada parque é um modelo de estrada, desenvolvido em outros países, que visa a facilitação do acesso, em áreas de parques ecológicos, mantendo os preceitos de proteção ambiental. No entanto, esse modelo de estrada não é reconhecido pela legislação brasileira, havendo um grande debate em torno da proposta de inseri-la no SNUC.

Apenas a presidente da Associação de Moradores da Praia do Sono sabia desse projeto e da intenção de uma 'estrada parque', dizendo que ainda não levou essa informação para os moradores porque está esperando a conclusão do projeto e a sua efetiva constatação.

O fato de estar sendo elaborado um projeto sem que haja o conhecimento dos caiçaras é demonstração do descaso com a participação do caiçara em decisões diretamente ligadas a ele, evidenciando a sua invisibilidade no planejamento e apropriação do fragmento territorial por ele utilizado.

3.3 - Ponta Negra – População em situação de empobrecimento



Fotografia 25: Praia de Ponta Negra
Realizada pelo autor em junho de 2013

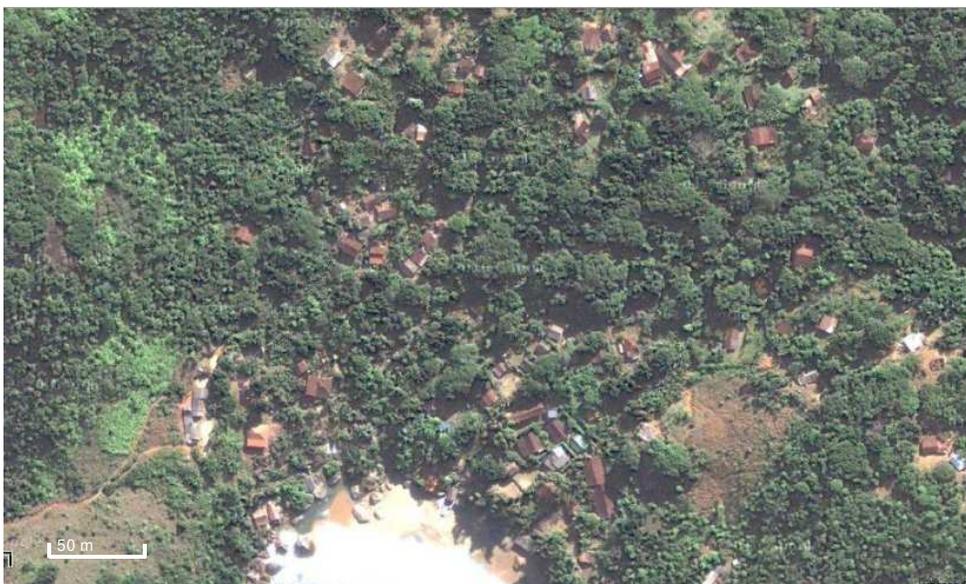


Figura 7: Imagem de satélite da Ponta Negra
Fonte: Google Maps

Na Praia do Sono começa uma trilha que passa por outras duas praias desabitadas (Antigos e Antiguinhos) e dá acesso para a Ponta Negra. Essa trilha demanda mais de uma hora de caminhada. No seu início deve ser enfrentado um relevo bastante íngreme que chega a exigir o uso das mãos do caminhante, enfrentado esse início declivado, o restante da trilha se apresenta de maneira mais plana, até próximo à Ponta Negra, onde a declividade ressurgiu. A fotografia (Fotografia 25, p.169) colocada para apresentar esta localidade foi realizada desta trilha e, a partir dela, é possível visualizar Ponta Negra de cima, identificando coincidência com algumas das características já observadas na Praia do Sono, como a organização geométrica das casas e a preservação da vegetação na orla da praia. Porém, essa praia possui uma extensão menor, cerca de 50 metros, assim como as suas áreas planas são reduzidas, fatores estes que influenciam na dinâmica de uso e ocupação do solo. Hoje, a sua população é de cerca de 170 pessoas organizadas em 35 famílias, segundo dados fornecidos por Joseane Costa (E15), agente de saúde da Associação de Moradores e Amigos da Vila Oratório.

Em Ponta Negra os processos de transformação ocasionaram um impacto, social, econômico, cultural e paisagístico peculiar. O turismo é uma atividade econômica que passou a ser explorada pelos moradores apenas recentemente. Se é em meados da década de 1990 que essa atividade é amplamente realizada na Praia do Sono, foi apenas no começo dos anos 2000 que ela se banalizou em Ponta Negra, até porque o acesso se dá fundamentalmente a partir da Praia do Sono e, a “descoberta” de Ponta Negra, pelo turista, é realizada um tempo depois da “descoberta” da Praia do Sono.

Diferente da Praia do Sono, os caiçaras demonstram que os conflitos pela terra são comuns e, neste caso, ele ocorre entre caiçaras. Assim como houve coibição das atividades de roça, acompanhada pela diminuição dos peixes de grande porte nas outras localidades, também houve em Ponta Negra. Enquanto na Vila Oratório os caiçaras tiveram como alternativa a realização de mão de obra assalariada, prática também comum entre os caiçaras da Praia do Sono que, além dela, também tiveram a oportunidade de realizar atividades relacionadas com a atividade turística, em Ponta

Negra, o acesso ao centro de Paraty ou ao Condomínio Laranjeiras é mais dificultoso, demandando horas de trilha ou o uso de um barco a motor, o que não é barato, excluindo a possibilidade de o caçara de Ponta Negra vender a sua mão de obra e se manter no seu local de origem, o que, inclusive, ocasionou a expressiva migração de muitas famílias.

Em relação ao turismo, essa atividade é consideravelmente limitada pelas disposições físicas da localidade. Seus terrenos acidentados, com poucas áreas planas, e a pequena extensão da praia, não permitem uma ampla criação de infraestrutura turística ao ponto de conseguir gerar renda expressiva para a população como um todo.

Diante desses fatores, a prática de venda de terra passou a ser utilizada como meio de prover recursos para alguns membros da população em situações de dificuldade. E essa prática se deu por conta da permanência do antigo hábito de cercar um lote com fins de apropriação. No entanto, se a apropriação com fins de uso é reconhecida pela população, a apropriação com fins de comércio de terra passou a ser questionada. Vale mencionar que, assim como na Praia do Sono, as terras não possuem reconhecimento cartorial, sendo comercializado apenas o direito de uso reconhecido pelos moradores, sem conotação legal.

Nesse contexto, a venda de terras por alguns é motivo de desagrado para outros, pois a presença de *peessoas de fora* é cada vez maior. Aqueles que não comercializaram terras se sentem injustiçados diante dos que comercializaram, pois além de não obterem os benefícios da venda estão com as áreas de uso comum reduzidas.

A Senhora Branca, de 40 anos (E16), demonstra abertamente o seu descontentamento com a prática de venda. Ela afirma: *“não pode vender e tem gente vendendo bastante aí, pra bem dizer tá tudo com o pessoal de fora que tá invadindo Ponta Negra, a única que não vendeu nada até agora fui eu”* e, apontando para a praia, demonstra a hostilidade presente entre a população ao dizer: *“eu moro aqui e não desço ali, só desço se for pra pegar um bote”*.

Senhor Domingos, de 73 anos (E14), lembra que no passado esses conflitos não ocorriam, e enfatiza que atualmente eles ocorrem. Ele diz: *“nunca teve, já hoje tem”*. Senhor Domingos apresentou uma casa comprada por turista em Ponta Negra (Fotografia 26, p.172) que retrata uma casa rústica e em estado de abandono. A falta de manutenção na construção, com a pintura envelhecida, grande presença de líquens nas paredes, telhas quebradas e coluna se desfazendo, evidenciam que o turismo realizado na Ponta Negra é de um perfil social distinto daquele realizado no Condomínio Laranjeiras, mesmo ele sendo de segunda residência.



Fotografia 26: Casa utilizada por turista na Ponta Negra
Foto realizada pelo autor em outubro de 2012.

Antes os conflitos não ocorriam porque a população satisfazia as suas necessidades com os produtos obtidos a partir da roça, da pesca, da caça e da coleta. Com as sucessivas coibições e a conseqüente diminuição dessas práticas, os conflitos fundiários começaram a ocorrer.

Alguns dados quantitativos, coletados na Associação de Moradores de Ponta Negra, são capazes de evidenciar dificuldades que vem sendo enfrentadas por essa

população. Ponta Negra, como citado, é hoje habitada por cerca de 170 pessoas, organizadas em 35 famílias, havendo na localidade cerca de 96 casas. Dessas casas, 26 são de pessoas de fora e 42 são de famílias que foram morar na área urbana de Paraty.

É inevitável notar que mesmo Ponta Negra estando organizada sobre uma dimensão territorial expressivamente menor do que a da Praia do Sono, o número de construções é semelhante, porém, com uma população que não chega a ter um terço daquela verificada na Praia do Sono.

Mais de um quarto das construções está sob posse de turistas e, quase dois quartos estão sob posse de famílias que se mudaram. Esses números são espantosos e revelam grandeza nos números que indicam emigração e venda de terra. Tanto a emigração como a venda de terra são atos que objetivam, de maneira ou de outra, obter ganhos em relação às condições de vida. Portanto, estes números evidenciam também a dificuldade de sobrevivência naquela localidade, o que, inclusive, explica os conflitos em torno da terra.

Muitas dessas casas de pessoas que migraram ainda são mantidas pelos seus donos. O caiçara, por ter uma expressiva relação afetiva com o seu local de origem, migra tentando manter a residência no local de origem, voltando alguns finais de semana para fazer a sua manutenção.

Os gráficos referentes à população de Paraty, apresentados no capítulo 2 desta pesquisa (p. 96), evidenciam a acentuada redução da população rural e aumento da população urbana no município a partir dos anos 2000. O que vem ocorrendo em Ponta Negra, com a migração de moradores em busca de melhores condições de vida, certamente não é o responsável pela totalidade dos números demonstrados nos gráficos, no entanto, Ponta Negra pode estar indicando processos que estejam ocorrendo em todo o município, que é o empobrecimento da população rural que, sem meios adequados de vida, migra para o meio urbano.

Além disso, subtraindo as 26 casas, de *pessoas de fora*, e as 42 casas, de famílias que moram fora, do total de 96, sobram apenas 28 casas nas quais habitam 35 famílias, ou seja, uma população consideravelmente menor que a da Praia do Sono,

sobre uma área consideravelmente menor, se organiza sobre um aparato físico construído de mais ou menos a mesma dimensão numérica, e ainda assim há famílias que dividem uma mesma casa. Sob estas condições, o conflito fundiário se torna inevitável, além de também se tornar inevitável a valorização da terra segundo o valor de troca, com a concepção de propriedade privada fortalecida. A única saída para amenizar essas dificuldades é a de prover outros meios de geração de renda para essa população.

Se no *tempo de antigamente* bastava cercar um pedaço de terra e construir a sua casa, obtendo alimentos provenientes da roça, da pesca e da caça com fartura, hoje, na Ponta Negra, esse modelo tem sido dificultado devido à lotação das áreas planas que, conjuntamente com as dificuldades de se obter dinheiro e as coibições de reprodução das suas antigas práticas, tem colaborado com a consolidação de uma situação na qual a simples necessidade de morar está sendo dificultada, o que evidencia o empobrecimento dessa população.

É inevitável notar que, mesmo com a presença de famílias dividindo moradia e mesmo diante da insatisfação, de muitos caiçaras, com os atos de compra e venda de casas, esses atos são respeitados, o que pode ser evidenciado com o fato de haver casa de turista que, mesmo abandonada, não é ocupada por nenhum caiçara.

Essa população vivia principalmente da roça, pesca, caça e coleta. Hoje ainda há a plantação de alguns poucos gêneros alimentícios, até porque não há disponibilidade de terrenos. Senhor Domingos, por exemplo, realiza plantação de uma pequena quantidade de mandioca, utilizada para fazer farinha em uma casa de farinha ainda mantida como atração turística. Senhor Domingos ainda mantém as paredes de estuque e o uso de antigos instrumentos artesanais (Fotografia 27, p.175), como o cesto de tipiti, na casa de farinha e a produção de farinha é muito pequena, realizada como mero atrativo.

A pesca ainda é realizada na localidade e, segundo Joseane Costa (E15), é a principal atividade econômica da localidade, sendo seguida pelo turismo. Esse dado revela que, mesmo havendo significativa diminuição do peixe por conta da pesca industrial, o caiçara se empreende nessa atividade. Nota-se que, na Praia do Sono, a

atividade pesqueira diminuiu significativamente devido ao fato de o trabalho assalariado prover maiores ganhos, revelando que a pesca é uma atividade econômica de baixa renda e, mesmo assim, ela é amplamente realizada na Ponta Negra, pois é uma das poucas possibilidades encontradas pelo caiçara.



Fotografia 27: Casa de farinha. Forno de *torrar* farinha e paredes de estuque. Realizada pelo autor em outubro de 2012.

O caiçara na praia, tecendo redes de pesca, ainda é acontecimento comum em Ponta Negra. Realiza-se o cerco, a pesca de lula e o arrastão e, voltados para tal atividade, as canoas e barcos estão constantemente chegando e saindo ao mar.

A relação afetiva com o meio era realçada, no tempo de antigamente, pelo fato de o caiçara conviver nos ambientes, realizando as suas principais atividades econômicas nele. Ainda que suas antigas atividades econômicas sejam hoje pouco

realizadas, o turismo na localidade se dá por conta do desejo de consumir os símbolos conferidos pelo ambiente conservado. Sendo assim, o caiçara mantém interesse em manter os ambientes conservados. Senhora Branca afirma: *“a importância da mata é ninguém mexer, cortar madeira, deixar a mata lá sossegada [...] eu acho que não pode sair destruindo as coisas não”*. Senhor Domingos, concordando com Senhora Branca, diz: *“a mata é importante pra tudo, é uma coisa bonita, muito lindo [...] e é importante porque a gente precisa da mata”*

Assim como nas outras localidades, existe uma profunda relação entre a atividade turística e a questão ambiental. Os meios conservados são o grande atrativo do turista e, o caiçara, ao mesmo tempo em que necessita explorá-lo realizando antigas atividades econômicas, necessita mantê-lo com vistas à atividade turística. Ponta Negra está sob as restrições impostas pela REJ. Os entrevistados demonstraram receio de proibições nas suas falas. Senhor Domingos, ao falar sobre a caça realizada no passado, afirmou: *“naquele tempo não tinha meio ambiente né”*. A Senhora Branca também faz relatos que indicam a existência de proibições, afirmando que todo ano *“os homens do Ibama”* passam por Ponta Negra fazendo proibições. Afirma inclusive que ela mesma já tentou fazer roça e foi proibida, ela diz: *“a gente tem que plantar né, a gente não pode plantar, o pessoal do Ibama já tiveram aí e já proibiram, que não pode ninguém mexer em nada pra plantar”*.

Sendo assim, permanecem a pesca e as atividades em torno do turismo como principais. A primeira sendo pouco eficiente economicamente em vistas da competição com a pesca industrial e, a segunda, sendo limitada a alguns períodos do ano e gerando renda insuficiente para a população como um todo. O *tempo de hoje em dia*, na Ponta Negra, se comparado com o *tempo de antigamente*, demonstra uma dificuldade que antes era ausente, indicando fatos que evidenciam o empobrecimento desta população. Ainda que não seja um empobrecimento monetário, porque antes o dinheiro como moeda de troca era praticamente ausente, houve um empobrecimento no sentido de as suas condições de vida terem piorado, com o caiçara obtendo dificuldades até mesmo para morar e se alimentar.

3.4 - Martim de Sá – Condição que condiz com o desejado



Fotografia 28: Martim de Sá
Realizada pelo autor em outubro de 2012.



Figura 8: Imagem de satélite referente à Martim de Sá
Fonte: Google maps

Das quatro localidades consideradas, Martim de Sá é a de mais difícil acesso e, o uso do barco é praticamente inevitável. A Fotografia 28 e Figura 8 (p.177) evidenciam paisagens onde é difícil identificar traços da atividade humana. Trata-se de uma praia habitada por apenas 10 pessoas. O herdeiro de todas essas terras, com direito de posse, é o Senhor Manuel dos Remédios, conhecido como Seu Maneco, com 69 anos. Ele, sua mãe, esposa, filho, nora e cinco netos somam a população total da localidade.

Para chegar nessa localidade por trilha, da Praia do Sono, são necessários cerca de três dias caminhando. Essa trilha é realizada apenas por mochileiros aventureiros, sempre acompanhados por algum caiçara que conheça o caminho. Por isso, o acesso à essa localidade é realizado prioritariamente fazendo uso de barco, ou por trilha proveniente do Pouso da Cajaíba, o que demanda cerca de uma hora de caminhada . Para chegar no Pouso da Cajaíba os turistas pegam um barco no centro de Paraty.

Segundo Seu Maneco, o seu avô foi o primeiro a se estabelecer em Martim de Sá, vindo de Pouso da Cajaíba, por isso, desde a infância, é intenso o seu contato com os caiçaras dessa praia. Seu Maneco fala de sua ascendência indígena dizendo que sua bisavó era índia e foi capturada no laço pelo seu bisavô. Relata histórias da sua infância, incluindo as casas de estuque, os bailes, os instrumentos musicais artesanais, o artesanato de fibras envolvendo cestos, a confecção de canoas, as atividades que envolvem a roça, a atividade de caça, a atividade de pesca, as idas à cidade e muitas lendas caiçaras.

Há na praia apenas duas casas, sendo uma sua e a outra do seu filho, além de uma pequena estrutura de alvenaria utilizada para os serviços de chalé, de restaurante e banheiros (Fotografias 29 e 30, p.179).



Fotografia 29: Cozinha coletiva para turistas
Realizada pelo autor em outubro de 2012.



Fotografia 30: Bar restaurante de Martim de Sá
Realizada pelo autor em outubro de 2012.

As construções, no geral, são rústicas, fazendo uso de material coletado na mata, sendo correspondente à cultura do caiçara. Seu Maneco, a partir das suas falas, seu comportamento e apresentação, demonstra ser uma pessoa sem ambições, satisfeito com a sua atual condição de vida.

Os integrantes da família de Seu Maneco são os únicos com direito de posse naquela localidade e, segundo ele, as ofertas de dinheiro para que ele abandone as terras onde mora são frequentes, mas ele afirma que nenhum valor em dinheiro é suficiente para que ele se retire do lugar onde vive. Sobre a propriedade da terra, Seu Maneco diz:

No tempo que eu alcancei pra cá não tinha dono de terra, se você morasse lá no Sono e quisesse vim pro lado de cá, nós estando aqui era uma boa, podia vir que tinha lugar, se saísse daqui e fosse pro Sono, ou pra Ponta Negra, ou Pouso da Cajaíba, eles também recebiam de bom coração. Chegava, fazia a casa, então era um povo que não ligava por terra, chegou dono de terra de uns anos pra cá e do tempo de Brasília mais ou menos que os Pacheco chegaram aqui pra caçar e conheceram essa beleza, e chegou, e perguntou, e depois foi embora e voltou dizendo que tinha dono e que tinha comprado, malandragem.

Nessa fala Seu Maneco esclarece a relação do caiçara com a terra sem os laços de propriedade privada, além disso se refere a uma tentativa de grilagem das terras onde habita, na qual a família Pacheco moveu um processo judicial contra ele tentando desapropriá-lo, mas que Seu Maneco ganhou e teve garantido o seu direito de posse.

Seu Maneco relembra uma das inúmeras ofertas de dinheiro realizadas a ele, com fins de desapropriá-lo, narrando-a: *“O senhor fica catando dinheiro da mão desses barraqueiros [se referindo aos campistas que frequentam Martim de Sá em feriados prolongados] vamos fechar e trazer gringo pra cá que é aí que você vai ver dinheiro”*.

A narrativa de Seu Maneco é realizada de maneira indignada. A fala do ofertante revela a associação entre valor de uso e valor de troca da terra, inclusive enfatizando o segundo. Seu Maneco, indignado, acredita que o ambiente onde vive, chamado por ele de *natureza*, não tem preço, o que pode ser comprovado pelo fato de ter recusado inúmeras ofertas já realizadas.

As respostas negativas às ofertas de dinheiro realizadas por Seu Maneco são demonstrações da sua relação afetiva com o lugar onde habita. Ele afirma:

começo da praia, do costão, tudo as coisas da natureza que Deus criou e deu pra nós pra mim tudo é perfeito, gosto muito da mata, gosto muito do mar, gosto da cachoeira, praia, as vezes eu fico pesquisando assim e digo, óia o que Deus aprontou pro homem e o homem não dá valor, óia deixou um lugar e praia, não era pra ser tudo pedra? ou tudo praia? mas não, ele fez pedra e praia, a pedra serve pra pescar e tem toca lá embaixo pra criar o peixe, na praia você cerca o cardume do peixe e traz tudo, eu fico sentado e olhando e pensando o que é a obra do senhor, a água é doce e desce da montanha, toneladas e toneladas pro mar ... então é uma coisa que meu Deus, só o senhor mesmo, então eu dou muito valor pras coisas de Deus, a natureza ... se eu quisesse dinheiro pegava da mão do cara que veio oferecer quatro milhões e meio na mão e eu não quis, eu quero é essa riqueza que tá aí ... e me pode subir [a oferta de compra] o que for, minha riqueza é essa aí, é uma riqueza que serve pra mim, minha família, meus amigo, já vi gente vir aqui e ir embora com lágrimas nos olhos porque tinha que ir embora ... fui agora esses dia na cidade do Rio de Janeiro e meu Deus do céu, o povo lá só falta ficar maluco, porque doido eles já tão, é aquela correria, não tem uma paz, não tem um sossego e se você não acompanha eles, eles passam por cima de você, o senhor não criou daquele jeito não, o homem é que quis fazer isso pra ele, e muitos coitadinho tão sofrendo, querem sair e não tem dinheiro, os grandes que estragaram tão correndo e pegando essa natureza pra eles e muito bobo o caçara quando dá valor ao dinheiro e passa pra mão dos cara, eu não, eu dou valor é pra natureza.

A sua fala evidencia que o ambiente preservado possui para o caçara um valor afetivo. Dinheiro, para ele, não é sinônimo de riqueza. Ele relaciona riqueza com o ambiente preservado, com a tranquilidade, com o seu trabalho cotidiano realizado na roça e no mar. Seu Maneco enfatiza o valor de uso da terra, não atribuindo a ela, valor de troca nenhum.

Hoje ele e a sua família sobrevivem das atividades voltadas ao turismo, que começou há dezoito anos, e da roça. Oferecem serviço de camping, chalé e de restaurante aos turistas que lotam a praia em período de passagem de ano e de carnaval, fornecendo dinheiro à família que, complementado com o produto do trabalho na roça, pode-se obter o suficiente para sobreviver o ano todo.

A mata ao redor está absolutamente preservada, com corpo de água doce que nasce no meio da mata atlântica e passa alguns metros de distância das poucas construções. Quando questionado sobre as restrições realizadas pelas Unidades de Conservação, Seu Maneco demonstra não se importar quando a intenção é a de

preservação, mas afirma que mesmo antes das Unidades de Conservação o caiçara vivia e protegia o ambiente porque dele dependia. Além disso, mostra preocupação quando preservação é associada com desapropriação de caiçaras.

A entrevista realizada com Seu Maneco demonstra que em Martim de Sá as territorialidades correspondiam com as do caiçara do tempo de antigamente, com algumas delas sendo reproduzidas até os dias atuais, a exemplo das territorialidades da roça. Embora muitas delas tenham se alterado com a chegada do turismo e com as imposições da legislação ambiental, as que são realizadas atualmente satisfazem os desejos de Seu Maneco. No geral, ele demonstra contentamento com as novas territorialidades que se dão em torno da atividade turística, mas também realça alguns aspectos negativos, como o número excessivo de pessoas e a poluição sonora. Afirma ele que o turismo que o agrada é aquele realizado por *“pessoas tranquilas, educadas, que respeitam a natureza, que respeitam a família”*.

Em Martim de Sá as transformações ocorridas se deram de maneira harmônica com os desejos dos que lá habitam. Embora demonstrem pequena insegurança sobre a posse da terra, continuam reproduzindo os seus valores, símbolos, significados da sua maneira autêntica ao mesmo tempo em que criaram condições de consumo e sobrevivência a partir de novas territorialidades que substituem outras que foram inibidas.

A entrevista realizada com Seu Maneco durou horas. Ele, enquanto servia café feito pela sua esposa, demonstrava grande satisfação em responder as perguntas, enfatizando as qualidades do *tempo de antigamente*, muitas delas mantidas até hoje, e citando as características da cidade e do homem urbano que ele considera absurdas, como a pressa e a extrema valorização do dinheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Relacionando as localidades e apontando possibilidades

*“Que do bolso de cada um dos quatro, voem pombas
pombas brancas e amanheça.”*
João Ricardo e Cassiano Ricardo



Fotografia 31: Placa localizada na entrada da Praia do Sono quando se chega por trilha, outubro de 2012
Realizada pelo autor

Tendo em vista a apresentação realizada no Capítulo 3, referente ao observado em trabalho de campo, nas quatro diferentes localidades aqui abordadas, pode-se fazer algumas considerações em relação à atual condição do caiçara. Podemos afirmar que essa condição varia de acordo com a localidade mas que, em todas elas, de maneira ou de outra, o caiçara obteve contato com uma outra racionalidade, referente aos meios urbanizados, transformando, de maneira mais ou menos intensa, o universo caiçara relativo às territorialidades do tempo de antigamente.

Na Vila Oratório, o caiçara de *hoje em dia* se organiza de maneira absolutamente distinta. A questão ambiental, coibindo as suas antigas atividades, veio se somar ao turismo de elite que lá se instalou. Este, por sua vez, teve seus interesses sobressaídos em relação aos interesses caiçaras, e a atual condição exige que o caiçara da Vila Oratório dependa da venda da sua mão de obra para sobreviver, pois, além de ter sido coibido de realizar as suas antigas práticas, teve o acesso restringido aos ambientes que foram privativamente apropriados pelo Condomínio Laranjeiras, tornando inviável a obtenção de alguma renda expressiva proveniente do turismo e tornando inviável a prática da pesca artesanal.

Nesse contexto, a racionalidade espacial é expressiva em um meio urbanizado onde os sujeitos sociais se organizam em torno da propriedade privada, das relações sociais hierarquizadas conforme o poder econômico, da criação das dicotomias trabalho/lazer, do desejo de ascensão econômica e da concepção de status social. Vale ressaltar que a Vila Oratório foi a localidade que primeiro se chocou com o homem urbano. Com os seus acessos facilitados por vias asfaltadas e sem noção do caráter do “novo”, passou por uma transformação social, econômica e cultural de maneira significativa.

A Praia do Sono, com a tentativa de grilagem das suas terras e a ausência do turismo de elite e de vias de acesso asfaltadas, foi impactada por essa “racionalização” de maneira mais amena e em período posterior. A delimitação das unidades de conservação, visando a sua proteção ambiental, ainda que tenha coibido antigas territorialidades, colaborou para que o urbano não tivesse o seu exercício amplamente desenvolvido, apagando totalmente o tradicional. Sua população, mantendo algumas

das suas antigas relações e tendo a manutenção do seu direito de posse, se manteve com “um pé aqui e outro lá”, uma racionalidade urbana que convive com os valores da sua cultura tradicional, mas que está longe de atender plenamente os desejos e as necessidades dos caiçaras.

Ponta Negra se manteve em uma condição parecida com a da Praia do Sono, mas por ter particularidades geológicas e locacionais, referentes ao seu relevo, à extensão da sua praia e a sua localização de acesso mais dificultoso, passa por uma disputa fundiária resultante da tentativa de se encontrar meios, por parte do caiçara, de se manter na terra ao mesmo tempo em que se atende as suas necessidades de reprodução econômica, social e cultural.

Já Martim de Sá, das quatro localidades, é a que apresenta uma população com territorialidades mais parecidas com as do tempo de antigamente. A mudança da sua geografia foi amena. Essa localidade, devido às suas peculiaridades relativas aos seus aspectos físicos ambientais favoráveis, com baixa densidade populacional, conseguindo se manter diante das ameaças fundiárias, conseguiu ter os direitos e desejos da sua população atendidos de maneira mais plena do que nas localidades anteriores. Sua população está satisfeita diante das suas condições de vida.

Em todas elas encontramos divergências e convergências em relação aos interesses dos caiçaras, dos turistas e dos órgãos ambientais. O risco em relação à garantia de apropriação da terra esteve, ou ainda está, presente em todas elas. Em todos os casos, o caiçara enfrenta o dilema de aderir ou não as mudanças propostas pela atualidade, o que pode causar benefícios e, ao mesmo tempo, ameaças.

O turismo enquanto atividade econômica para o caiçara, é um excelente exemplo dessa ambivalência, pois, ao mesmo tempo em que confere renda ao caiçara, possibilitando a permanência de alguns antigos hábitos, ele o aliena de antigas relações e valores se nesse processo o caiçara não tiver possibilidades de manutenção de alguns dos seus antigos traços, podendo inclusive ameaçar a sua permanência na terra, sendo, por isso, um elemento central na atual condição em que o caiçara se encontra.

A relação do caiçara com o turismo permite identificar o surgimento da territorialidade do turismo entre os caiçaras. Para a realização desta atividade, o caiçara adquiriu novos conhecimentos, incorporando-os aos conhecimentos antigos. Ele aprendeu a adaptar suas antigas técnicas de construção de ranchos e casas de estuque nas construções de chalés, bares e estruturas de camping.

Em atividades oferecidas ao turista, eventualmente, o caiçara também utiliza conhecimentos antigamente relacionados com a realização da caça e da coleta, a exemplo da exploração das trilhas, com a apresentação de espécies vegetais segundo uma topologia do saber tradicional, além dos conhecimentos relativos a identificação e atração de animais na mata.

A culinária caiçara, como o pirão com banana verde, o feijão preto com a típica farinha de mandioca caiçara, a lula recheada, o galoá, a paçoca de cará e a farinha de côco, também são produtos peculiares da cultura caiçara, normalmente presentes na sua dieta e que podem ser oferecidos como mercadoria ao turista. Ainda se pode mencionar as histórias dos tempos dos antigos, envolvendo antigos hábitos, lendas e folclore, como produtos que proporcionam, ao turista, sensações extraordinárias do seu cotidiano.

O caráter mais valioso, para o caiçara, proporcionado pela atividade turística, é a manutenção da sua relação com o ambiente conservado, através das caminhadas pelas trilhas, da frequência na praia, das suas visitas às cachoeiras e das conversas à sombra dos chapéus de praia. Ao mesmo tempo em que o ambiente conservado interessa ao caiçara, interessa também ao turista, pois é principalmente ele quem confere os símbolos que o turista deseja consumir. Pode-se assim, unir os interesses dos caiçaras, dos turistas e dos órgãos ambientais, basta que os aspectos desse turismo sejam organizados e coletivamente decididos.

Como já citado, o turismo é caracterizado por Urry (1999) como uma atividade realizada em um outro ponto do espaço e que seja capaz de conferir, ao turista, experiências e sensações que sejam distintas das cotidianas. Os fragmentos do território onde estão estabelecidas populações caiçaras, com os conhecimentos caiçaras, hábitos, valores e cultura, se mostram absolutamente eficientes no

atendimento dessas exigências turísticas. Inclusive ele é capaz de ser realizado convergindo com as normas ambientais das unidades de conservação, pois o “ambiente conservado” é extraordinário para o cotidiano do homem urbano; ao mesmo tempo, o caiçara tem uma relação afetiva com o ambiente conservado, interessando-se em assim mantê-lo.

O turismo praticado na Praia do Sono e Ponta Negra, muitas vezes desrespeitoso em relação à cultura caiçara, gerador de problemas como o acúmulo de lixo, ameaçando a conservação do ambiente, que incomoda o turista de elite do Condomínio Laranjeiras, assim ocorre devido ao total desconhecimento, por parte do caiçara, de maneiras de organização e ordenamento desta atividade. Falta diálogo, com exposição das dificuldades e necessidades de cada um dos sujeitos envolvidos, com a criação de espaços deliberativos com representação de todos os sujeitos, para que se possa alcançar medidas que visem o interesse de todos. Pode-se unir, dessa maneira, o interesse de diferentes sujeitos constantemente em conflito.

Porém, essa convergência só pode ser obtida com a participação de todos os sujeitos nos espaços decisórios e deliberativos. Infelizmente, não é o observado nas localidades pesquisadas, ocorrendo exatamente o contrário. Os turistas do Condomínio Laranjeiras fazem uso do seu poder econômico, comprando terras, inibindo a circulação de outros turistas e influenciando nas decisões políticas, ao ponto de ter apoiado a realização do Plano de Manejo da APA Cairuçu e estar financiando a elaboração do projeto de construção da estrada que vai chegar à Praia do Sono. Assim, a participação do caiçara nos espaços decisórios é apenas ilusória, com os seus representantes sendo esporadicamente informados de decisões que já foram tomadas. Generalizadamente, aprova-se apenas a atividade turística de caráter elitizado e, os órgãos ambientais, focados nos discursos ambientalistas, dicotomizando o homem da natureza, valorizam o ambiental em detrimento do social, desaprovando o outro turismo que ocorre nessas localidades. O acusado dos problemas ambientais é o caiçara e o turista que não é de elite, com o primeiro perdendo a oportunidade de obter maiores ganhos econômicos e o segundo perdendo a oportunidade de experimentar vivências distintas.

Na Vila Oratório, um turismo de elite se impôs violentamente sobre uma população caiçara, transformando completamente as suas territorialidades, sem, em momento algum, consultá-las e esclarecê-las as consequências do que estava por vir.

Na Praia do Sono, os interesses dos órgãos ambientais e do turismo de elite realizado no Condomínio Laranjeiras, estão convergindo de maneira que, o caiçara, subestimado, é mantido absolutamente à margem das decisões. O caiçara da Praia do Sono é constantemente obrigado a se adaptar às novas condições.

Na Ponta Negra a situação é a mesma da Praia do Sono, mas chegou ao ponto de os interesses fundiários serem disputados entre os próprios caiçaras, desarticulando a vida coletiva, as atividades tradicionais e os espaços de uso comum.

O caiçara, nesse contexto, faz proveito do turismo e da venda da sua mão de obra como pode, pois foram as únicas vias encontradas para se manter na terra. Porém, os empreendimentos turísticos realizados pelos caiçaras, em geral, não são conduzidos com noções de finanças, como gastos, ganhos, lucros e poupança. Vale ressaltar que a organização segundo um modelo de quantificação e matematização é correspondente à racionalidade moderna e não estava presente nas concepções do caiçara até recentemente. Com a investidura, do caiçara, nas atividades turísticas, a adoção de algumas noções se faz necessária para que ele consiga se manter economicamente, conseguindo também a maximização dos ganhos que os seus estabelecimentos comerciais podem oferecer, evitando a necessidade de migração, o risco da fome e diminuindo a sua dependência de venda de mão de obra. Sem essas noções, o caiçara obtêm ganhos durante o verão e passa necessidade durante o inverno.

Outro fator é a insalubridade dos trabalhos assalariados, muitas vezes sem registro em carteira de trabalho e sem a presença de direitos como décimo terceiro, fundo de garantia e aviso prévio. Izac, por exemplo, trabalhou durante 11 anos na segunda residência da família Setúbal, no Condomínio Laranjeiras, sem direito trabalhista nenhum e, de um dia para o outro, foi dispensado, sem aviso prévio. Devido ao fato de não conhecer os seus direitos trabalhistas, não recorreu à justiça para averiguação do caso. Casos como este são comuns e, o caiçara, sem noção de

finanças, perde a sua renda de um dia para o outro, ficando sem condição de comprar comida caso não possa, de alguma maneira, se beneficiar com o turismo.

O mesmo ocorre nos estabelecimentos comerciais. O dinheiro ganho no verão é gasto rapidamente, seja na aquisição de algum objeto que lhe dará satisfação para as novas necessidades criadas, ou na abundância de comida industrializada. Porém, nos períodos de inverno, a renda é diminuída e o caiçara se vê obrigado a recorrer ao trabalho assalariado, esforçando-se para consegui-lo e aceitando as mais diversas condições de trabalho para atender a sua necessidade de renda extra.

Contudo, a partir dos dados obtidos nos trabalhos de campo e considerando algumas das demandas expostas pelos caiçaras, o que se propõe segue por duas vias distintas e complementares. A primeira é a urgente necessidade de “dar voz” aos caiçaras e, fundamentalmente, ouvi-los. Eles precisam ter espaços onde os seus desejos e necessidades possam ser expostos e levados em consideração, exemplo disso pode ser encontrado na Ilha do Cardoso.

Rodrigues (2001) acompanhou a organização social e política do caiçara na Ilha do Cardoso, evidenciando a administração e gerenciamento do Parque Estadual da Ilha do Cardoso a partir de um Plano de Gestão Participativo. Este plano, se mostrando como exceção da maioria dos planos de gestão, é participativo na prática, sendo hoje um exemplo estudado em todo o Brasil. A autora detalha como foram criadas alternativas que incentivaram a ampla participação das populações tradicionais, com elas tendo espaço político para expor as suas dificuldades e necessidades, em reuniões realizadas nos bairros rurais em forma de rodízio, incentivando o esforço em expor e entender as diferentes necessidades dos diferentes sujeitos. Inclusive, com o presidente do comitê de gestão horizontalizando o gerenciamento do Parque ao dar poder deliberativo para as decisões administrativas realizadas nas reuniões do comitê. Nota-se que a proposta participativa veio das organizações responsáveis pela elaboração do Plano, incentivando a participação das populações tradicionais, apresentando-lhes essa outra racionalidade necessária para a articulação política, trabalhando com a intenção de entender e atender as dificuldades enfrentadas pelas populações tradicionais, e não ao contrário, como ocorre nas localidades aqui

estudadas, com os órgãos de gestão esperando que a articulação entre os caiçaras se construa sozinha. Esses fatos todos precisam ser estudados no sentido de terem os seus aspectos positivos transferidos e adaptados para outras localidades.

É nesse ponto, quando se fala da incorporação de elementos correspondentes à racionalidade moderna, que a primeira via, aqui proposta, se relaciona com a segunda, que é o reconhecimento das territorialidades caiçaras, reconhecendo as formas híbridas entre o tradicional, desejado pelo caiçara, com o moderno, inevitável na atualidade e que, aliás, não é rejeitado pelo caiçara. Antônio Cândido (1975, p.185 e 186) identifica a importância, para o caipira, da adoção do novo traço, redefinindo os padrões tradicionais, de maneira que o velho e o novo se ajustem. Esse fato também é importante e está presente entre os caiçaras. Hoje, com a chegada da luz elétrica na Praia do Sono, por exemplo, os caiçaras fazem questão do banho com água quente. As mulheres, podendo comprar o café em pó, se negam a colher e socar o café no pilão. Mas o pão caseiro tem preferência em relação ao pão industrializado na mesa do café da manhã. O uso das plantas medicinais se ajusta com o uso dos remédios farmacêuticos, com o caiçara afirmando que as plantas curam problemas que os remédios não curam. O novo e o velho, desejosamente, se ajustam e é absolutamente necessário o reconhecimento desse ajuste, reconhecendo também que este fato não faz com que essas populações deixem de ser tradicionais.

Nesse sentido, aspectos do tradicional, adaptados a aspectos do moderno, podem ser utilizados para a conservação cultural desses grupos ao mesmo tempo em que se executam alternativas que lhes tragam melhores condições de vida. A solidariedade, por exemplo, importante fator de coesão do grupo no tempo de antigamente, ainda está presente, mas em outros moldes, o que leva o caiçara a acreditar na sua dissolução. Os comerciantes vendem fiado para outros caiçaras; o preço dos produtos são mais baixos para caiçaras do que para turistas; a chegada de barcos com compras estimula a aproximação de caiçaras para ajudar no desembarque e carregamento dos produtos e; a prática de carona nos trajetos de barcos são comuns.

Essa solidariedade pode ser aproveitada na divisão de tarefas referentes às atividades relacionadas ao turismo, pode-se, por exemplo, erguer construções

coletivamente, com a intenção de se construir um centro de memória caiçara, aonde serão expostos objetos, histórias, música, danças, saberes, com os caiçaras cobrando pela visita e se alternando nos turnos de trabalho. Atividades como esta estimularia o resgate da memória e da história do caiçara, estimulando a coesão do grupo e uma possível articulação política, incentivando um turismo que não esteja meramente associado ao verão, podendo viabilizar renda ao caiçara nas estações de inverno.

Se o turismo fosse organizado, com os caiçaras adquirindo padrões de atendimento e fazendo uso dos seus antigos conhecimentos com fins de diversificar as atrações turísticas, essa atividade poderia ser exercida conferindo ganhos consideráveis ao mesmo tempo em que características culturais seriam mantidas. A padronização de preços, a padronização de infraestrutura, a elaboração de roteiros turísticos, o registro escrito dos conhecimentos caiçaras, a regulação da quantidade de turistas, a manutenção e exposição de antigas ferramentas e estruturas de trabalho como atrativos, a recuperação dos hábitos festivos e a formação de guias turísticos, proporcionariam as experiências extraordinárias desejadas pelo turista, dinamizando essa atividade em termos econômicos, mantendo o ambiente protegido, e, sobretudo, mantendo aspectos culturais de grande relevância.

Assim como ocorre o marketing ambiental voltado ao estímulo do turismo de elite, ele poderia ocorrer voltado ao estímulo do turismo de classes médias e, aliado a ele, poderia também haver um “marketing cultural”, promovendo as características culturais do caiçara como símbolos a serem consumidos pelo turista. É de interesse do mochileiro, jovem de classe média, passar a noite em um chalé de estuque, passar pela experiência de fazer a farinha de mandioca, experimentar o pirão de banana verde, ter a experiência de pescar pitu, ter a experiência de fazer trilha no meio da mata acompanhado de caiçaras que lhe apresentem a vegetação.

Em Ponta Negra essa dinamização em torno do turismo beneficiaria muito a sua população. Neste caso, em específico, seria importante que o INEA atuasse na desapropriação das construções hoje utilizadas por turistas. Este fato faria com que famílias que dividem casas pudessem obter o conforto de uma casa própria, além de que sobrariam construções que poderiam ser alugadas para turistas, fornecendo renda

para a população. Porém, são necessárias que se tomem outras medidas devido às limitações físicas já mencionadas. Uma delas pode ser a identificada por Garcia (2005). Esta autora faz uma análise dos impactos de uma cooperativa de produção de ostras em uma população do litoral sul de São Paulo. Os resultados da sua análise apontam que as condições econômicas dos cooperados, estão acima da média das condições da população da região. A implantação de cooperativas nas localidades aqui estudadas se coloca como possibilidade, mas que necessita de estudos de viabilidade e implantação. Cabe o incentivo dos órgãos públicos.

Martim de Sá pôde se manter da maneira como atualmente se apresenta porque obteve êxito em relação aos interesses fundiários dos turistas de elite, além de que a amplitude geométrica das áreas, juntamente com a baixa densidade populacional, permite que sejam realizadas antigas práticas de modo a causar baixos impactos, não chamando a atenção dos órgãos ambientais. Seu Maneco se esforça em organizar o turismo, ele faz questão da presença do respeito com os caiçaras e impõe normas em relação ao uso e exploração do ambiente. Pelas áreas de uso comum são dispostas placas com os dizeres “respeite o caiçara”, “respeite a natureza”, “não abuse de álcool e drogas”, “se quer fazer barulho vá para a praia”. Além disso, a renda proveniente do turismo é voltada para apenas dez pessoas, conferindo segurança econômica ao Seu Maneco sem que ele precise vender a sua mão de obra. Seu Maneco está satisfeito com as suas condições de vida, mas uma organização do turismo, impondo limites do número de turistas, garantiria a preservação ambiental frente aos impactos do turismo ao mesmo tempo em que viabilizaria a tranquilidade tão valorizada pelo Seu Maneco.

Essas medidas e exemplos bem sucedidos precisam ser estudados e incentivados pelo INEA, afinal, o decreto de criação da REJ enfatiza o seu caráter de incentivo à cultura caiçara. É obrigatoriedade do órgão que administra essa unidade cumprir com as determinações do decreto.

Além dessas medidas, é urgente que o caiçara seja assegurado em relação à posse das terras. Rangel (2011) evidencia em sua pesquisa de mestrado que o reconhecimento da condição de comunidade quilombola, por parte de uma população de bairro rural, viabilizou a demarcação do fragmento de território por ela utilizada,

como território quilombola, fornecendo importantes ganhos políticos que hoje garantem a propriedade coletiva da terra. A autora, inclusive, mostra que houve resistência da população em se declarar quilombola, por não reconhecer essa condição. Tratou-se, portanto, de um interesse político. Este fato levanta questionamentos sobre a possibilidade e conquista política de demarcação de territórios caiçaras. Pesquisas, nesse sentido, são urgentes e, essa possibilidade, talvez resolveria as disputas fundiárias pelas quais o caiçara hoje está submetido.

Enquanto a viabilidade de territórios caiçaras é estudada, a categorização da REJ como reserva extrativista, reconhecida pelo plano de manejo atualmente sendo elaborado, já seria um passo importante no sentido de as terras poderem continuar sendo utilizadas pelos caiçaras.

O caso mais delicado dos quatro estudados é o da Vila Oratório, porque além de essa população ter passado por transformações significativas, ela está fora dos limites da REJ, estando apenas dentro das demarcações da APA e dentro das áreas do Condomínio Laranjeiras. Neste caso, os incentivos e benefícios fornecidos para essa população seriam fornecidos com maior facilidade pelo condomínio. O síndico do condomínio declarou abertamente o seu interesse de abertura de diálogo e beneficiamento dessa população. Dentro das áreas do bairro e obedecendo o zoneamento da APA, podia-se destinar áreas comuns para a reprodução dos quintais caiçaras. Seria um primeiro passo para o incentivo da reprodução cultural do caiçara e para incrementação da sua qualidade de vida.

É importante ressaltar que a cultura caiçara faz parte do cerne da nação brasileira. Essas populações de índios e portugueses miscigenados foram responsáveis por garantir a apropriação do território brasileiro mediante as ameaças realizadas por piratas e estrangeiros. Mais tarde essas populações colaboraram significativamente com a produção agrícola do sudeste e hoje colaboram com a riqueza da diversidade cultural brasileira. Essa riqueza só poderá ser mantida e estimulada se os seus promotores tiverem a possibilidade de se reproduzirem socialmente, com a apropriação das suas terras garantidas.

Três principais motivos podem ser enumerados para justificar o reconhecimento das territorialidades caiçaras, tanto por parte das entidades públicas quanto das iniciativas privadas. O primeiro motivo está ligado à adesão do Brasil à Convenção sobre Diversidade Biológica, se comprometendo, na medida do possível a

respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas... (Convenção sobre Diversidade Biológica, artigo 8j).

O segundo motivo se refere à manutenção e construção do saber tradicional que, como aponta Cunha (2007), está sempre inacabado, se fazendo, e colabora constantemente com o saber científico, a exemplo da sua incorporação pela farmacologia e pela agronomia (Cunha, 2007).

E o terceiro diz respeito ao desejo dos caiçaras de manterem a sua identidade cultural e suas áreas de uso e ocupação, o que pode ser evidenciado pelas constantes lutas realizadas com o objetivo de manter as suas posses e nas respostas obtidas em trabalho de campo, Em resposta à pergunta “você se considera caiçara?” (Anexo 2, p.213 e 214), realizada em trabalho de campo, todos os caiçaras entrevistados responderam incisivamente que sim.

As lutas empreendidas por caiçaras e a maneira como vem ocorrendo transformações, podem ser consultadas em muitos trabalhos acadêmicos já realizados.

Lhote (1982), em sua dissertação de mestrado, realiza um histórico da Vila de Trindade, em Paraty, denunciando as tentativas violentas de expulsão das populações caiçaras e descreve muitos casos em que caiçaras, ameaçados, se mudaram.

Luchiari (1992a), também em sua dissertação de mestrado, demonstra como os caiçaras do Distrito de Maresias, em São Sebastião/SP, foram modificando as suas atividades, realizando migração e perdendo parcelas do território que foram sendo urbanizadas.

Marcílio (1986), ao realizar uma pesquisa de Demografia Histórica, no município de Ubatuba, resgata o mundo que o caiçara “construiu ao longo de gerações e de

séculos” (p.248), assumindo que esse mundo veio abaixo “pela ganância de lucro, pelo capitalismo selvagem e devastador, devorador de homens e da natureza” (p.249).

Mendonça (2010), em dissertação de mestrado, aponta as transformações sofridas pelos caiçaras da Praia Grande da Cajuíba/Paraty, RJ, que, diante de “processos coercitivos repressores” (p.111), migraram para bairros urbanos periféricos do município de Paraty alterando totalmente o seu modo de vida.

Diegues (1994) comprova em sua pesquisa como a delimitação da reserva Ecológica Estadual da Juatinga ocasionou conflitos e impactos sobre o modo de vida tradicional caiçara por ser restritiva ao uso dos recursos naturais e, este mesmo autor, mais tarde, em obra intitulada O Mito Moderno da Natureza Intocada (Diegues, 2008), veio a demonstrar que uma visão dicotômica entre homem e natureza apoiou a conservação de fragmentos florestais proibindo a presença de populações tradicionais em unidades de conservação.

Esse trabalho vem a se somar com essa ampla bibliografia, evidenciando transformações em algumas localidades que até então não obtiveram a atenção acadêmica. Todos esses trabalhos, cada um do seu modo, comprovam a tendência de sobreposição da racionalidade moderna em detrimento de uma cultura tradicional, ao invés do ajustamento entre os distintos “valores”. Essa tendência evidencia urgentes respostas e ações políticas no sentido de viabilizar a convivência da diversidade, da pluralidade cultural, das heterogêneas expressões espaciais. Essas sim, verdadeiras riquezas.



Fotografia 32: Cezar Camargo e Izac da Conceição, caiçara da Praia do Sono
Realizada por Dudu, filho do Izac, em junho de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. Caíças na Mata Atlântica: Pesquisa Científica versus Planejamento e Gestão Ambiental. São Paulo: Annablume, 2000.

AB'SABER, Aziz Nacib. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº21. Publicação da Fundação Nacional Pró Memória, vinculada ao Ministério da Cultura, 1986.

ARENDT, Hannah. Da violência. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. Companhia da Letras. São Paulo, SP, 1987.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. Workshop "Sociedades caboclas amazônicas: Modernidade e invisibilidade", Parati, RJ, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Sociologie de l'Algérie, Collection Que Saisje?, Preisses Universitaires de France, 1958.

BRITO, Maria Cecília Wey. Unidades de Conservação: Intenções e Resultados. São Paulo: Annablume, 2000.

CALDEIRA, Tereza Pires Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora34/Edusp, São Paulo. 2000.

CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª Edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CARVALHO, Maria da Conceição Vicente de. O pescador do litoral do Estado de São Paulo. Anais do Congresso de Geografia. Vol. 9, AGB, Rio de Janeiro, 1944.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Paz e terra. São paulo, 1983.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais *in* CASTRO, E. & PINTON, F.. Faces do Trópico Úmido – Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora Cejup. São Paulo. 1997.

CHAUÍ, Marilena. Introdução *in* LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. Editora Hucitec, São Paulo, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo *in* SANTOS, SOUZA e SILVEIRA (Orgs.) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Editora Ática. São Paulo, SP, 2000.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Espaço e territorialidade no universo da pesca artesanal *in* DIEGUES, A.C. Pesca artesanal: Tradição e modernidade. Coletânea de trabalhos apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. Revista USP, São Paulo, n.75, p.76-84, setembro/novembro 2007.

SEGUIÉR, J. Dicionário Práctico Ilustrado. Livraria Chardron: Porto, 1928.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia *in* CASTRO, E. & PINTON, F.. Faces do Trópico Úmido – Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora Cejup. São Paulo. 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Nosso Lugar Virou Parque: Estudo Sócio-Ambiental do Saco de Mamangá – Paraty – Rio de Janeiro. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. A mudança como modelo cultural: O caso da cultura caiçara e a urbanização, *in*: Diegues, Antonio Carlos. Enciclopédia Caiçara Volume I. Editora Hucitec - São Paulo, SP. 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. Esboço de história ecológica e social caiçara, *in*: Diegues, Antonio Carlos. Enciclopédia Caiçara Volume IV. Editora Hucitec - São Paulo, SP. 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2008.

ESTERCI, Neide. Populações Tradicionais *in* ESTERCI, N et al. Almanaque Brasil Socioambiental. Ministério da Cultura e Instituto Socioambiental (ISA), 2007.

FRANÇA, Ary. A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana. Boletim 178 Geografia nº 10. São Paulo, SP. 1954.

FRANCESCO, Ana Alves de. Este é o Nosso Lugar: Uma etnografia da territorialidade caiçara da Cajaíba (Paraty, RJ). Dissertação (Mestrado em Antropologia), Unicamp, 2012.

FRISBY, David. Fragmentos de la Modernidad. Visor Distribuciones. Espanha, Madrid, 1992.

FRATUCCI, Agnaldo César. A formação e ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970 *in*: BARTHOLO, R., DELAMARO, M. & BADIN, L.. Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Editora Garamond. Rio de Janeiro, RJ. 2005.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 11ª Edição. São Paulo, Editora Nacional, 1971.

GARCIA, Tatiana R. Impacto da implantação de uma cooperativa de produção de ostras junto a comunidades extrativistas caiçaras no litoral sul/SP: Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Zootecnia), USP, 2005.

GARROTE, Valquiria. Os quitais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais), ESALQ, 2004.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Zahar Editores – Rio de Janeiro, RJ.1973.

GEORGE, Pierre. Geografia Urbana. Difel, São Paulo, SP, 1983.

GÓMEZ-POMPA, A.& BURLEY, F.W. The Management of Natural Tropical Forests *in* GÓMEZ-POMPA, A; WHITMORE, T.C. & HADLEY, M. Rain Forest Regeneration and Management, Ed. Unesco Paris & The Parthenon Publishing Group, Paris, France, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (Des)caminhos do meio ambiente. Editora Contexto. 2ª Edição. São Paulo, 1990.

GUANAES, Senilde Alcântara. Meu quintal não é Parque! Populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, 2006.

GURGEL, Heitor & AMARAL, Edelweiss C. Paraty, Caminho do Ouro: Subsídios para a história do Estado do Rio. Rio de Janeiro. Livraria São José, 1973.

HABERMAS, Jünger. Teoría de la acción comunicativa, I. Editora Taurus: Espanha, 1999.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. Editora Hucitec, São Paulo, SP, 1980.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Editora Loyola. São Paulo, SP, 1993.

HARVEY, David.. A Produção Capitalista do Espaço. Editora Annablume. São Paulo, SP, 2006.

HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão. Editorial Labor do Brasil, Rio de Janeiro, 1976.

IBGE. Censo comercial: Rio de Janeiro. VIII recenseamento Geral, Série Regional, Volume VI – Tomo XVI. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. 1970.

IBGE. Censo comercial: Rio de Janeiro. Censos econômicos de 1975, Série Regional, Volume 3 – Tomo XVI. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. 1980.

JUNIOR, Evaristo de Castro. *et al.* Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas *in* GUERRA, J.T.G. & COELHO, M.C.N.. Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas. Editora Bertrand. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo *in* RODRIGUES, ADYR A. B. Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Editora Hucitec, 1999.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos. 4ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Revolução Urbana. Editora UFMG, Belo Horizonte, MG, 2008.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp.109 – 123, 2008.

LHOTE, Christine. Trindade para os trindadeiros. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

LUCHIARI, Maria Tereze Duarte Paes. Caiçaras, Migrantes e Turistas: A Trajetória da Apropriação da Natureza no Litoral Norte Paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias), Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1992a.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara *in* NEPAM. Ambiente e sociedade. Possibilidades e perspectivas de pesquisas, Textos NEPAM. Série divulgação acadêmica nº2, 1992b.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista *in* RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo. Modernidade. Globalização. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. “Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo” (pp. 105-130) *In*: SERRANO, Célia Maria de T., BRUHNS, Heloisa Turini e LUCHIARI, Maria Tereza D. P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

LUCHIARI, Maria Tereze Duarte Paes. A (Re)significação da paisagem no período contemporâneo *in*: ROSENDHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. Paisagem, imaginário e espaço. Eduerj – Rio de Janeiro, RJ. 2001.

MALDONADO, Simone Carneiro. A caminho das pedras: Percepção e utilização do espaço na pesca simples *in* DIEGUES, A.C. Pesca artesanal: Tradição e modernidade. Coletânea de trabalhos apresentados no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 1989.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política, Volume 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, Friederich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edições Paulinas – CEDHAL –, 1986.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil. Editora Hucitec. São Paulo, SP, 2000.

MELLO, Diuner. A Ocupação Humana de Paraty, *in*: Diegues, Antonio C. Enciclopédia Caiçara Volume IV. São Paulo: Hucitec, 2005.

MELLO, Diuner. Paraty Estudante. Instituto Histórico e Artístico de Paraty e Valle Sul Construtora Ltda. Guaratinguetá: Frei Galvão Gráfica e Editora, 2006.

MENDONÇA, Marina de Oliveira. Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: O caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajuíba/Paraty, RJ. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) USP, 2010.

MORIN, Edgar. O Método. Editora Sulina. Porto Alegre, RS, 1998.

MOSCOVICI, Serge.. Natureza: para pensar a ecologia. Mauad X: Instituto Gaia, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

MUSSOLINI, Gioconda. Ensaio de antropologia indígena e caiçara. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NOFFS, Paulo Silva. A Disputa pela Hegemonia do Espaço na Baía dos Castelhanos. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2007.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições *in* BECKER, B.K. *et al* Geografia e Meio Ambiente no Brasil. Editora Hucitec. São Paulo – Rio de Janeiro, 1995.

PLANTE, Steve & BRETON, Yvan. Espaço, Pesca e Turismo em Trindade, in: Diegues, Antonio C. Enciclopédia Caiçara Volume III. Editora Hucitec - São Paulo, SP. 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGEL, Katia Souza. De bairro rural a território quilombola: Um estudo da comunidade do Mandira. Dissertação (Mestrado em Geografia) USP, 2011.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: O mercado socialmente necessário. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005.

RODRIGUES, Carmem Lucia. Limites do consenso: Territórios polissêmicos na mata atlântica e a gestão participativa. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2001

SAHLINS, Marshall. Sociedades Tribais. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1983.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um objeto em vias de extinção. Mana vol.3 nº1. Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHMIDT, Carlos Borges. Lavoura Caiçara. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1958.

SETTI, Kilza. Ubatuba nos cantos das praias (Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical). São Paulo: Editora Ática, 1985.

SILVA, Luiz Geraldo. Por uma etnografia histórica do mundo caiçara *in* Diegues, Antonio Carlos. Enciclopédia Caiçara Volume I. Editora Hucitec - São Paulo, SP. 2004.

SIQUEIRA, Priscila. Caiçaras e a Rio Santos. São Paulo em Perspectiva, p.62-64, outubro, 1989

SOLARI, Patricia. Culturas de Fibras. IPHAN, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento *in* CASTRO, Iná Elias *et al* Geografa: Conceitos e temas, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. Editora Contexto. São Paulo, SP, 1988.

TREVISAN, Fernanda Lodi. Segregação sócio-espacial na APA de Sousas e Joaquim Egídio: os condomínios fechados e o consumo de paisagens naturais. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006

URRY, John. O Olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Studio Nobel, São Paulo, 1999.

VENTO CONTRA. Mattoso, Adriana. São Paulo, SP. Oca Cinematográfica; Igreja Reformada da Holanda; Comissão de Cinema da secretaria de Estado da Cultura de São Paulo & Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro. 1981. Reprodução digital (wmv), som, colorido.

XAVIER, M. A. S. Estudo das Representações Simbólicas de Saúde/Doença/Cura na Comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty, RJ. Mestrado. Niterói: Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense. 2004.

WEBER. Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Sites consultados

<http://www.paraty.com.br/pnsb.htm>

www.cairucu.org.br

www.imoveisdeluxo.com.br

www.acparaty.com.br

www.imobiliariaparaty.com.br

Documentos consultados

Jornal O Estado de São Paulo, 1983, p.10

Decreto Estadual de criação da APA Cairucu – Decreto N° 89.242, de 27 de dezembro de 1983.

Decreto Estadual de criação da REJ – Decreto N° 17.981, de 30 de outubro de 1992.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei N° 9.985, de 2000.

Plano de Manejo APA Cairucu, dezembro de 2004.

ANEXOS

Anexo 1

Entrevistadas 1 (E1) – Senhora Geni da Conceição, conhecida como Dona Morena, 82 anos, moradora da Vila Oratório e, Senhora Joana, sua irmã de 83 anos. Ambas aposentadas, tendo trabalhado nos cuidados domésticos, na roça e em atividades relacionadas à pesca. Responderam em conjunto ao questionário pré-elaborado em outubro de 2012. Contudo, Dona Morena foi entrevistada abertamente em julho de 2013, tendo informações anotadas em diário de campo.

Entrevistado 2 (E2) – Senhor Ivo dos Santos, 61 anos, morador da Vila Oratório, pescador, caçador e roçador aposentado. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 3 (E3) – Senhor Eliseu, 76 anos, morador da Vila Oratório, pescador, caçador, roçador e pedreiro aposentado. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 4 (E4) – Senhor Carlos Silva Lopes, 43 anos, morador da Vila Oratório, afirma ter várias profissões, dentre elas pedreiro, eletricista e pintor. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 5 (E5) – Senhor Carlos Henrique Soares, 29 anos, morador da Vila Oratório, pedreiro. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 6 (E3) – Senhor Dácio Guilherme dos Santos, 75 anos, morador da Praia do Sono, pescador aposentado. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistada 7 (E7) – Senhora Ubaldina da Conceição, 82 anos, moradora da Praia do Sono, aposentada tendo trabalhado nos cuidados domésticos, na roça e em atividades relacionadas à pesca. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012 e entrevista aberta em junho de 2013.

Entrevistado 8 (E8) – Senhor Getúlio Antônio do Sono, 52 anos, morador da Praia do Sono, pescador aposentado e hoje proprietário de bar restaurante. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 9 (E9) – Senhor Doracilde Araújo, conhecido Seu Tinica, 69 anos, morador da Praia do Sono, pescador aposentado e hoje proprietário de mercearia. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 10 (E10) – Senhor Izac da Conceição, 48 anos, morador da Praia do Sono, pintor e proprietário de camping. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012, entrevista aberta em outubro de 2012 e junho de 2013 e estava presente em inúmeros episódios registrados em diário de campo.

Entrevistado 11 (E11) – Senhor Jonas da Conceição, 59 anos, pescador aposentado e proprietário de bar restaurante. Colaborou com entrevista aberta registrada em diário de campo em junho de 2013.

Entrevistado 12 (E12) – Caê Santos, 43 anos, morador da Praia do Sono, pescador aposentado e proprietário de bar restaurante. Colaborou com entrevista aberta registrada em diário de campo em junho de 2013.

Entrevistado 13 (E13) – Senhor Alexandre da Conceição, 35 anos, morador da Praia do Sono, marinheiro. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 14 (E14) – Senhor Domingos José Costa, 73 anos, morador da Ponta Negra, pescador aposentado, hoje trabalha na roça e com turistas que visitam a sua casa de farinha. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistada 15 (E15) – Senhora Joseane Costa, 29 anos, moradora de Ponta Negra, agente de saúde na associação de moradores. Colaborou concedendo dados quantitativos em concedendo entrevista aberta em junho de 2013.

Entrevistada 16 (E16) – Senhora Branca Ramos, 40 anos, moradora da Ponta Negra, proprietária de camping. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistado 17 (E17) – Senhor Manuel dos Remédios, conhecido Seu Maneco, 69 anos, morador de Martim de Sá, trabalha com roça e é proprietário de camping e restaurante. Respondeu questionário pré-elaborado em outubro de 2012.

Entrevistada 18 (E18) – Senhora Iliana Salgado, funcionária do INEA/REJ. Não concedeu entrevista, mas colaborou esclarecendo dúvidas registradas em diário de campo em outubro de 2012.

Entrevistado 19 (E19) – Senhor Luiz Gatti, Síndico do Condomínio Laranjeiras. Esclareceu dúvidas registradas em diário de campo em outubro de 2012.

Entrevistados 20 (E20) – Senhor Elvis Maia, presidente da Associação de Moradores da Vila Oratório e esposa Sarita, Esclareceram dúvidas registradas em diário de campo em outubro de 2012.

Entrevistada 21 (E21) – Senhora Leita da Conceição, presidente da Associação de Moradores da Praia do Sono. Esclareceu dúvidas registradas em diário de campo em outubro de 2012.

Anexo 2

Questionário voltado aos caiçaras do tempo de antigamente

Questionário fechado	Nome	
	Idade	
	Local de nascimento	Se veio de fora, veio por qual motivo?
	Estado civil	
	Profissão	
	Religião	
	Você mora com quantas pessoas? Qtos cômodos tem a sua casa? Renda familiar	
Antigos comparados com hoje	Relação com a propriedade	Você sabe como a vila se formou? Quem foram os primeiros a formar a vila?
		Como eram as casas dos antigos?
		Como eram divididos os lotes de terra entre os antigos?
		Como era o sistema, entre os antigos, de herança da propriedade?
		Há relatos de conflitos, antigamente, por causa de terra ou herança?
		E hoje, há conflitos por causa de terra ou herança?
		Como era o sistema de delimitação de lotes e uso da terra entre os antigos?
	E hoje, como ocorrem as delimitações de lote e uso da terra?	
	Relação com o mar	Quais tipos de pesca eram realizadas no tempo dos antigos?
		Além da pesca, era realizada alguma outra atividade no mar? Quais?
		Essas atividades antigamente realizadas no mar, são realizadas ainda hoje?
		Há atividades realizadas no mar que foram introduzidas recentemente?
	Qual a importância do mar para você?	
	Relação com a mata	Quais os tipos de caça eram realizadas no tempo dos antigos?
		Além da caça, era realizada alguma outra atividade na mata? Quais?
		Essas atividades antigamente realizadas na mata, são realizadas ainda hoje?
Há atividades realizadas na mata que foram introduzidas recentemente?		
Qual a importância da mata para você?		
Atividades tradicionais	Os antigos faziam festas? Se sim, quais? Hoje essas festas ainda são feitas?	
	Os antigos faziam artesanato? Se sim, que tipo? Utilizando qual material? Hoje esse artesanato ainda é feito?	
	Os antigos costumavam ir para a cidade? Se sim, fazer o quê? Com que frequência?	
	E a praia, era frequentada com frequência? O que se fazia na praia?	
	Era realizada música antigamente, com quais instrumentos? Em quais ocasiões?	
	Além da pesca, caça e roça, havia outras formas de trabalho? Quais?	
	Há alguma antiga história misteriosa (lenda) que aconteceu na vila? Qual?	
	Antigamente, quando o caiçara não estava trabalhando, o que o caiçara costumava fazer para descansar e se distrair?	
E hoje, quando o caiçara não está trabalhando, o que se costuma fazer para descansar e se distrair?		
Novos elementos	Turismo	A vila é frequentada por turistas?
		Quem são esses turistas e quando chegaram?
		Você considera positiva ou negativa a presença de turistas na vila? Por quê?
		E o Condomínio Laranjeiras? Você considera positiva ou negativa a sua construção aqui nas proximidades?
	Especulação imobiliária	Hoje, são realizadas ofertas de compra de terra na vila? Se sim, quem realiza essas ofertas?
		Houve caso de caiçaras que venderam as terras e mudaram? São muitos? Se mudaram para onde? O que fazem lá?
		Você pensa em vender as suas terras? Por quê?
	Unidades de Conservação	A mata ao redor da vila é protegida por leis ambientais. Você acha isso positivo ou negativo? Por quê?
		As leis ambientais impedem alguma atividade ou uso da mata que vocês realizavam ou gostariam de realizar?
Quando passaram a proteger a mata com leis ambientais?		
Quando decidiram proteger as matas, você foram consultados?		
Há fiscalização de guardas e/ou fiscais regulando a entrada e uso da mata?		
A vida de hoje	Há algum tipo de organização dos caiçaras da vila? (associação de moradores, associação de pescadores etc.)	
	Fala-se da construção de uma estrada até a Praia do Sono, você considera isso positivo ou negativo? Por quê?	
	O que você considerava positivo e o que você considerava negativo na vida de antigamente?	
	O que você considera positivo e o que você considera negativo na vida de hoje?	
	O que poderia ser feito para melhorar a vida dos caiçaras da vila?	
Você se considera caiçara? Por quê?		

Questionário fechado	Nome	
	Idade	
	Local de nascimento	Se veio de fora, veio por qual motivo?
	Estado civil	
	Profissão	
	Religião	
	Você mora com quantas pessoas?	Qtos cômodos tem a sua casa?
Relação com a propriedade	Há conflitos por causa de terra ou herança?	
	Como ocorrem as delimitações de lote e uso da terra?	
Relação com o mar	É realizada pesca? Quais tipos?	
	Há alguma outra atividade realizada no mar?	
	Qual a importância do mar para você?	
Relação com a mata	É realizada caça? Quais tipos?	
	Há alguma outra atividade realizada na mata?	
	Qual a importância da mata para você?	
Atividades tradicionais	São realizadas festas na vila? Quais?	
	É realizado artesanato na vila? De que tipo? Com que material?	
	Costuma-se ir para a cidade? Fazer o quê? Com que frequência?	
	Qual a importância da praia pra você?	
	Quando o caiçara não está trabalhando, o que se costuma fazer para descansar e se distrair?	
Turismo	A vila é frequentada por turistas?	
	Quem são esses turistas e quando chegaram?	
	Você considera positiva ou negativa a presença de turistas na vila? Por quê?	
	E o Condomínio Laranjeiras? Você considera positiva ou negativa a sua construção aqui nas proximidades?	
Especulação imobiliária	Hoje, são realizadas ofertas de compra de terra na vila? Se sim, quem realiza essas ofertas?	
	Houve caso de caiçaras que venderam suas terras e se mudaram? Se sim, são muitos? Se mudaram para onde? O que fazem lá?	
	Você pensa em vender as suas terras? Por quê?	
Unidades de Conservação	A mata ao redor da vila é protegida por leis ambientais. Você acha isso positivo ou negativo? Por quê?	
	As leis ambientais impedem alguma atividade ou uso da mata que vocês realizavam ou gostariam de realizar?	
	Quando passaram a proteger a mata com leis ambientais?	
	Quando decidiram proteger as matas, você foram consultados?	
	Há fiscalização de guardas e/ou fiscais regulando a entrada e uso da mata?	
A vida de hoje	Há algum tipo de organização dos caiçaras da vila? (associação de moradores, associação de pescadores etc.)	
	Fala-se da construção de uma estrada que vai chegar até a Praia do Sono, você considera isso positivo ou negativo? Por quê?	
	O que você considera positivo e o que você considera negativo na vida de hoje?	
	O que poderia ser feito para melhorar a vida dos caiçaras da vila?	
	Você se considera caiçara? Por quê?	

Anexo 3

inea



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. nº _____		NOTIFICAÇÃO		(SIGLA) Nº REJ NOT/	(NÚMERO) 1602
01-NOME IZAC DA CONCEIÇÃO			03-CPF / CNPJ 920.277.507-97		
04-ENDEREÇO DA ATIVIDADE PRAIA DO SONO					
05-UNIDADE REJ		06-CÓDIGO DA UNIDADE		07-INSCRIÇÃO ESTADUAL	
08-BAIRRO / LOCALIDADE PRAIA DO SONO		09-MUNICÍPIO PARATY		10-R.A/DISTRITO 2º DISTRITO	
12-ATIVIDADE PRINCIPAL PESCADOR			11-CEP 23920-000		
13-CÓDIGO DA ATIVIDADE		14-CONTATO/REPRESENTANTE		15-CARGO	
				16-TELEFONE (S)	

17-FINALIDADE E DESCRIÇÃO
A presente notificação tem por objetivo dar ciência ao notificado acerca de decisão tomada pelo INEA ou intimidar sobre as providências estabelecidas por órgão ambiental competente, a serem adotadas.

Fica Vsa. notificado que tendo em vista a situação de risco de que se encontra a moradia atual, atestada por técnicos do INEA em visita no local e observada a legislação ambiental em vigor, fica Vsa. autorizada a realizar obras no local, conforme solicitações, em caráter excepcional, sendo vedada qualquer outra intervenção sem autorizações prévia do INEA.

18-TÉCNICO DO INEA RODRIGO ROCHA BARROS		19-DIVISÃO REJ/DIBAP		20-MATRÍCULA 390569-2	
21-CARGO CHEFE		22-DATE 13/07/2012		23-ASSINATURA 	

24-OBSERVAÇÕES

25-DATE 13/07/2012	26-NOME IZAC DA CONCEIÇÃO	27-ASSINATURA IZAC DA CONCEIÇÃO	28-CARGO -
------------------------------	-------------------------------------	---	----------------------

(1ª Via - Autuado / 2ª Via - Processo Administrativo / 3ª Via - COGEFIS / 4ª Via - Órgão de Origem)

